

Veículo: A Tarde	Caderno: Especial
Data: 23/04/2020	Página: A8
Assunto: Rui reúne-se com outros poderes e recomenda o “aperto de cinto” – cita o <b>secretário Manoel Vitória</b> .	

**A TARDE**  
O jornal de toda Bahia

## Rui reúne-se com outros poderes e recomenda o ‘aperto de cinto’

Na videoconferência que fez ontem com os mandatários dos outros poderes (desembargador Lourival Trindade, presidente do TJ-BA; deputado Nelson Leal-PP; presidente da Assembleia; e a procuradora Norma Cavalcanti, chefe do Ministério Público), Rui Costa traçou um painel da situação nada bom.

Primeiro, pelo estrago já feito na pandemia do corona, vai haver uma brutal queda de arrecadação nos próximos três meses, alguma coisa para lá de bilhões. Sinalizou para os demais que é hora de apertar

o cinto que por aí vem tempo ruim. Também presentes, os secretários Manoel Vitória (Fazenda) e Edelvino Góes (Administração).

**ILHÉUS** — Rui traçou o quadro baiano. O índice médio de crescimento é de 7%, estamos com 9% de alguns setores, como a região cacaueira, com uma média de 20%, Ilhéus à frente, com 23%, o que mais preocupa.

– Estamos concentrando esforços para reverter o jogo aí. Em toda a Bahia é a região

que mais nos preocupa.

Ele também evocou um estudo realizado em São Paulo para mostrar a importância do isolamento: onde a taxa de adesão da população é de 30%, a necessidade é de 35 mil leitos com 10,5 mil de UTL. Se sobe para 50%, o número de leitos cai para 10,8 mil com 1,8 mil de UTL. E se for de 70%, seriam apenas dois mil leitos, com 460 de UTL.

Ele sugeriu aos demais dirigentes que conclamem os prefeitos amigos a apertar o cerco. A chave é retardar o pico. Setembro seria o ideal.

Veículo: Política Livre	
Data: 22/04/2020	Caderno: Economia



22 de abril de 2020 | 16:08

## ***Impugnação de notificação fiscal deverá ser solicitada à Sefaz-Ba por meio eletrônico***

### **BAHIA**

Os contribuintes baianos do ICMS e do IPVA que receberam da **Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba)** notificação fiscal cobrando o tributo devido com acréscimo de multa, caso desejem questionar a cobrança devem, a partir de agora, fazer esta solicitação por e-mail.

Nas cobranças de ICMS, a demanda deverá ser encaminhada para os seguintes endereços: [impugnação\\_notificação\\_metro@sefaz.ba.gov.br](mailto:impugnação_notificação_metro@sefaz.ba.gov.br), para a Região Fiscal Metropolitana, [impugnação\\_notificação\\_norte@sefaz.ba.gov.br](mailto:impugnação_notificação_norte@sefaz.ba.gov.br), para a Região Fiscal Norte, e [impugnação\\_notificação\\_sul@sefaz.ba.gov.br](mailto:impugnação_notificação_sul@sefaz.ba.gov.br), para a Região Fiscal Sul. Já os pedidos de impugnação do IPVA deverão ser enviados para [impugnação\\_notificação\\_ipva@sefaz.ba.gov.br](mailto:impugnação_notificação_ipva@sefaz.ba.gov.br).

O retorno das equipes da Sefaz-Ba também ocorrerá por e-mail. Caso encontre qualquer dificuldade, o contribuinte deve entrar em contato com o call center da Secretaria da Fazenda por meio dos telefones 0800 0710071 (apenas para ligações de fixo) e 71 3319-2501 (ligações de fixo e celular), que funcionam de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h.

No site da Sefaz-Ba ([www.sefaz.ba.gov.br](http://www.sefaz.ba.gov.br)) também está disponível a Carta de Serviços ao Cidadão, que contém informações e orientações sobre os 113 serviços oferecidos pela secretaria. As 34 unidades da Sefaz-Ba distribuídas por todo o estado deixaram de prestar atendimento presencial desde o dia 23 de março. A medida foi adotada como parte da estratégia para conter a disseminação do novo coronavírus.

## Economia em marcha a ré

**Newton Sobral**

Journalista  
sobraljornalista@hotmail.com

No momento em que o ministro da Economia, Paulo Guedes, anuncia queda de até 4% no PIB (Produto Interno Bruto) do Brasil em 2020, a Oxfam, entidade da sociedade civil que atua em cerca de 90 países com campanhas, programas e ajuda humanitária, faz também uma previsão segundo a qual a crise do coronavírus poderá levar mais de 500 milhões de pessoas para a pobreza. Isto se não forem tomadas providências urgentes para ajudar os países em desenvolvimento, entre os quais o Brasil se encontra.

A Oxfam acrescenta que, apesar de urgentes e necessárias, as medidas de distanciamento social e de restrições ao fun-

cionamento das cidades agravam a situação dos trabalhadores, com demissões, suspensões de pagamento de salários ou inviabilidade do trabalho informal, criando as condições para o empobrecimento.

O Banco Mundial, por sua vez, também manifestou-se de modo negativo em relação ao futuro da economia brasileira. Segundo o BM, o nosso PIB de 2020 sofrerá uma retração de 5%, porém em 2021 e 2022 será de 1,5% e 2,3%, respectiva-

*A Oxfam mostra que entre 6% e 8% poderão entrar na pobreza conforme os governos fechem suas economias*

mente. Já o Fundo Monetário Internacional (FMI) vai adiante e fixa este índice em -5,3%. Destino idêntico terão os nossos vizinhos da América Latina e Caribe, cujo PIB deve encolher 4,6% neste ano. Neles, a crise provocada pelos efeitos da pandemia da Covid-19 será seguida por uma recuperação com crescimento de 2,6% tanto em 2021, quanto em 2022.

No relatório "Dignidade, não Indigência", a Oxfam mostra que entre 6% e 8% da população global, cerca de 500 milhões de pessoas, poderão entrar na pobreza conforme os governos fechem suas economias para impedir o avanço do coronavírus. Isso pode representar um retrocesso de uma década de luta. Em algumas regiões, como a África subsaariana, o norte da África e Oriente Médio, essa luta pode retroceder em até 30 anos.

No Brasil, a situação é igualmente preocupante, devido, entre outros problemas, às

moradias precárias, à falta de saneamento básico e de água e aos desafios no acesso a serviços especiais para os mais pobres. Temos 40 milhões de trabalhadores sem carteira assinada e cerca de 12 milhões de desempregados. A estimativa é que a crise econômica adicione, ao menos, mais dois milhões de pessoas aos desempregados.

Diante da proposta de suspender o distanciamento social para estimular a economia, aumentando, bem provavelmente, o número de mortes pelo coronavírus, vale transcrever trecho do pronunciamento do economista-chefe do Banco Mundial, Martin Rama, na divulgação do relatório da instituição: "Os governos da América Latina e do Caribe enfrentam um enorme desafio de proteger vidas e ao mesmo tempo limitar o impacto das consequências econômicas. Isso exigirá políticas coerentes e direcionadas em uma escala raramente vista antes".

**COVID-19** Titulares das pastas participaram de coletiva de imprensa, ontem, no Palácio do Planalto

## GOVERNO LANÇA PROGRAMA DE ESTIMULO À ECONOMIA

**AGÊNCIA BRASIL**  
Brasília

Levantamento do Ministério da Saúde divulgado ontem mostra que o Brasil tem 45.757 pessoas infectadas pelo novo coronavírus. O número de mortes por Covid-19 chega a 2.906. O índice de letalidade ficou em 6,4%. O ministro da Casa-Civil, Braga Netto; do Turismo, Marcelo Álvaro; o ministro da infraestrutura, Tarcísio Freitas; o ministro da Saúde, Nelson Teich; o ministro-chefe da Secretaria de Governo, Luiz Eduardo Ramos; e o governador de Brasília, Ibaneis Rocha, participaram de coletiva de imprensa, ontem, no Palácio do Planalto.

O ministro Braga Netto anunciou o programa Pró-Brasil. O programa prevê medidas para aprimoramento de normativos, para atrair investimentos priva-

dos, para maior segurança jurídica e produtividade, para melhoria do ambiente de negócios e mitigação dos impactos socioeconômicos. Estão previstos investimentos com a realização de obras públicas e de parcerias com o setor privado.

O governador de Brasília, Ibaneis Rocha, comentou as ações de enfrentamento ao novo coronavírus no Distrito Federal. Disse que a capital

**Ministro da Casa Civil, Braga Netto, anunciou o programa Pró-Brasil**

da República se prepara para autorizar o retorno do funcionamento das escolas e lembrou que Brasília começou a testagem da população para detectar a Covid-19.

O ministro-chefe da Casa Civil, Braga Netto, anunciou um novo programa de investimento do governo federal, batizado de Pró-Brasil. O objetivo é gerar emprego e recuperar a infraestrutura do país em resposta aos impactos trazidos pela pandemia do novo coronavírus.

Braga Netto disse que as propostas ainda estão sendo estruturadas pelo governo e não apresentou estimativas de volume total de investimentos nem o número de empregos a serem gerados. "Ainda seria leviano eu levantar isso [estimativas]. A finalidade é gerar empregos, recuperar infraestrutura e dar possibilidade do Brasil

recuperar toda essa perda que nós tivemos", disse.

O programa reúne ações de todos os ministérios e será coordenado pela Casa Civil. Segundo a pasta, foram definidos dois eixos de ação: Ordem e Progresso. No eixo Ordem serão contempladas medidas como o aprimoramento do arcabouço normativo, atração de investimentos privados, segurança jurídica, melhoria do ambiente de negócios e mitigação dos impactos socioeconômicos. No eixo Progresso, estão previstos investimentos com obras públicas, custeadas pelo governo federal, e de parcerias com o setor privado.

"Na verdade, vamos dar continuidade a coisas que já estavam andando, por exemplo, o vigoroso programa de concessões", disse o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Freitas, durante a

coletiva. Segundo ele, os projetos de concessões e privatizações coordenados pela pasta preveem investimentos de R\$250 bilhões. "Aquilo que será feito por meio de obra pública, a gente estima um valor de R\$ 30 bilhões", acrescentou.

De acordo com a apresentação do ministro Braga Netto, a execução dos projetos será de longo prazo, devendo durar até 2030. A primeira reunião do grupo de trabalho do programa Pró-Brasil será amanhã. O detalhamento dos projetos e ações será feito em setembro e a implantação está prevista para começar a partir de outubro.

O número de brasileiros que estavam retidos no exterior e conseguiram retornar ao Brasil já passa de 16 mil, segundo a atualização feita ontem pelo ministro-chefe da Casa Civil.

## **Nelson Leal quer cortar R\$ 2,5 milhões na Alba**

*Após a reunião com Rui Costa ontem, Nelson Leal (PP), presidente da Assembleia, anunciou uma série de medidas com a pretensão de poupar, de saída, algo em torno de R\$ 2,5 milhões por mês para enfrentar o período de vacas magras.*

*O restaurante desativado ajuda muito, mas no pacote de medidas o que vai atingir em cheio os deputados é o corte de diárias.*

*Em miúdos: deputado quando viaja recebe uma diária que paga todas as despesas, dele e de acompanhantes. Isso está suspenso.*

*Nelson diz que o futuro ainda é imprevisível, as medidas agora adotadas são só para encarar os problemas já consolidados, com queda de receita. Ou seja, se precisar cortar mais, vai cortar. O sinal amarelo acendeu na Alba.*

## Napoleão e a Covid-19

Quando as tropas de Napoleão invadiram a Rússia em 1812, Napoleão Bonaparte comandava o invencível exército da França e desafiava os impetuosos russos para a luta. Mas lutar sem armas contra um inimigo muito mais poderoso seria apenas uma bravata que resultaria em milhares mortos. Por isso, o comandante russo, Marechal Kutuzov, usou a única arma disponível: a racionalidade. E montou uma estratégia: "Recuar sem travar batalha". Assim, quando as tropas napoleônicas chegavam às cidades russas, prontas para a batalha, elas estavam vazias: o exército e a população recuavam para o interior, não sem antes destruí-lo, deixando as tropas francesas sem água, sem abrigo e sem alimentos. Surpreso e sem poder parar, Napoleão foi em frente, buscando desesperadamente a batalha até encontrar o inverno russo.

Com suas tropas longe do ponto de partida, sem abrigo ou alimentação, Napoleão foi obrigado a recuar e, à medida que o fazia, agora sim, era atacado sem dó nem piedade pela retaguarda. E milhares de soldados franceses morreram, desertaram ou se entregaram. Napoleão havia perdido a guerra.

Essa história deve nos guiar na luta contra o coronavírus, um inimigo que, por enquanto, é tão invencível quanto o exército de Napoleão. Contra esse inimigo, a Covid-19, devemos primeiro recuar, e o

**Contra a Covid-19, devemos primeiro recuar**

isolamento é a forma de retroceder, enquanto preparamos nossas defesas. Se fosse capitão do exército russo, o presidente Bolsonaro estaria propondo enfrentar os franceses de peito aberto, "como homem", numa impetuosidade ridícula, que resultaria em milhares de mortos. Felizmente, agindo como generais, a maioria dos prefeitos e governadores do Brasil estão racionalizando a batalha, preparando-se para guerra, que pode levar um pouco mais de tempo, mas resultará na derrota do vírus e com um

**Isolamento é a forma de retroceder para prepararmos nossas defesas**

número menor de vítimas.

A estratégia de Kutuzov quase destruiu a economia russa, assim como o isolamento social vai afetar fortemente nossa economia, mas, vencida a guerra, ela florescerá, os negócios serão retomados, os países e estados vão recompor suas finanças e os brasileiros voltarão ao trabalho sem ter na consciência milhares de corpos que sequer têm onde ser sepultados. A lembrança da estratégia russa é adequada no momento em que a população brasileira parece à beira de abandonar o isolamento social. Não podemos permitir isso, não por causa de um Napoleão de hospício, que terá na Covid-19 sua Santa Helena, mas pela dignidade do Brasil, que não pode entrar para a história como o país que aceitou a morte do seu povo em troca de uma duvidosa preservação da economia.

## #Fique em casa

A Covid-19 não é coisa de Satanás nem foi criada pelos chineses para com isso dominar o mundo. É apenas um vírus, como tantos outros, mas cuja disseminação é rapidíssima. Deus não é brasileiro e não adianta a Bahia ter um clima quente e um povo mais quente ainda, pois nada disso vai impedir a disseminação do coronavírus. A única saída para o povo baia-

no é o isolamento social, mas a movimentação de pessoas nos bairros de Cajazeiras, Perambués, Liberdade, Itapuã, Paripe e outros é cada vez maior. O trabalho conjunto do governador Rui Costa e do prefeito ACM Neto tem achatado a curva, dando tempo para ampliar o sistema de saúde, mas o pico da pandemia vai chegar provavelmente em meados de maio.

## Caixa: banco é banco

A linha de crédito anunciada pela Caixa Econômica Federal e pelo Sebrae para apoiar as micro e pequenas empresas e os microempreendedores é uma piada. A inflação mensal está na casa de 0,2% ao mês, mas a linha de crédito oferecida tem custo mensal de até 1,6%, um percentual 8 vezes maior que a inflação. Quem tomar esse empréstimo vai pagar mais

de 20% ao ano, quando a inflação anual é inferior a 4%. Parece que não é só o isolamento que pode destruir a economia brasileira, mas também a insensibilidade do governo para com empresas que têm um faturamento entre 6 mil e 30 mil reais, mas que empregam milhões de pessoas. Fica claro que banco é banco e que a Caixa faz parte do cartel.

**COVID-19** Após reunião com o governador e Judiciário, deputados decidiram suspender contratos e licitações

## ALBA VAI CORTAR R\$ 2,5 MI EM DESPESAS

**RAUL AGUILAR**

Para reduzir as despesas, a mesa diretora da Assembleia Legislativa da Bahia (Alba) decidiu em reunião virtual ontem cancelar licitações não essenciais, compras de material de expediente, periódicos, café, água mineral e outros itens; suspender os contratos de fornecimento de alimentação – para os dois restaurantes que funcionam no local – e de ônibus – utilizado para o transporte de servidores –, além de colocar em férias servidores que tenham completado um ano de trabalho, suspender viagens e pagamento de diárias – inclusive a parlamentares –, auxílio-periculosidade, promoções e substituições de chefia. A meta inicial é um corte de R\$ 2,5 milhões nos gastos.

A decisão de reduzir gastos atende a pedido do governador Rui Costa (PT), que solicitou que os chefes de poderes adotassem estratégias para racionalização no uso dos recursos públicos por meio de corte de gastos e da contenção de despesas em reunião virtual realizada na manhã de ontem. O encontro contou com a presença do presidente da Alba, o deputado estadual Nelson Leal

(PP), do presidente do Tribunal de Justiça da Bahia (TJ-BA), o desembargador Lourival Trindade, e com a chefe do Ministério Público da Bahia (MP-Ba), Norma Cavalcanti. O governador sinalizou que o ambiente é de queda acentuada da arrecadação e de aumento de gasto na área da Saúde e da Assistência Social, provocada pela pandemia do novo coronavírus.

O ato 9.458/2020 da mesa diretora que disciplina o contingenciamento e a redução de despesas está no Diário Oficial de hoje. "Trata-se da adequação do orçamento da Alba à nova realidade das contas públicas da Bahia que imporá ajustes a todos os poderes, disponibilizando recursos para as ações de combate à Covid-19, bem como para avançar a recuperação econômica posterior", explicou o presidente Nelson Leal.

O grande desafio será lidar com o gasto do pessoal, já que, no ano passado, o Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE-BA) chegou a emitir um alerta aos poderes Executivo e Judiciário, por ultrapassarem o limite de gastos com pessoal nos quatro primeiros meses de 2019.

Na reunião, além do pedido de contingenciamento,



Alba segue realizando sessões virtuais para conter alastramento do coronavírus

**“Trata-se da adequação do orçamento da Alba à nova realidade”**

NELSON LEAL, presidente da Alba

o governador ressaltou a importância do alinhamento financeiro dos órgãos com o Executivo.

Em sua fala, a procuradora-geral de Justiça, Norma Angélica, lembrou que a instituição criou um plano de contingenciamento ainda em março, prevendo uma redução de 30% no orça-

mento inicial das suas unidades gestoras e garantiu que está realizando a contenção de gastos.

A reunião serviu também analisar a situação dos municípios que decretaram calamidade pública por conta da Covid-19 e que estão promovendo o que o presidente da Alba classificou de “afrou-

xamentos do isolamento social sem critérios”.

“A Alba tem a prerrogativa de aprovar os decretos de calamidade pública dos municípios, mas eles não podem decretá-la e, ao mesmo tempo, determinar uma volta à ‘normalidade’ de suas cidades, quebrando o isolamento social e permitindo, por exemplo, que o comércio seja reaberto, mesmo apresentando casos diários de contaminação pela Covid-19. Como pode coexistir calamidade pública e situação normal?”, questionou Nelson Leal.

O retorno à normalidade sinalizado pelo presidente da Alba é na verdade a retomada das atividades por setores classificados como não essenciais, a exemplo de segmentos das áreas do comércio e de serviços. O MP tem atuado diretamente nos municípios com o decreto de calamidade e que estão promovendo esse retorno das atividades não essenciais sem a devida justificativa, que pode ser condicionada à análise da fase epidêmica da pandemia do novo coronavírus, a estudos epidemiológicos e ao implemento de medidas de isolamento social, com atenção aos parâmetros fixados pelo Ministério da Saúde.

Veículo: A Tarde	Caderno: Capa
Data: 24/03/2020	Página: A1
Assunto: Após pressão, Bolsonaro anuncia socorro a estados – cita <b>Manoel Vitorio</b> .	

**A TARDE**  
O jornal de toda Bahia

**COVID-19** Secretário da Fazenda da Bahia elogia o apoio, mas alerta que ele não resolverá a crise

# Após pressão, Bolsonaro anuncia socorro a estados

Após pressão dos governadores do Norte e Nordeste, o presidente Jair Bolsonaro anunciou ontem um plano de R\$ 88 bilhões para desafogar os cofres públicos de estados e municípios alvos do

impacto econômico do novo coronavírus. Longe de resolver o problema gerado pela crise da Covid-19, as medidas foram consideradas "positivas no conjunto" pelo secretário da Fazenda da Bahia,

**R\$ 88 bi**

**é o montante que será destinado a estados e municípios pela União**

Manoel Vitorio. Contudo, ele ressaltou que "muita coisa ainda não ficou clara" sobre a renegociação de dívidas com os bancos públicos. Por isto, ele solicitou informações sobre a extensão da medida pa-

ra instituições estrangeiras, como o BID e o BIRD. O pacote prevê transferência de R\$ 8 bilhões para gastos em Saúde e a recomposição de fundos de participação de estados (FPE) e municípios (FPM) **B1**



Veículo: A Tarde	Caderno: Especial
Data: 24/03/2020	Página: A9
Assunto: Governo anuncia R\$ 88 bi para Estados e Municípios - cita <b>Manoel Vitorio</b> .	

**A TARDE**  
O jornal de toda Bahia

**COVID-19** O pacote é positivo, mas não resolve a crise, diz o secretário baiano Manoel Vitorio

# GOVERNO ANUNCIA R\$ 88 BI PARA ESTADOS E MUNICÍPIOS

RODRIGO AGUIAR

As medidas anunciadas ontem pelo governo federal para estados e municípios, um pacote no valor de R\$ 88 bilhões, são "positivas no conjunto", mas estão "longe de resolver o problema" da crise do coronavírus, segundo o secretário da Fazenda da Bahia, Manoel Vitorio.

Entre as ações informadas pelo presidente Jair Bolsonaro, após reunião virtual com governadores do Nordeste e Norte, estão a transferência de R\$ 8 bilhões para gastos em Saúde; recomposição de fundos de participação de estados (FPE) e municípios (FPM) no valor de R\$ 16 bilhões, como uma espécie de seguro para queda de arrecadação; transferência de R\$ 2 bilhões para gastos em assistência social; suspensão das dívidas dos estados com a União; renegociação de dívidas de estados e municípios com bancos; e operações com facilitação de créditos, no valor de R\$ 40 bilhões.

A suspensão do pagamento das parcelas da dívida da Bahia com a União também foi determinada pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF). Na ação, o Estado informou que honra as parcelas do débito há 20 anos e pediu para suspender o pagamento entre março e agosto, sem a cobrança de multas por inadimplência e restrição na transferência de recursos da União.

"Foi muito positivo pela abertura do diálogo. O governo federal estava ausente. Será uma crise que vai marcar a nossa época, ninguém vai ver algo parecido", previu Vitorio.

Sobre a renegociação de dívidas com os bancos públicos, o titular da Sefaz disse que "muita coisa ainda não ficou clara" e que solicitou a extensão da medida para instituições estrangeiras, como o BID e o Bird, já que, conforme o secretário,



Presidente, ministros e parlamentares participaram de videoconferência com governadores do Nordeste

rio, pouco mais da metade da dívida da Bahia é com organismos desse tipo.

O secretário afirmou também que foi garantido à Bahia o mesmo repasse de recursos do FPE do ano passado, na faixa de R\$ 9 bilhões, mas destacou que o cenário continua a ser de perda. "É uma frustração na arrecadação, já que esperá-

**Presidente da UPB disse que são necessárias medidas específicas para os municípios**

vamos pelo menos a [recomposição pela] inflação, mas tende a não fazer com que desabe de vez. De qualquer forma, o FPE não é nossa principal fonte de receita", explicou.

Vitorio lembrou ainda que o governo federal não atendeu a um pleito de todos os secretários estaduais de Fazenda, por recursos para recompor uma queda prevista de R\$ 45 bilhões na arrecadação do ICMS nos próximos três meses. O tributo é a principal fonte de arrecadação na Bahia.

## Municípios

Já o presidente da União dos Municípios da Bahia (UPB), Eures Ribeiro, disse que as medidas são "basicamente para os estados" e que os municípios estariam "de ca-

rona". "Precisa ter uma fala direcionada para os municípios", cobrou Eures, também vice-presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM).

No domingo, Bolsonaro teve reunião virtual com integrantes da Frente Nacional de Prefeitos, que representa municípios com mais de 80 mil habitantes. Hoje, a CNM debaterá propostas para levar ao Palácio do Planalto, segundo Eures.

Após ouvir colegas, o presidente da UPB antecipou que a entidade baiana defende o uso de 100% dos recursos do Fundo Eleitoral para investimento na Saúde, suspensão de débitos com o INSS durante a crise e recomposição do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb.

Eures e Rui também elogiaram abertura de diálogo pelo governo federal.

"Quero saudar e parabenizar a Presidência da República por ter aceito e feito essa reunião. Nesse momento considero importante que todos os entes federados possam agir em cooperação, colocando o interesse da população em primeiro lugar. Esse não é o momento de pensar em política ou partido político, é o momento de pensar em cuidar de gente, das pessoas", declarou Rui.

Prefeito de Bom Jesus da Lapa, Eures reiterou ser "muito crítico" a Bolsonaro. "Mas bato palmas para o que ele fez com os estados e serei o primeiro a aplaudir se ele for justo com os municípios", ressaltou.

Isaac Nóbrega / F8

Veículo: Correio*	Caderno:
Data: 23/04/2020	Página:

# Correio\*

## Hotéis recebem profissionais dos SUS que estão em quarentena

**SALVADOR** Hotéis de Salvador têm recebido profissionais de saúde e servidores da administração pública que estão no enfrentamento direto à covid-19. No início desta semana, alguns diretores e gerentes concordaram em alugar suas unidades à Secretaria da Saúde do Estado (Sesab) ou do Município (SMS) para suporte aos casos de isolamento ou quarentena. De acordo com o presidente da Federação Baiana de Hospedagem e Alimentação (FeBHA), Silvio Pessoa, foram feitos pacotes diretamente com as gestões públicas. “Entendemos que é mais simples e proativo utilizar estes equipamentos onde a adequação é mínima do que montar ou improvisar hospitais de campanha e, por isso, fizemos o chamado”, explicou ele, que também está à frente do Sindicato dos Hotéis, Restaurantes Bares e Similares de Salvador e Litoral Norte (SHRBS). Pessoa informou que, dos 400 hotéis da cidade, 95% estão fechados.

DIVULGAÇÃO



O equipamento é feito de alumínio e conta com tubulação de PVC e bicos aspersores

## Espanhol reabre com túnel de desinfecção para eliminar vírus

**NOVIDADE NO PAÍS** Fechado desde 2014, o Hospital Espanhol, na Barra, reabriu ontem com uma novidade: um túnel de desinfecção. A unidade receberá exclusivamente pacientes diagnosticados com a covid-19.

Desenvolvido pelo Senai Cimatec, o túnel de desinfecção foi criado com o objetivo de oferecer mais segurança aos profissionais de saúde que trabalharão no local. Serão 220 leitos, sendo 80 leitos clínicos e 140 de UTI, que atenderão apenas os infectados em estado grave.

O túnel é feito de alumínio e conta com tubulação de PVC e bicos aspersores, que fazem um processo de nebulização de uma solução de hipoclorito (substância utilizada normalmente para branquear roupas) e água.

O diretor de Operações do Senai Cimatec, Luis Alberto Breda, explica como funciona o túnel. "O profissional de saúde, ao final do seu turno de trabalho, antes de sair do hospital, passa pelo túnel, que é um corredor de

2,5 metros, ainda com o Equipamento de Proteção Individual, para que possa retirar este EPI com uma maior margem de segurança", diz Breda.

Essa inovação, segundo destaca o secretário estadual do Planejamento, Walter Pinheiro, será fundamental para evitar que os profissionais da saúde se contaminem com o novo coronavírus. "O túnel de desinfecção é uma solução prática e inovadora para fornecer mais segurança para as equipes de saúde que estão tratando os pacientes", disse.

O equipamento foi desenvolvido sob a supervisão do infectologista Roberto Badaró, pesquisador chefe do Instituto de Tecnologia da Saúde do Senai Cimatec.

"Foi um projeto baseado em experiências internacionais. Está em fase experimental e, na sequência, provando a eficácia da desinfecção do túnel, podemos apoiar diversas empresas [na sua implementação]", explicou Breda.

Anteontem, o reitor da Basílica do Senhor do Bonfim, padre Edson Menezes, benzeu a unidade de saúde, cedida pela Justiça federal.

Além do Espanhol, serão oferecidos na Arena Fonta Nova mais 100 leitos de UTI e 140 leitos clínicos. O estado está montando hospitais de campanha no Hospital Santa Clara e no Hotel Riverside, totalizando 673 novos leitos na Região Metropolitana de Salvador (RMS) para enfrentar a pandemia do novo coronavírus. Em Salvador, a prefeitura anunciou mais 39 leitos de UTI para pacientes em tratamento da covid-19.

O profissional de saúde, antes de sair do hospital, passa pelo túnel, que é um corredor de 2,5 metros, de onde saem jatos de uma solução com hipoclorito

Luis Alberto Breda  
Diretor de Operações do Senai Cimatec

Veículo: Correio*	Caderno:
Data: 23/04/2020	Página:

**Correio\***

## **DETRAN IMPLANTA DOCUMENTO ELETRÔNICO OBRIGATÓRIO**

**CRLV** O Detran implantou a obrigatoriedade da versão eletrônica do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV-e) que entrará em vigor na próxima segunda-feira (27). A versão impressa e a segunda via do documento deixarão de existir, mas o cidadão poderá fazer uma cópia do CRLV-e em casa. Os atuais documentos impressos continuarão valendo. A pessoa poderá baixar gratuitamente o CRLV eletrônico no site do SAC Digital ([www.sacdigital.ba.gov.br](http://www.sacdigital.ba.gov.br)). O documento será liberado para quem estiver com o licenciamento do veículo em dia. Na mesma plataforma, o usuário terá a opção de fazer uma cópia do CRLV-e.

## ECONOMIA

**RETOMADA** O ministro-chefe da Casa Civil, Braga Netto, anunciou ontem um novo programa de investimento do governo federal, batizado de Pró-Brasil. O objetivo, segundo ele, é gerar emprego e recuperar a infraestrutura do país em resposta aos impactos trazidos pela pandemia do novo coronavírus.

Braga Netto disse que as propostas ainda estão sendo estruturadas pelo governo e não apresentou estimativas de volume total de investimentos nem o número de empregos a serem gerados.

"Ainda seria leviano eu levantar isso [estimativas]. A finalidade é gerar empregos, recuperar infraestrutura e dar possibilidade do Brasil recuperar toda essa perda que nós tivemos", disse durante coletiva de imprensa, no Palácio do Planalto, para atualizar as ações do governo federal no enfrentamento da Covid-19.

O programa reúne ações de todos os ministérios e será coordenado pela Casa Civil. Segundo a pasta, foram definidos dois eixos de ação: Ordem e Progresso.

No eixo Ordem serão contempladas medidas como o aprimoramento do arcabouço normativo, atração de investimentos privados, segurança jurídica, melhoria do ambiente de negócios e mi-



O programa de investimento do governo, batizado de Pró-Brasil, foi apresentado ontem ao presidente

## Governo apresenta plano de recuperação pós-pandemia

tigação dos impactos socioeconômicos. No eixo Progresso, estão previstos investimentos com obras públicas, custeadas pelo governo federal, e de parcerias com o setor privado.

"Na verdade, vamos dar continuidade a coisas que já estavam andando, por exemplo, o vigoroso programa de concessões", disse o

ministro da Infraestrutura, Tarcísio Freitas, durante a coletiva.

Segundo ele, os projetos de concessões e privatizações coordenados pela pasta preveem investimentos de R\$ 250 bilhões. "Aquilo que será feito por meio de obra pública, a gente estima um valor de R\$ 30 bilhões", acrescentou.

De acordo com a apresentação do ministro Braga Netto, a execução dos projetos será de longo prazo, devendo durar até 2030. A primeira reunião do grupo de trabalho do programa Pró-Brasil será amanhã. O detalhamento dos projetos e ações será feito em setembro e a implantação está prevista para começar a partir de outubro.

O programa tem foco também, além de infraestrutura, mas desenvolvimento do setor produtivo, capital humano. O foco na infraestrutura, citado por Braga Netto, foi transporte, logística, energia, mineração, desenvolvimento regional em cidades e telecomunicações.

"Propusemos o programa a todos os ministros. Foi aceitação unânime a necessidade do programa. E cada ministério vai ter um coordenador", disse o ministro Braga Netto.

FOTO MARCOS CORRÊA/PR

Veículo: Correio*	Caderno:
Data: 23/04/2020	Página:

**Correio\***

## Setor de turismo ganha linha de crédito de R\$ 5 bilhões

**AJUDA** O ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio, afirmou ontem que uma nova medida provisória do governo vai garantir pelo menos R\$ 5 bilhões de créditos emergenciais para empresas do setor, incluindo os micro e pequenos negócios. Os recursos vão reforçar o caixa do Fundo Geral do Turismo (Fungetur) com abertura de novas linhas de empréstimo.

"Eu sei que os empresários do setor de turismo estão indo às agências bancárias e não estão conseguindo os créditos, mas a MP que contempla já está na Economia. É um modelo que vai garantir ao Fungetur um crédito extraordinário de pelo menos R\$ 5 bilhões, para que o Ministério do Turismo, através do Fungetur, consiga atender desde o MEI [microempreendedor individual], a micro, a pequena empresa, a média empresa e também as grandes empresas", afirmou o ministro, durante entrevista coletiva.

No início do mês, o governo já havia editado uma MP específica para os setores de turismo e cultura, que permitiu às empresas prorrogarem o pagamento do reembolso de eventos e pacotes.

**Correio\*****24h****ECONOMIA**

8

## Odebrecht: credores aprovam planos de reestruturação

**EMPRESA** Os credores da Odebrecht aprovaram ontem planos de recuperação judicial de 12 de 20 subsidiárias do grupo em uma assembleia online que durou mais de oito horas. O advogado da Odebrecht Eduardo Munhoz afirmou que os planos aprovados representam mais de 99% da dívida do grupo, de R\$ 53 bilhões. Os percentuais de aprovação dos credores foram elevados em todas as votações, acrescentou.

Os planos de reestruturação das oito companhias restantes serão votados entre maio e junho. Os credores não concordaram com a proposta inicial do conglomerado de consolidar todas as 20 subsidiárias em um único plano.

Em junho do ano passado, a empresa formalizou na Justiça de São Paulo o pedido de recuperação judicial. Quando o plano foi apresentado, somente os bancos públicos tinham R\$ 22,8 bi-

lhões a receber. Desse montante, R\$ 10 bilhões eram devidos ao BNDES; R\$ 7,8 bilhões ao Banco do Brasil; e outros R\$ 5 bilhões à Caixa Econômica Federal.

Já os bancos privados tinham R\$ 8,4 bilhões a receber: Bradesco R\$ 4,4 bilhões; Itaú R\$ 3,5 bilhões; e Santander R\$ 500 milhões.

Em mensagem aos funcionários do grupo, o diretor-presidente da Odebrecht S.A., Ruy Sampaio, disse que o passo dado ontem é decisivo para a recuperação econômico-financeira da Odebrecht. "Começa, a partir de agora, uma nova etapa na trajetória de um grupo que, em 75 anos de existência, deu grande contribuição para o desenvolvimento sustentável no Brasil e em vários países", destacou. "Esta é uma prova de que estamos seguindo o caminho certo, com um plano realista e factível, e com muita esperança no futuro", acrescentou o executivo.

**53**

bilhões de reais é o total de dívidas do grupo Odebrecht

## DÓLAR COMERCIAL Atinge R\$ 5,40 e bate novo recorde

**MERCADO** O dólar bateu mais um recorde ontem, quando fechou em alta de 1,90%, cotado a R\$ 5,40, neste que foi o sétimo pregão consecutivo de valorização da moeda americana ante o real. O movimento de apreciação também alcançou o euro, que bateu novo recorde nominal, negociado a R\$ 5,85.

Já na Bolsa, o balanço do dia foi positivo para as ações das empresas brasileiras. O Ibovespa, a exemplo dos principais índices pelo mundo, operou no azul desde a abertura. Partiu de 78.9 mil pontos, o patamar do fechamento de segunda-feira, antes do feriado de Páscoa, para alcançar o melhor momento em 81,2 mil pontos e fechar o dia com 80,6 mil pontos, em alta de 2,17%.

## ARRECADAÇÃO FEDERAL TEM queda de 3,3%, diz receita

**TRIBUTOS** Antes mesmo dos piores impactos da crise econômica causada pelo novo coronavírus, a arrecadação de impostos e contribuições federais caiu 3,32% em março na comparação com o mesmo mês do ano passado. Os tributos recolhidos pela Receita Federal no mês passado somaram R\$ 109,7 bilhões, o pior desempenho desde 2010 para meses de março.

O resultado reflete, principalmente, a atividade econômica de fevereiro, quando Organização Mundial da Saúde (OMS) ainda não tinha classificado o surto da covid-19 como uma pandemia global - o que aconteceu apenas em 11 de março.

# Governo volta atrás e não vai antecipar parcela de auxílio

**INFORMALIDADE** O governo voltou atrás e não vai mais antecipar a segunda parcela do auxílio emergencial de R\$ 600 aos trabalhadores informais, conforme tinha anunciado a Caixa Econômica Federal. Em nota, o Ministério da Cidadania informou que faltam recursos no orçamento para fazer a antecipação do benefício e que será preciso aprovar um crédito suplementar. Segundo a nota, as três parcelas do auxílio vão exigir um desembolso de R\$ 32,7 bilhões cada uma e que já foram transferidos para a Caixa R\$ 31,3 bilhões. Além disso, um contingente de 12 milhões de trabalhadores ainda não receberam a primeira parcela.

## QUEM TEM O DIREITO AO AUXÍLIO EMERGENCIAL

- **Trabalhadores informais e desempregados** podem ter um auxílio emergencial de R\$ 600 ou de R\$ 1.200 (mães chefes de família)
- **MEI** O benefício é destinado ainda a MEIs (microempreendedores individuais) e autônomos que pagam INSS que estão sem renda
- **Aplicativo** O acesso ao aplicativo e ao site é gratuito e são os únicos meios de se candidatar para receber o benefício emergencial

O cronograma de pagamento da segunda parcela, previsto para começar hoje, só será anunciado em maio, segundo a nota. O Ministério menciona ainda que foi alertado pela Controladoria Geral da União (CGU) sobre a questão orçamentária.

O texto do Ministério da Cidadania conclui que após a definição da suplementação orçamentária, a Caixa efetuará o restante do crédito da primeira parcela e anunciará o cronograma de pagamento da segunda parcela do auxílio, no mês de maio. “Todos os que forem elegíveis de acordo com a lei irão receber”, diz a pasta.

Ontem o Senado aprovou em sessão remota a extensão do auxílio emergencial de R\$ 600 a outros grupos, como pais solteiros e mães adolescentes. Como o texto já passou pela Câmara, seguirá para sanção do presidente Jair Bolsonaro, que pode sancionar o texto integralmente, parcialmente ou vetar.



**Correio\*****24h****BRASIL**

10

## Teich anuncia plano voltado a flexibilizar isolamento

**COMEÇA EM UMA SEMANA** O ministro da Saúde, Nelson Teich, disse ontem que vai apresentar um plano para o relaxamento das medidas de distanciamento social no país dentro de uma semana. “A gente hoje já tem uma matriz pronta. Daqui uma semana a gente entrega uma diretriz completa, depois dos ajustes”, afirmou o ministro em sua primeira entrevista coletiva no Palácio do Planalto. Segundo o ministro, essa “diretriz” vai se adequar às características regionais.

“O Brasil é gigante e heterogêneo, não tem como diretriz não ser customizada para as diferentes partes do país, para os diferentes estados e regiões, você vai computar quais os números de casos novos, com os anteriores, qual a estrutura de leitos, quantos estão ocupados, como está sua parte de recursos humanos, como tem que se planejar”, disse.

Teich afirmou que o país não poderá ficar até “um ano e meio parado” e que o país precisa de um programa de “saída” para as medidas de isolamento social implementadas em resposta ao novo coronavírus.

“O afastamento é uma medida absolutamente natural e lógica, mas não pode não estar acompanhado de um programa de saída. É isso que a gente vai trabalhar”, explicou.

Questionado sobre os testes aplicados à população como forma de orientar medidas de relaxamento, Teich destacou que todos os atos deverão ser reavaliados com possibilidade de recuo, de acordo com as consequências, por causa do desconhecimento em re-

MARCELLO CASAL/AGÊNCIA BRAS



“O afastamento é uma medida natural e lógica, mas não pode não estar acompanhado de um programa de saída” **Nelson Teich**

Ministro da Saúde

lação à Covid-19. “Dentro do modelo que coloquei para vocês, obviamente o monitoramento contínuo, você vai ter indicadores que te dizem o seguinte: volta” – disse o ministro.

“Quando você conhece pouco alguma coisa (referindo-se à doença), realmente não consegue prever o que acontecerá. Então tem que ser rápido o bastante para fazer um diagnóstico e tomar uma atitude”, disse.

Teich, que vem falando desde que foi anunciado como ministro da importância de ampliar a testagem, ressaltou, mais de uma vez na coletiva, que não haverá exames para toda a maior parte da população.

“Não tem teste em massa. Se imaginar a Coreia do Sul, que é referência, fizeram 11 mil testes por milhão de pessoas, isso não é teste em massa. O que você tem que fazer é mapear a população de tal forma, isso já está acontecendo (no Brasil), para que (o resultado dos testes) reflita a população”, afirmou o ministro.

O ministro afirmou ainda que, desde que chegou à pasta, na sexta-feira, “ou um pouquinho antes”, foram distribuídos respiradores para Ceará, Amazonas, Pernambuco e Rio de Janeiro. Ele não deu detalhes do quantitativo para cada local nem se os equipamentos já chegaram ao destino.

# Tribuna

## Com a crise, Bahia deixa de arrecadar cerca de R\$ 5 bilhões

RAYLLANNA LIMA  
REPÓRTER

A pandemia do novo coronavírus (Covid-19) já começa a refletir na arrecadação de tributos nos estados. Conforme apurado pela Tribuna junto à Associação Comercial de São Paulo (ACSP), de 1º de janeiro deste ano até ontem (22), a Bahia havia arrecadado R\$ 21,6 bilhões em impostos. Montante cerca de 17% inferior ao adquirido no mesmo período de 2019, que foi R\$ 26 bilhões, ou seja, deixou arrecadar cerca de R\$ 5 bilhões.

Quando se compara, contudo, somente os 22 primeiros dias do mês de abril deste ano com os do ano passado, a arrecadação de tributos caiu de R\$ 5,1 bilhões para R\$ 4,3 bilhões. De acordo com o economista da associação, Ulisses Ruiz de Gamboa, a baixa é um reflexo da quarentena para combater a proliferação do vírus, que acarreta outro conjunto de fatores.

"Com certeza essa queda na arrecadação é motivada pelo impacto do isola-

mento social e pela queda de renda da população. E também pela queda da confiança do consumidor. O consumidor está mais temeroso em gastar, além de muita gente ter tido realmente uma redução de renda por vários motivos", disse.

Em sua avaliação, quando se compara somente o mês de abril, a queda no recolhimento de tributos é menor, mas ainda sim considerável. "Se você comparar o que vai do ano, o impacto é forte. Abril contra abril, realmente não é significativo. Como os preços não caíram, o impacto não é desprezível", afirmou o economista.

Ulisses sinalizou ainda outro fator que pode ter impactado na arrecadação: a produção no setor industrial. "Pode ter aí uma queda pelo lado da produção, por falta de componentes. Imagino que algumas indústrias localizadas no estado da Bahia possam ter sido também afetadas pela menor disponibilidades de peças, componentes, porque tudo vem da China", destacou, em entrevista à Tribuna da Bahia.

# Tribuna

## Raio Laser

### Cortes

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa da Bahia decidiu fazer uma severa redução de custos para enfrentar o impacto econômico negativo carreado pela luta contra o coronavírus. A meta é reduzir gastos em R\$ 2,5 milhões mensais até que o pico da pandemia tenha passado. Uma reunião virtual do colegiado ontem sacramentou a decisão que cancelou licitações não essenciais, compras de material de expediente, café, água mineral e outros itens, mantém suspensos os contratos de fornecimento de alimentação (para os dois restaurantes), dos ônibus que transportam servidores e o fornecimento de periódicos. As propostas foram chanceladas pelo presidente do Legislativo, deputado Nelson Leal (PP).



**Nelson Leal**

### Agricultura

O deputado federal Mário Negromonte Júnior (PP) protocolou um projeto de lei para diminuir os impactos causados pela pandemia do coronavírus no setor da agricultura, sobretudo aos produtores de pequeno e médio portes em todo Brasil. A matéria propõe isenção no pagamento das tarifas de energia e distribuição da parcela do consumo destinada à atividade de irrigação e aquicultura das unidades consumidoras classificadas na Classe Rural durante a pandemia, desde que inferior a 3.000 kWh (três mil quilowatt-hora) por mês.

### Arrecadação

Antes mesmo dos piores impactos da crise causada pelo novo coronavírus, a arrecadação de impostos e contribuições federais caiu 3,32% em março na comparação com o mesmo mês do ano passado. Os tributos recolhidos pela Receita Federal no mês passado somaram R\$ 109,7 bilhões, o pior desempenho desde 2010 para meses de março.

### Apreciação

A Câmara Municipal não apreciou ontem o Projeto de Lei 71/20 do vereador Edvaldo Brito (PSD), que altera os prazos de recolhimento dos tributos municipais relativos a março e abril deste ano, que passarão a ser pagos nos próximos meses de julho e setembro, respectivamente, mediante comprovada carência de recursos do contribuinte. O projeto foi apresentado no último dia 14, na reunião de líderes e não entrou na pauta da sessão seguinte.

### Argumentos

O presidente da CCJ, Alexandre Aleluia (DEM), argumentou que somente o prefeito pode legislar sobre tributos, no que foi contestado por Brito, que mostrou, inclusive no Projeto de Lei, que o Supremo Tribunal Federal já deu inúmeras decisões favoráveis a que vereadores também atuem em questões tributárias. O presidente da Casa, Geraldo Junior (SD), interveio e propôs uma reunião remota com os dois vereadores mais o secretário municipal de Gestão, Thiago Dantas, para discutir o tema e se chegar a um acordo.

## Tributos

O vereador Téo Senna (PSDB) propôs que, dentre as medidas que estão sendo tomadas pelos governos municipal e estadual para conter o coronavírus, seja acrescida a suspensão dos vencimentos dos tributos municipais e estaduais, respectivamente, pelo prazo de seis meses. A proposta foi apreciada na sessão de ontem, na Câmara Municipal de Salvador, e direcionada ao prefeito ACM Neto e ao governador Rui Costa. De acordo com Téo Senna, o projeto visa amenizar a situação de autônomos, empresários e todos os cidadãos que, de algum modo, estão tendo dificuldades para lidar com a questão econômica no período de isolamento social.

## De boa

O deputado federal Cláudio Cajado (PP) parece ter se saído bem das queixas que colegas fizeram dele ao governador Rui Costa (PT) por ter votado, na Câmara dos Deputados, contra o projeto de ajuda a estados e municípios há uma semana. O parlamentar se justificou em mensagem dirigida ao governo alegando que precisava manter um canal aberto com o governo Jair Bolsonaro para tentar ajudar em outras demandas que o Estado baiano possui, algumas, inclusive, em vias de atendimento.

## Transporte

Diante do surto do coronavírus, a procuradora-geral de Justiça, Norma Cavalcanti, suspendeu o pagamento de auxílio-transporte dos servidores e estagiários do Ministério Público da Bahia (MP-BA) enquanto durar o estado de calamidade. Mensalmente,

os servidores do MP-BA recebem o valor do transporte em espécie junto com o vencimento como indenização pelo deslocamento, no valor que exceder a 6% do salário base.



**Norma Cavalcanti**

# Tribuna

## 'Dificuldade para comprar equipamentos é entrave para reabrir comércio'

HENRIQUE BRINCO  
REPÓRTER

O governador Rui Costa (PT) revelou ontem que a dificuldade para a compra de equipamentos essenciais e insumos para o combate ao Covid-19 atualmente é o principal entrave para a reabertura do comércio na Bahia. O gestor afirmou que a alta demanda mundial gera escassez em todos os países. Ele cita como exemplo os problemas para a aquisição de respiradores.

"Todos nós queremos o mais rápido possível voltar à normalidade. Eu como governador não vejo a hora de voltar à normalidade. Quem está em casa enfrenta a

questão psicológica, social e econômica, que começa a apertar no bolso de todo mundo. Sei o esforço que é. Mas, os exemplos no mundo, vou citar Milão, na Itália, tiveram a mesma ansiedade que tivemos aqui. Lá chegou a ter carreta e passeata. A Itália e Milão registraram proporcionalmente o maior número de mortos no mundo. E olha que a Itália é muito rica", declarou, em entrevista, à RecordTV Itapoan.

Segundo o gestor, a abertura das atividades nas cidades deve se dar apenas quando o risco estiver menor. "As imagens aqui de Manaus servem de alerta. Qual é a dificuldade? São os equipamentos que não chegam. O mundo inteiro está comprando. Está faltando no mundo inteiro respiradores.

Então, é triste um médico e enfermeiro ter que escolher entre 10 pessoas qual é que eles vão salvar a vida, deixando as outras nove morrer".

Rui Costa, que também é presidente do Consórcio Nordeste, se reúne hoje pela segunda vez com o novo ministro da Saúde, Nelson Teich. O encontro, que deverá contar com a participação dos demais gestores da região, servirá para o novo integrante do governo federal responder aos questionamentos feitos no encontro da última segunda-feira.

"Na segunda-feira fizemos uma longa reunião via internet, onde ele fez questão de ouvir o relato de cada governador. Ele disse 'olha, é o meu primeiro dia de tra-



**RUI COSTA** revelou que a dificuldade para a compra de equipamentos essenciais é o principal entrave para a reabertura do comércio

balho e não tenho condições de responder às questões que vocês levantaram. Gostaria de marcar ainda essa semana para trazer essas respostas", disse Rui.

"Uma das questões é o credenciamento das unidades que os estados estão abrindo, até agora não ocorreu. Nós já abrimos sete hospitais aqui na Bahia e o valor que a Bahia recebe não foi alterado, então estamos bancando com recursos próprios todas essas unidades. Agora, com o coronavírus, o

ministro anterior [Luiz Henrique Mandetta] sinalizou que seria credenciado e não foi ainda", disse Rui.

**VALE-ALIMENTAÇÃO** - Rui Costa explicou que os cartões para ter acesso ao benefício no interior do Estado começam a ser emitidos e entregues pelo Banco do Brasil nesta semana. "Nós vamos fazer esses cartões chegarem a todos os quase 800 mil alunos matriculados na rede estadual. A iniciativa inicial dos supermercados era pela ne-

cessidade da urgência, um pedido de muitas famílias. O valor corresponde a um valor da cesta básica. Nós resolvemos entregar pelo cartão para evitar aglomeração dos parentes que vão às unidades buscar o produto", afirmou.

**MÁSCARAS OBRIGATORIAS** - No feriado de 21 de abril, Rui Costa garantiu, durante reunião virtual com prefeitos da região Sul da Bahia, a compra de respiradores para Itabuna e região. "Gostaria que os prefeitos ajudassem a divulgar o serviço de acompanhamento, por meio do número 155, e o aplicativo Monitora Covid, como medidas importantes de prevenção", pediu. Ele solicitou ainda que estimulassem o uso de máscaras, inclusive atendendo ao novo decreto, publicado ontem.

"Todo empresário deverá fornecer máscaras a seus funcionários, mesmo as de pano, para conseguirmos controlar a disseminação do vírus. O decreto prevê multa de mil reais para as empresas que descumprirem. Em seguida, vamos fazer a distribuição de máscaras, para que todos que saiam às ruas sejam também obrigados a usar máscara. Somente assim poderemos iniciar a liberação gradativa.

# Tribuna

## TRIBUTOS

### Câmara de Salvador pode prorrogar pagamento de IPTU

Foto: Antonio Queirós



A CÂMARA de Salvador pode aprovar um projeto de lei que prorroga o pagamento do IPTU

RODRIGO DANIEL SILVA  
REPÓRTER

A Câmara de Salvador pode aprovar um projeto de lei que prorroga o pagamento do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano). A medida pode ocorrer por causa do surto de coronavírus que afeta o Brasil e outras partes do mundo.

Autor da proposta, o vereador Edvaldo Brito (PSD) defende que, se o contribuinte comprovar carência, os prazos de recolhimento do tributo relativo a março e abril deste ano passem para julho e setembro.

Presidente da Comis-

são de Constituição, Justiça e Redação Final (CCJ), Alexandre Aleluia (DEM) disse que somente o prefeito pode legislar sobre o assunto. No entanto, o vereador Edvaldo Brito contestou o argumento do democrata e afirmou que o Supremo Tribunal Federal (STF) já deu inúmeras decisões favoráveis a que vereadores também atuem em questões tributárias.

"Não há nenhum impedimento jurídico para a matéria deixar de ser apreciada. Queremos atender essa parcela da população com relação ao pagamento do IPTU e o Supremo tem parecer favorável. Meu propósito

não é ideológico, e sim atender à necessidade das pessoas que estão sem recursos e com dificuldades de honrar os compromissos com Salvador. Todos precisam sair fortalecidos dessa situação grave e não aniquilados economicamente", declarou Brito.

O presidente da Câmara, Geraldo Junior (SD), propôs uma reunião remota com os dois vereadores mais o secretário municipal de Gestão, Thiago Dantas, para discutir o tema e buscar um acordo. Se houver acordo, a matéria pode ser apreciada na próxima semana na Casa.

Ontem, a Casa apro-

vou uma indicação do vereador Téo Senna (PSDB) para que ocorra a suspensão dos vencimentos dos tributos municipais e estaduais durante a pandemia. "Sabemos que a economia local sofre muito com a situação. Acredito que devemos prorrogar os vencimentos desses tributos para que todos os esforços econômicos dos cidadãos sejam para garantir sua saúde e a saúde de seus familiares", ressaltou.

Além disso, o Legislativo aprovou outras 94 indicações que tratam do combate ao novo coronavírus em uma sessão semipresencial no Plenário Cosme de Farias.

# Tribuna

## Nelson Leal diz que “calamidade pública” não pode coexistir com a “normalidade”

DA REDAÇÃO

“A Assembleia Legislativa tem a prerrogativa de aprovar os decretos de calamidade pública dos municípios, mas eles não podem decretá-la e, ao mesmo tempo, determinar uma volta à ‘normalidade’ de suas cidades, quebrando o isolamento social e permitindo, por exemplo, que o comércio seja reaberto, mesmo apre-

sentando casos diários de contaminação pelo Covid-19. Como pode coexistir calamidade pública e situação normal?”, questiona o presidente da Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA), deputado Nelson Leal, ao participar ontem de reunião online dos Poderes do Estado com o governador Rui Costa, com o presidente do Tribunal de Justiça da Bahia, desembargador Lourival Trindade, e com a

chefe do Ministério Público do Estado da Bahia (MP-BA), Norma Cavalcanti.

“É necessário que os municípios baianos mantenham o isolamento social e as medidas rígidas de higiene pública. Sem isso, a curva de contaminação irá se agravar e viveremos dias mais dolorosos. A Bahia é a quarta população do Brasil, com um dos maiores índices de pobreza do país, mas mantém um dos menores

índices de contaminação pelo Covid-19. O Governo da Bahia fez um planejamento com zelo e competência para combater o Covid-19 e estamos conseguindo evitar o colapso no sistema de saúde pública, mas a nossa taxa diária de crescimento da doença é de 9%, enquanto a de curados é de 7%. Portanto, ainda temos que fazer esse sacrifício e manter as medidas da quarentena”, defende Leal.

# Tribuna

## Espanhol reabre com investimentos de R\$ 8 milhões

CLEUSA DUARTE  
REPÓRTER

**C**om um investimento de R\$ 8 milhões, o Hospital Espanhol foi readaptado, reestruturado e reaberto pelo governo do estado. Ontem (22), à noite, os primeiros pacientes estavam sendo aguardados através de regulação, na unidade que veio ampliar o atendimento da Rede Estadual na luta contra a Covid-19. A unidade hospitalar conta com 220 leitos, sendo 140 de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) e 80 leitos clínicos e será referência para tratamento do coronavírus.

O infectologista Roberto Badaró, integrante do Comitê de Governadores e especialistas do Nordeste contra o coronavírus e diretor do Hospital Espanhol afirma, que a unidade hospitalar será uma referência para tratamento da covid-19, "a equipe é experiente, extremamente preparada para tratar pacientes de todos os níveis da doença. Na primeira fase que é mais amena, na segunda fase mais crítica, quando apresenta o quadro de pneumonia e na terceira fase, quando será necessário entrar com as medicações, algumas em fase experimental."

A novidade para os funcionários da saúde é a sala de desinfecção, que foi de-

envolvida segundo Badaró pelo Senai- Cimatec, "o profissional entrará com suas EPIs que serão descontaminadas. Assim o processo de contrair a doença e levar o vírus para casa será reduzido."

A diretora geral, Tahise Barreto, informou que o dia de ontem foi para finalizar os últimos detalhes e, "os pacientes vindos através da regulação tem chegada prevista para às 19 horas. A partir disso vamos ter uma ideia da demanda e dos processos."

O hospital foi cedido temporariamente pela justiça federal para o governo baiano em março, e as obras de adequação foram imediatamente iniciadas. O espanhol estava fechado desde setembro de 2014 e a sociedade aguardava ansiosa pela sua reabertura. Sobre o assunto o secretário estadual de Saúde Fábio Vilas-Boas enfatizou, "a reabertura do Espanhol era muito esperada pela sociedade e vem num momento extremamente importante para a saúde pública como um dos principais equipamentos de combate ao novo coronavírus na Bahia."

O governador Rui Costa percorreu toda a estrutura, inclusive os 220 leitos instalados, as 140 de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) e 80 leitos clínicos na última terça (21) e garantiu, "esperamos o mais rápido possível passar por esse momen-



Foto: <https://www.pge.ba.gov.br>

### ESTRUTURA

Hospital conta com 220 leitos, sendo 140 de Unidade de Terapia Intensiva (UTI)

to difícil que a Bahia e o mundo atravessam. Será com a colaboração de todos que iremos ultrapassar esse momento rapidamente."

O governador revelou ainda que "nos próximos dias, vamos colocar em funcionamento a Fonte Nova, onde serão oferecidos mais 100 leitos de UTI e 140 leitos clínicos. Já temos os hospitais Couto Maia, Ernesto Simões e Subúrbio."

No interior do estado também temos outros hospitais contratados. Em todas as regiões do estado, nós temos centros de atendimento e esperamos não precisar utilizá-los".

O padre Edson Menezes abençoou a unidade de saúde durante a vistoria realizada na última terça. Menezes lembrou a importância da fé neste momento difícil, "é claro que precisamos do apoio da ciência, da dedicação dos governantes, mas, sobretudo, da misericórdia de Deus. A bênção dada a este local é um sinal da nossa fé e da confiança naquele que é o todo poderoso."

Além do Espanhol e do Fazendão, que já estão em funcionamento, o Estado está montando hospitais de campanha no Hospital Santa Clara, no Hotel Riverside e na Arena Fonte Nova, to-

talizando 673 novos leitos na Região Metropolitana de Salvador (RMS) para enfrentar a pandemia do novo coronavírus.

De acordo com a assessoria de comunicação de saúde do Estado, a Bahia tem 2.867 leitos, sendo 1.595 deles clínicos. Pediátricos são 50 leitos. No caso de UTIs adulto são 1.181 e pediátricas, 41. De acordo com o governador Rui Costa, "Nós ampliamos muito a nossa rede de atendimento em toda a Bahia, porque precisamos estar preparados para atender as pessoas. O crescimento do número de infectados é muito rápido, acontece de forma exponen-

cial. Quando menos se espera, há uma explosão de casos."

O município com maior número de leitos é Salvador, com 1.399. O interior da Bahia conta com 1019 leitos de referência para a Covid-19. Lauro de Freitas é o segundo município com mais leitos, totalizando 301 vagas, sendo 91 UTIs. A maior contribuição será do Hospital Metropolitano, cuja abertura será no mês de maio, com 191 leitos. O município de Feira de Santana será o terceiro com o maior número de leitos para coronavírus, totalizando 140 vagas, que estarão distribuídas entre o Hospital da Criança, Hospital Geral Clériston Andrade e Hospital Mater Dei. Vitória da Conquista e Ilhéus terão, respectivamente, 81 e 61 leitos voltados para os pacientes com diagnóstico positivo de Covid-19. Na cidade do sudoeste baiano, o Hospital das Clínicas e o Hospital Geral de Vitória da Conquista são as unidades preparadas para receber os pacientes graves. Já em Ilhéus, o Hospital do Cacau e o Hospital de Ilhéus são as unidades de referência e retaguarda. Já em Seabra, o Hospital Regional da Chapada está dedicando 46 leitos, sendo dez UTIs e 36 leitos clínicos. A lista completa de cidades e unidades de referência estão disponíveis no site [www.saude.ba.gov.br/coronavirus](http://www.saude.ba.gov.br/coronavirus).

Mostrar foto



# Tribuna

## Construção é setor que relata maior impacto negativo da pandemia

### VALOR ONLINE

Redução da demanda e paralisação das atividades são os principais fatores que contribuem para que empresários sintam os efeitos negativos da crise do novo coronavírus nos seus negócios, aponta pesquisa do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre/FGV).

Responsável pelas tradicionais sondagens mensais de confiança junto a consumidores e setores produtivos, o Ibre incluiu no seu levantamento de abril

perguntas adicionais para medir os impactos da pandemia. Foram consultados 1.731 consumidores e 2.987 empresas até 17 de abril.

### CONSTRUÇÃO CIVIL LIDERA

Grande parte das companhias disse perceber os reflexos negativos causados pela crise, mas o impacto negativo ou muito negativo registrou relato maior no setor de construção (94,3%). Em seguida

estão as empresas prestadoras de serviços (91,7%), principalmente aquelas ligadas a alojamento, serviços de transporte rodoviário e obras de acabamento.

Dentro da indústria, os segmentos relacionados a bens duráveis e de capital sofrem mais negativamente os reflexos da crise, ambos afetados por problemas no fornecimento de insumos importados.

Vestuário (87,8%), couros e calçados (81,8%) e

veículos automotores (79,7%) são os que possuem a maior proporção de empresas reportando impacto muito negativo em seus negócios. Segundo o Ibre, fabricantes de vestuário enfrentam dificuldades no fornecimento de insumos importados, enquanto produtores de couros e calçados sofrem com a redução da demanda externa.

No comércio, os segmentos mais impactados também são veículos, tecidos,

vestuário, calçados, móveis e eletrodomésticos, com mais de 90% das empresas desses grupos afirmando que são afetadas negativamente.

Entre as exceções, relatam reflexos positivos algumas empresas de segmentos de alimentos, fabricação de produtos alimentícios, supermercados, fabricação de produtos farmacêuticos e de plástico e serviços da construção relacionadas a hidráulica, ventilação ou refrigeração.

# Tribuna

## CÂMBIO

### Dólar dispara a R\$5,41 com expectativas sobre corte da Selic

POR LUANA MARIA  
BENEDITO

O dólar subia com força ontem, pós-feriado, chegando a tocar máxima recorde acima de 5,41 reais em meio a expectativas de corte de juros, que levantam preocupações sobre a entrada de fluxo nos mercados brasileiros.

Às 13:51, o dólar avançava 1,77%, a 5,4123 reais na venda. Na máxima do dia, a cotação tocou a máxima histórica de 5,4153 reais na venda, alta de 1,94%.

Na B3, o dólar futuro subia 1,76%, a 5,415 reais.

"Essa puxada do dólar vem com o aumento da expectativa sobre um corte do BC", disse à Reuters Jefferson Laatus, sócio fundador do grupo Laatus. "Campos Neto mudou discurso, deixando a entender que o BC pode vir a voltar a cortar os juros."

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, disse na segunda-feira que o cenário analisado pelo Comitê de Política Monetária (Copom) em sua última reunião — quando avaliou que tanto uma redução

maior no juro quanto afrouxamentos monetários adicionais poderiam se tornar "contraproducentes" — mudou.

"O que falamos é que entendemos que as condições que tínhamos no Copom mudaram muito de lá para cá, inclusive as expectativas de inflação", disse Campos Neto. Na ocasião da última reunião do Copom, o colegiado cortou a Selic em 0,50 ponto percentual, a 3,75%.

O corte da taxa básica de juros a mínimas recordes sucessivas tem sido fator de pressão sobre o real, uma vez que reduz rendimentos locais atrelados à Selic, tornando o cenário brasileiro menos atraente para o investidor estrangeiro. Esse contexto é ainda agravado pela pandemia de coronavírus e conflitos políticos recentes entre Executivo e Legislativo.

No exterior, o dólar ganhava contra lira turca, rand sul-africano e peso mexicano, pares emergentes do real. Contra o dólar australiano, outra moeda arriscada, a divisa dos EUA registrava perdas.

# Tribuna

## EFEITO

# Crise pode causar fome de proporções bíblicas

CB CORREIO BRAZILIENSE

O diretor executivo da agência de assistência alimentar da Organização das Nações Unidas (ONU), o Programa Mundial de Alimentação (PMA), David Beasley, afirma que a pandemia do novo coronavírus está causando fome generalizada "de proporções bíblicas" por todo mundo.

Beasley pede que governantes agem antes que centenas de milhões passem fome em pouco tempo. "Não estamos falando de pessoas que vão dormir com fome. Estamos falando de condições extremas, situação de emergência. Pessoas literalmente

marchando à beira da fome. Se não conseguirmos comida para as pessoas, as pessoas vão morrer", afirmou o diretor ao jornal inglês The Guardian.

As Nações Unidas já haviam advertido, nessa terça-feira (21/4), que a pandemia do novo coronavírus pode provocar fome em países já vulneráveis com a paralisação do comércio e o choque nos mercados financeiros.

"Agora, meu Deus, esta é uma tempestade perfeita. Estamos olhando para uma expansão da fome em proporções bíblicas"

Enquanto os governos se mostram ansiosos por suspender o confinamento e a paralisação de suas eco-

nomias devido à crise sanitária, mas muitos líderes temem que um retorno à atividade dispare uma nova onda de contágios.

### 265 MILHÕES PASSANDO FOME

Paralelamente, é enorme a preocupação com os crescentes custos econômicos e a tensão social produzidos pelo confinamento de metade da humanidade. O impacto econômico da pandemia porém provocar uma "catástrofe humanitária", dobrando o número de pessoas que sofrem com a fome no mundo, para 265 milhões este ano, advertiu o PMA.

"Estamos à beira de uma pandemia de fome",

advertiu o diretor ao Conselho de Segurança durante uma videoconferência. "Milhões de civis que moram em países afetados por conflitos, inclusive muitas mulheres e crianças, estão à beira de sofrer fome, com o fantasma da fome extrema como uma possibilidade muito real e perigosa", prosseguiu Beasley, acrescentando que este cenário pode ocorrer em cerca de trinta países.

Enquanto o PMA fazia esta advertência sombria, os ministros da agricultura do G20 prometiam assegurar um fornecimento "suficiente" de alimentos para os "mais pobres, os mais vulneráveis e os deslocados".

# Tribuna

## Governo articula plano para elevar investimento

IDIANA TOMAZELLI, O  
ESTADO DE S.PAULO

O governo articula um plano de recuperação da economia para o momento pós-crise do novo coronavírus. A ideia, segundo apurou o Estadão/Broadcast, é ampliar os investimentos em infraestrutura para estimular a geração de emprego e renda no curto prazo e ampliar a produtividade e a capacidade de crescimento do País no longo prazo ao atacar gargalos existentes.

O plano, apelidado de "Plano Marshall" (em referência à estratégia dos Estados Unidos de financiar a reconstrução e recuperação dos países aliados após a Segunda Guerra Mundial), está sendo delineado por vários ministérios, e as primeiras ideias foram levadas hoje ao presidente Jair Bolsonaro na reunião do conselho de governo.

O Ministério da Economia ainda não está envolvido diretamente nas discussões, segundo apurou a reportagem. O plano está sendo to-

cado pelo Palácio do Planalto junto com os ministérios de Infraestrutura e Desenvolvimento Regional. O Ministério da Infraestrutura já tem uma lista de obras prioritárias que poderiam ser tocadas com recursos da União, como mostrou o Estado.

O diagnóstico no governo é que a União abriu o cofre para destinar mais de R\$ 300 bilhões a políticas que são necessárias (como o auxílio emergencial a trabalhadores informais), mas que na prática são apenas "curativos" para o momento da crise provocada pelo novo coronavírus.

Mesmo que a atividade econômica tenha uma retomada mais rápida, em formato de "V", o País chegaria no fim de 2021 ao mesmo patamar em que esteve nos últimos três anos, só que com uma dívida muito maior – 10 pontos percentuais do Produto Interno Bruto (PIB).

Ao mesmo tempo, o setor privado ainda estará endividado ou avesso ao risco para entrar numa concessão que dure 20 ou 30 anos.

A avaliação na equipe que trabalha na elaboração do plano é que realizar um conjunto de investimentos em infraestrutura e inovação pode auxiliar no momento pós-crise. Seriam rodovias, ferrovias, residências e outras obras de infraestrutura que, na visão do governo, ajudariam a gerar emprego e renda no curto prazo e alavancar o potencial de crescimento da economia no longo prazo.

A orientação é manter o plano de concessões e privatizações naquilo que for possível, mas ao mesmo tempo dar uma injeção de estímulos para a economia. Segundo apurou o Broadcast, o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) participa das discussões. O plano teria caráter plurianual – como mostrou a Coluna do Estadão nesta quarta, 22. O ministro-chefe da Casa Civil, Walter Braga Netto, quer algo para "uns 30 anos".

Na área econômica, técnicos lembram que qualquer gasto que extrapole o programa de combate à calamidade, focado em 2020,

precisará respeitar as regras fiscais vigentes. Uma delas é o teto de gastos, mecanismo que limita o avanço das despesas à inflação. Com o avanço das despesas obrigatórias como salários e benefícios previdenciários nos últimos anos, o espaço para investimentos no teto tem caído.

Os técnicos ainda estão discutindo como conciliar o plano com as restrições fiscais do País e com a orientação da equipe econômica, que desde o início do governo tem pregado menor participação do Estado na economia.

Numa espécie de "vacina" contra as críticas, os formuladores do plano também estão conversando com técnicos que participaram da elaboração do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), concebido no governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e levado adiante por sua sucessora, a ex-presidente Dilma Rousseff. A ideia é ver quais metodologias podem ser aproveitadas e "do que o governo precisa fugir".

# Tribuna

## Nelson Teich prepara 'programa de saída' para estados

LARA PINHEIRO, G1

O ministro da Saúde, Nelson Teich, disse ontem que o governo federal prepara uma diretriz que será apresentada para orientar cidades e estados na flexibilização do distanciamento social contra o coronavírus Sars-Cov-2.

Teich diz que prepara a entrega das diretrizes para daqui a uma semana. O ministro afirmou que não serão apontadas regras gerais para todo o país, já que as realidades regionais e o avanço da doença são distintos em cada localidade.

"O afastamento, ele é uma medida absolutamente natural e lógica na largada. Mas ele não pode não estar acompanhado de um programa de saída. Isso é o que a gente vai desenhar. Isso é o que a gente vai dar suporte para estados e municípios" - Nelson Teich, ministro da Saúde

### PAÍS PARADO

O ministro afirmou que é "impossível" para um "país sobreviver um ano, um ano e meio parado". Ele fez a afirmação após dizer que o

total de pessoas infectadas com Covid-19 é baixo se comparado com o total da população. E que com as atuais taxas não será alcançada o percentual de 70% da população em contato com a doença. Alguns países, como o Reino Unido, chegaram a basear sua estratégia inicial de combate à pandemia no princípio da "imunidade do rebanho" — que considera um cenário em que grande parte da população se tornaria imune após contrair a doença.

"A gente hoje tem 43,5 mil casos do coronavírus no Brasil. Se a gente imaginar que pode ter uma margem de erro grande - digamos que a gente tenha aí 100 vezes, isso é só um exemplo hipotético - a gente tá falando em 4 milhões de pessoas. Nós hoje somos 212 milhões. Então, fora da



NELSON TEICH

Ministro tem plano para flexibilizar a quarentena

Covid tem 208 milhões de pessoas que continuam com as suas doenças, com os seus problemas, e que têm que ter isso tratado. E o que é que representam, hoje, 4 milhões de pessoas num país como esse? 2% da população", disse Teich.

"Se existe o conceito de que você tem que ter 70% da população em contato com a doença para que ela seja imune e a vacina vai levar talvez um ano, um ano e meio, e se você não tem um crescimento explosivo da doença - e você não tem um crescimento explosivo da doença, que não está acontecendo no Brasil - , a gente talvez nem chegue nesse número antes da vacina. Isso pode levar, o quê, um ano, um ano e meio? É impossível um país sobreviver um ano, um ano e meio parado" - Nelson Teich, ministro da Saúde

### CRÍTICA ÀS PREVISÕES

O ministro disse que as projeções sobre o número de mortos por causa da Covid-19 são "coisa muito complexa" e que os números derivados de modelos matemáticos podem não retratar a realidade. Teich citou especificamente o estudo do Imperial College que estimava que, no pior cenário, o Brasil poderia ter mais de um milhão de mortes.

O trabalho também apontava que, com medidas de isolamento adequadas, o número poderia ser de 44 mil. "Isso é impossível", disse o ministro, referindo-se ao intervalo entre os dois extremos da projeção.

Teich disse que os modelos matemáticos "tem que ser padronizados" para poder ser comparados e que eles dependem das "premissas que colocam nele". O ministro disse que, quando eles geram "número muito alarmante", acabam por piorar o medo na população.

Sem abordar a subnotificação ou o tempo da pandemia em cada país, Teich elogiou o desempenho brasileiro. "Em relação a números, eu tenho os números colocados aqui, o Brasil, hoje, é um dos países que melhor performa em relação à Covid. (...) O nosso número é um dos melhores", disse o ministro.

"Qual é o problema da Covid? Ela assusta porque acomete muito rápido o sistema. E os sistemas de saúde não são feitos para ter ociosidade. Você tem que trabalhar com eficiência má-

xima. Saúde é muito caro. Não dá para trabalhar com ociosidade. Então os hospitais trabalham quase que no limite. Quando você tem alguma coisa que sobrecarrega o sistema, é quase impossível você conseguir se adaptar na velocidade necessária", analisou o ministro.

## Análise e ação em curto prazo

Sem fazer projeções, Teich ressaltou que seu foco será nas análises de curto prazo para tomada de decisão diante do que o avanço da doença mostra como cenário do Brasil. Ele ressaltou que essas análises vão exigir que os gestores sejam rápidos o bastante para fazer ajustes diante das mudanças.

"Você tem que ser rápido o bastante para fazer um diagnóstico e tomar uma atitude. Então uma das coisas que a gente vai ter dentro dessa diretriz é 'se acontecer isso aqui, recua.'" - Nelson Teich, ministro da Saúde

Questionado sobre como será a indicação para retomada das atividades em locais que já mostram esgo-

tamento de leitos, o ministro afirmou que será preciso avaliar "em cada região" o que é adequado fazer, ressaltando que não haverá uma fórmula padrão para todo país. Teich disse que não tinha como dar exemplos específicos de cidades ou regiões onde já podem existir medidas de relaxamento social.

## poder coronavírus

# PM impedirá bloqueio de vias, diz Doria após ato fechar av. Paulista

Corporação terá que traçar novo plano para carreatas; governador de SP descarta proibir manifestações

Carolina Linhares

**SÃO PAULO** O governador de São Paulo, João Doria (PSDB), afirmou nesta quarta (22) que reforçou orientação à Secretaria de Segurança Pública para impedir que manifestantes fechem ruas e avenidas, como adiantou a Folha.

O tucano pediu à população que faça manifestações pela internet durante a quarentena de coronavírus. A fala vem depois de um fim de semana em que carreatas de apoiadores do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) tomaram conta da av. Paulista, provocando aglomeração. Havia muitas pessoas sem máscara, inclusive idosos.

"Não somos contra manifestações, somos democráticos, mas não façam isso de forma irresponsável nas ruas", disse Doria, em entrevista coletiva.

Na Polícia Militar a fala de Doria foi uma surpresa, e agora há a preocupação de traçar um novo plano para acompa-

nhar as carreatas previstas para este fim de semana. Há dúvida sobre técnicas para dispersar pessoas que estão de carro, se for necessário, e qual será o limite para a atuação.

Organizadores dos atos viram a declaração como autoritária e afirmaram que a pressão sobre o tucano irá continuar. Disseram que não obstruiram a Paulista totalmente.

O recado do governador é uma reação à preocupação da área da Saúde: nos atos, motoristas saíram dos veículos e se juntaram em torno de um carro de som, no que mais parecia uma manifestação de rua.

Ao mesmo tempo, a avaliação política do governo é a de que os protestos não devem ser reprimidos ou proibidos — a orientação de obstruir vias é uma tentativa de ao menos reduzir danos.

A atuação da PM nas últimas carreatas foi mais pacífica do que a indicada pelo governador. Por momentos no sábado (18) e no domingo (19), co-

mo presenciou a reportagem, todas as pistas da av. Paulista ficaram bloqueadas, incluindo o corredor de ônibus.

A PM, que escoltou a carreta, não impediu que os veículos ocupassem qualquer espaço — com o tempo, a PM e os próprios militantes abriram uma via de escape. Os cruzamentos foram deixados livres.

Policiais chegaram a desviar ônibus para ruas paralelas e autorizar carros a passarem pelo canteiro central para escaparem da avenida travada. Ambulâncias também tiveram dificuldade de avançar.

Por volta das 18h30 de sábado (os carros estavam na Paulista desde 15h30), um capitão da PM começou uma operação para liberar mais vias. A Folha afirmou: "Eles já manifestaram muito tempo".

"Bloquear o direito de ir e vir, principalmente na av. Paulista, que dá acesso a hospitais, é uma atividade que merece a reprovção do governo e da sociedade", afirmou Doria, in-

dicando que a atuação da PM deve endurecer.

O decreto estadual de quarentena só recomenda que as pessoas circulem menos. Uma portaria do Ministério da Justiça autoriza a polícia a sancionar ou prender quem desobedece a quarentena, com base nos crimes de infração de medida sanitária preventiva e desobediência — mas isso não está no radar do governo.

Doria chegou a anunciar prisão para quem descumprisse o isolamento, mas voltou atrás após a repercussão negativa.

Apesar da ameaça à saúde, a leitura é que o direito à manifestação previsto na Constituição tem que ser preservado.

Para integrantes do governo, uma atitude repressora não combinaria com a defesa da democracia que Doria vem fazendo, sobretudo depois que Bolsonaro participou de ato contra o isolamento social e a favor de intervenção militar em Brasília.

Em São Paulo, pedidos de intervenção militar e faixas em defesa do AI-5 também estiveram presentes nas carreatas bolsonaristas. Doria afirmou à Folha que essas bandeiras são condenáveis e inconstitucionais, mas que "a manifestação é de livre direito de quem quer se manifestar".

Impedir daria munição aos manifestantes, que já acusam Doria de ditador por impor o isolamento. Deputados estaduais apoiadores de Bolsonaro protocolaram nesta quinta pedido de impeachment contra o tucano. O presidente da Assembleia Legislativa, Cauê Macris (PSDB), afirmou que

não tratará da denúncia agora.

Há ainda o entendimento no governo de que ações de repressão poderiam vitimizar os manifestantes, aumentando o apoio público a eles e o tamanho dos atos — algo visto nos atos de junho de 2013.

"Tudo que algumas pessoas querem é cadáveres no chão para justificar golpe de estado, sublevação da ordem. As PMs estão vacinadas com essa história no país todo", diz o senador Major Olimpio (PSL-SP) ao elogiar a atuação pacífica da polícia paulista.

Próximo dos militares e crítico de Doria (e de Bolsonaro mais recentemente), Olimpio diz que a PM não poderia cercar direitos constitucionais, como o de manifestação.

Em nota, a Secretaria de Segurança Pública afirmou ser legalista e atuar para garantir o respeito às leis e a dignidade humana. "A livre manifestação de pensamento é um direito constitucional, razão pela qual as forças policiais do Estado acompanharam os atos democráticos realizados ao longo do último fim de semana de forma a preservar a ordem pública e a segurança de todos os cidadãos, fossem eles manifestantes ou não".

A PM informou em nota que "agiu para garantir a segurança de todos e o direito de ir e vir daqueles que não participavam dos atos, bem como o direito a manifestação".

Já o Ministério Público tem agido contra a realização de carreatas e orientou os promotores de Justiça a atuarem contra o relaxamento da quarentena no interior.

## Entenda as carreatas em São Paulo

SÁBADO (18)

**Como foi** A carreta, com mais de cem carros e motos, deixou a concentração, no ginásio do Ibirapuera, às 14h30, e seguiu pelo bairro dos Jardins, até chegar à avenida Paulista. O trajeto levou uma hora. Na Paulista, os manifestantes, que vestiam verde e amarelo e carregavam bandeiras do Brasil, desceram dos veículos, e o ato virou uma manifestação de rua — inclusive com um caminhão de som, em torno do qual se formou uma aglomeração. Muitas pessoas, incluindo idosos, não usavam máscaras. O protesto travou o fluxo nos dois sentidos da via, até que, por volta das 18h30, policiais começaram a liberar as pistas. O ato foi acompanhado pela Polícia Militar e pela CET

**Quais eram as pautas** O alvo era o governador de São Paulo, João Doria (PSDB), responsável pela quarentena imposta no estado com o intuito de frear a avanço do novo coronavírus. As frases "Fora, Doria!", "impeachment Doria!" e "Globo lixo" estavam adesivos nos veículos, além de "fora, Maia". Havia algumas placas pedindo intervenção militar, mas o discurso não foi defensivo do caminhão de som

**Quem organizou** De acordo com os participantes, não há uma liderança clara; as carreatas surgiram de forma espontânea. Grupos de direita, no entanto, deram apoio à manifestação. O Movimento Direita Conservadora, por exemplo, foi responsável pelo carro de som

**Recomendações ignoradas** Ao formar aglomerações, os manifestantes foram contra orientações da OMS (Organização Mundial da Saúde) e das autoridades brasileiras de saúde, que recomendam o distanciamento social. Segundo os organizadores, PM e CET foram notificadas do ato, uma exigência das autoridades

**DOMINGO (19)**

**Como foi** A carreta, maior que a do dia anterior, deixou o ginásio do Ibirapuera, às 14h, e seguiu para a avenida Paulista, onde houve nova aglomeração. Pelo caminho, os carros promoveram buzinações em frente a hospitais. Os dois sentidos da Paulista ficaram bloqueados — alguns carros tiveram que avançar pelo canteiro central e ônibus ficaram presos no meio do ato.

A PM não impediu o fechamento da via

**Quais eram as pautas** Os manifestantes, apoiadores do presidente Jair Bolsonaro, pediram o fim do isolamento social e gritaram contra João Doria, Rodrigo Maia, o Congresso e o Supremo Tribunal Federal. Havia placas a favor de uma intervenção militar e do AI-5

**Quem organizou** Os participantes voltaram a dizer que não há uma liderança clara. O movimento Nas Ruas, no entanto, convocou seus militantes para o ato, que também contou com caminhoneiros e intervencionistas

**Recomendações ignoradas** As aglomerações vão contra orientações da OMS (Organização Mundial da Saúde) e das autoridades brasileiras de saúde



Manifestantes fecham as vias da avenida Paulista em carreata contra o governador João Doria no último domingo Bruno Santos - 19.abr.20/Folhapress

## Assembleia de SP propõe cortar salário e gastos do mandato dos deputados

**SÃO PAULO** A Assembleia Legislativa de São Paulo anunciou nesta quarta (22) um projeto para reduzir gastos, incluindo salários de deputados e de servidores comissionados.

A proposta, que estava em estudo, conforme mostrou a Folha, ainda precisa ser aprovada em votação no plenário.

As ações de austeridade previstas somam R\$ 320 milhões, que serão destinados ao combate da pandemia. A ideia é votar a urgência do projeto nesta quinta-feira (23) e levá-lo à votação do plenário já na semana que vem. Se o cronograma funcionar, os cortes passam a valer a partir de 1º de maio.

O projeto de resolução protocolado pela Mesa Diretora da Casa prevê redução de 30% do salário dos deputados (que é de R\$ 25 mil); redução de 30% da verba mensal des-

tinada a gastos do mandato dos deputados (R\$ 34,5 mil); redução de 20% dos salários e benefícios de cargos comissionados; redução de 20% do vale-refeição e vale-alimentação; suspensão do pagamento da licença prêmio em dinheiro; doação de 70% do fundo de despesas da Assembleia; e revisão e engajamento de contratos em até 40%.

Além disso, a Casa já havia devolvido ao Executivo 7% do seu Orçamento de 2020, o que equivale a R\$ 89 milhões.

Segundo o presidente da Assembleia, deputado Cauê Macris (PSDB), a maior parte dos parlamentares da Casa é favorável à proposta. Nenhum líder partidário, de acordo com ele, se manifestou de forma contrária.

A proposta, contudo, ainda está sujeita a modificações, que devem ser debatidas ele-

**R\$ 25 mil**

é o salário mensal dos deputados estaduais de São Paulo

**R\$ 34,5 mil**

é a verba mensal de gabinete, para locação de imóveis, gastos com gráficas e divulgação, hospedagem, combustível, passagens aéreas, locação de veículo

**R\$ 164 mil**

é a verba mensal para contratar assessores

**R\$ 2.850**

é o auxílio-moradia mensal para deputados que não têm imóvel na região metropolitana de São Paulo

vadas à votação no plenário.

O projeto leva em consideração propostas de cortes já protocoladas. Segundo Macris, a ideia foi chegar a um meio-termo, já que havia sugestões mais radicais.

O primeiro-secretário da Mesa, Enio Tatto (PT), afirmou que a proposta abre caminho para que outros Poderes e entidades, como Ministério Público, Tribunal de Contas e autarquias, também reduzam suas despesas.

O corte no salário dos deputados produz uma reação em cadeia em todo o estado, já que o teto dos salários de vereadores nos municípios varia de 20% a 75% do salário do deputado estadual, dependendo do tamanho da cidade.

A Câmara Municipal de São Paulo, porém, já se adiantou e também quer cortar 30% do salário dos vereadores. Nesta quarta, a Mesa Diretora apresentou projeto para economizar R\$ 31,4 milhões até dezembro. A proposta será votada nesta quinta e passa a vigorar em 1º de maio, se aprovada.

O projeto corta 30% do salário dos vereadores (de R\$ 19 mil), 30% das verbas de gabinete (de R\$ 25,9 mil) e 20% do salário dos comissionados. A Câmara também anunciou revisão de contratos em R\$ 3,6 milhões e a destinação de R\$ 38,6 milhões do seu fundo de despesa para o combate ao coronavírus.

Vários deputados já haviam protocolado projetos de corte de verbas. Cada deputado da Assembleia paulista custa cerca de R\$ 220 mil por mês. No acumulado do ano, a despesa com os parlamentares somados chega a R\$ 250 milhões.

A conta inclui o salário de R\$ 25 mil, R\$ 34,5 mil de verba de gabinete (para locação de imóveis, passagens, gasolina, gráficas) e R\$ 164 mil para contratação de assessores.

Quem não tem imóvel na região metropolitana tem auxílio de R\$ 2.850. Em 2019, a Casa gastou R\$ 584 mil com esse auxílio. Gastos com hospedagem, alimentação e despesas de locomoção somaram R\$ 860 mil em 2019. CL

mercado **coronavírus**

# Governo resgata papel do Estado na retomada, sob a oposição de Guedes

Programa prevê investimento público para a geração de empregos e a recuperação da economia

BRASÍLIA O governo Jair Bolsonaro anunciou, nesta quarta-feira (22), o programa Pró-Brasil, um conjunto de medidas que têm como pivô a retomada do investimento público para a geração de empregos.

O plano foi rejeitado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, que imprimiu ao governo até o momento uma agenda liberal, centrada em ações de mercado e com mais investimento privado na economia.

“O anúncio foi feito pelo ministro-chefe da Casa Civil, general Walter Braga Netto, que comandará o programa a pedido de Bolsonaro.

Nenhum integrante da equipe econômica participou do evento, que, dentre os ministérios envolvidos, só contou com a presença do ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas.

“Não é um programa somente de governo, é de Estado. Tanto que nossa previsão de trabalho do programa está num universo temporal de dez anos, até 2030. Estamos pensando a longo prazo”, disse Braga Netto, em coletiva no Palácio do Planalto.

Também devem apresentar propostas os ministérios de Minas e Energia e o de Desenvolvimento Regional.

De acordo com Tarcísio, a ideia inicial é investir cerca de R\$ 30 bilhões do próprio Orçamento do ministério com cerca de 70 obras paralisadas ou em estágio inicial ao longo de três anos.

O ministro disse que o programa de concessões e privatizações seguirá adiante, mas, nesse caso, o resultado em relação à geração de empregos demora mais.

Com as obras públicas, o efeito seria praticamente im-

ediato e poderia garantir, no período considerado, entre 500 mil e 1 milhão de contratações.

“A gente estima o valor de R\$ 30 bilhões [para obras públicas], estamos falando dentro do horizonte plurianual. Isso representa complementação do que que já temos hoje”, disse Tarcísio.

“Não vamos dar nenhuma pirueta fiscal, nenhuma cambalhota. Será feito com muita responsabilidade, dentro da linha de controle de gastos e de solvência que têm marcado a gestão [Bolsonaro]”, afirmou.

Ao apresentar o plano, o governo não deu valores de investimentos em cada obra nem informou quais são as ações prioritárias.

Durante as discussões ao longo das duas últimas semanas, a ala militar do governo, da qual o próprio Tarcísio faz parte e também Braga Netto, chamou o programa de “Plano Marshall”, em uma referência aos investimentos feitos pelos EUA na reconstrução de países aliados logo após a Segunda Guerra Mundial.

No início da reunião interministerial ocorrida na manhã desta quarta no Planalto, Braga Netto apresentou uma série de parâmetros sobre as perspectivas e previsões para a pandemia do coronavírus.

Segundo relato de presentes, o Planalto tem a avaliação de que os efeitos da pandemia se estenderão, pelo menos, até o segundo semestre de 2021.

Em uma breve fala, Bolsonaro disse que o quadro de dificuldades pode ser uma oportunidade para que o governo avance nas reformas administrativa e tributária e ajuste do atual arcabouço regulatório, uma forma de estimular a chegada de capital novo de investidores privados em

concessões.

Em tom professoral, Guedes disse aos colegas que, diferentemente da ajuda dos americanos para a reconstrução da Europa, o plano idealizado pela Casa Civil significaria “abrir mão de dinheiro para ajudar o próprio país”. Foi o que levou

à troca do nome para Programa Pró-Brasil.

Logo em seguida ele se colocou contrário ao aumento do gasto público, fazendo um contraponto ao núcleo militar. De acordo com auxiliares presidenciais, o ministro da Economia pregou a necessi-

dade de manter a atual agenda liberal e ressaltou que cabe ao poder público facilitar a atração de investimentos.

A intenção de Guedes é estimular a economia via concessão de crédito com garantias estruturadas.

O ministro da Economia lembrou ainda que a política idealizada pela Casa Civil tem uma orientação desenvolvimentista e foi adotada por Dilma Rousseff (PT), causando um agravamento da situação fiscal do país.

Em conversas paralelas após a reunião, ministros militares elogiaram o plano lançado pelo ex-presidente dos Estados Unidos Barack Obama após a crise econômica de 2008.

A medida, cujo objetivo era reaquecer a economia e reempregar a classe média, previa a reconstrução de estradas e pontes, além da contratação de desempregados na área da construção civil.

Representantes da ala ideológica do governo, no entanto, concordam com Guedes e consideraram que o ideal seria garantir liquidez e equilíbrio fiscal ao máximo possível. Gustavo Uribe, Julio Wiziack, Ricardo Della Coletta, Julia Chaib e Talita Fernandes

## Bolsonaro faz aceno a ministro e defende investimento privado

BRASÍLIA Após anunciar um plano estatal para recuperação da economia, o presidente Jair Bolsonaro fez um aceno na noite desta quarta-feira (22) ao ministro da Economia, Paulo Guedes, que tem defendido a continuidade de uma política liberal mesmo diante

de uma crise sanitária.

Na entrada do Palácio da Alvorada, onde cumprimentou um grupo de eleitores, o presidente disse que pretende priorizar o investimento privado no estímulo à atividade econômica. E ressaltou que o “Posto Ipiranga” participará “um pouco” das discussões sobre o plano de infraestrutura.

“O ministro Paulo Guedes participou um pouquinho e vai participar um pouquinho na semana que vem”, disse. “Política boa é com investimento privado. Essa é a minha linha, aprendi rápido com Paulo Guedes”, acrescentou.

O presidente sinalizou que deve preservar o teto de gastos mesmo durante a pandemia de coronavírus, mas afirmou não descartar uma flexibilização da política de ajuste fiscal, uma das principais bandeiras da gestão do economista.

“Nada está descartado”, disse. “Já falei que o Posto Ipiranga é o Paulo Guedes.”

## Secretário diz que não há dinheiro para ‘Plano Marshall’

BRASÍLIA Diante da crise provocada pela pandemia do novo coronavírus, o governo desistiu de privatizar estatais e vender participações da União em empresas neste ano. De acordo com o secretário especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados do Ministério da Economia, Salim Mattar, não há ambiente no mercado para essas negociações.

O secretário ainda afirmou que o governo não tem dinheiro para um “Plano Marshall”, em contraposição à ideia elaborada no Planalto para reerguer a economia via investimentos públicos.

“O Plano Marshall dependeu do governo americano, e não temos dinheiro sobrando. É um plano muito ambicioso”,

Leia mais sobre Braga Netto na pág. A6 e sobre o plano dos militares na coluna de Vinícius Torres Freire, na pág. A15

### PRINCIPAIS EIXOS DO PROGRAMA PRÓ-BRASIL

#### 1 Infraestrutura

Uso de recursos orçamentários contingenciados para a retomada de cerca de 70 obras pelo país com custo estimado de R\$ 30 bilhões ao longo de três anos. Haverá projetos nas áreas de energia e mineração, desenvolvimento regional, transporte, logística e telecomunicações

#### 2 Desenvolvimento produtivo

Ainda em aberto, envolverá a indústria, agronegócio, serviços e turismo na busca de ações do Estado para esses setores da economia

#### 3 Capital humano

Parcerias, especialmente com entidades do Sistema S, deverão levar adiante um plano de capacitação de mão de obra

#### 4 Inovação e tecnologia

Projetos nas áreas digitais e que promovam aumento de produtividade, especialmente na indústria, terão incentivo do governo como forma de absorver mão de obra

#### Por que esse plano?

A ala militar do governo, liderada pelo general Braga Netto, ministro da Casa Civil, considera que a economia não vai se recuperar quando o isolamento causado pelo coronavírus tiver fim e será preciso algum investimento público para gerar empregos rapidamente e, assim, conter a alta do desemprego no país

#### O ministro da Economia, Paulo Guedes, concorda com o plano?

Não. Esse plano contraria seu modelo liberal, que prevê medidas de estímulo da participação da iniciativa privada na economia

#### O plano vai durar somente até o fim da crise?

A ideia do ministro Braga Netto é que ele seja implementado por, ao menos, dez anos. No entanto, a ala militar diz que não se trata de um novo PAC, o Programa de Aceleração do Crescimento da ex-presidente Dilma Rousseff (PT), porque corrigirá todos os desvios que levaram a um aumento do déficit público e à paralisação das obras previstas

Fonte: Casa Civil e ministérios



O ministro-chefe da Casa Civil, general Walter Braga Netto. Pedro Ladeira/Folhapress

## Ala militar ocupa espaço político que antes era exclusivo do ministro da Economia

### ANÁLISE

Igor Gielow

SÃO PAULO O “Plano Marshall” de infraestrutura apresentado nesta quarta (22) pelo governo não é o mais eloquente avanço da área militar da gestão de Jair Bolsonaro sobre o feudo de Paulo Guedes.

Não se trata tanto de uma oposição programática imediata, entre ideias mais liberais do ministro da Economia e um suposto desenvolvimentismo à la anos 1970 por parte dos militares.

Guedes já vinha conversando sobre a necessidade de geração de empregos por meio de frentes de trabalho.

Na essência, é o que o general Walter Braga Netto, chefe da Casa Civil, propôs a partir de planos do capitão do Exército Tarcísio Freitas (Infraestrutura). Para horror de Bolsonaro, suas raízes estão no PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) de Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Só erraram a referência histórica: esse tipo de política é associada ao New Deal (novo tratado, em inglês), a política de

recuperação econômica dos EUA após a crise de 1929 por meio de obras públicas.

O Plano Marshall foi a injeção a partir de 1948 do equivalente hoje a US\$ 130 bilhões (R\$ 710 bilhões nesta quarta) para reconstruir e estimular a economia europeia após a Segunda Guerra Mundial, barrando assim o avanço do comunismo sobre os países ocidentais do continente.

O Brasil anunciou medidas equivalentes a pouco mais de 2,5% do seu PIB na crise, mas não há notícia de socorro externo a caminho.

Pior, não se sabe exatamente de onde viria o dinheiro: a taxa de investimento público em infraestrutura caiu de 1,26% para 0,65% do PIB de 2010 a 2019, segundo dados da consultoria Inter.B.

A fátia privada subiu, de 1,01 para 1,22% do PIB, mas o somatório é bem abaixo dos cerca de 4% que seriam necessários para fazer deslanchar o setor.

Ter tido a ideia e não ter sido o autor do anúncio foi só o sinal público mais evidente do desprestígio crescente de Guedes, antes todo-poderoso.

Houve entreveros pontuais entre a equipe econômica e os militares durante a confecção das reformas previdenciária e de carreira da categoria, um braço de ferro vencido pela caserna. Nos últimos meses, houve boataria sobre um desejo mais dirigista da economia por parte da ala fardada.

Economicamente, contudo, há mais convergências do que divergências. A reativação do desenvolvimentismo do general Ernesto Geisel (1974-1979) no fim do segundo governo Lula (2007-2010) e na primeira gestão Dilma Rousseff (PT, 2011-2014), que feriu a saúde fiscal e levou o país à recessão, é citada por ministros militares como uma lição aprendida.

Isso até aqui, naturalmente. Desde que começaram a recuperar o espectro político com a chegada de Braga Netto à Casa Civil, em fevereiro, os militares no governo têm sido mais ouvidos sobre questões que antes eram exclusivas do czar econômico e passaram a apresentar objeções antes impensáveis às diretrizes da Economia.

Tropeços, como a famosa frase das empregadas que viajavam à Disney, tismaram ainda mais sua imagem. Mesmo na fortaleza da Faria Lima, no mercado financeiro, o ministro deixou de ser visto como uma anátnime sumidade.

No governo, ele teve seu espaço ocupado de vez desde o começo da crise do coronavírus, que retirou o protagonismo da agenda reformista que ele tocava uma conturbada parceria com o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

Se no ano passado a dobradinha entregou, graças principalmente aos esforços de

Maia, a reforma da Previdência, o Parlamento já vinha desde o começo do ano tomando para si a condução e o ritmo das medidas a seguir.

Tudo isso foi atropelado pela emergência sanitária.

Nela, Bolsonaro se viu acudado, com reverses acumulados no Parlamento e no Judiciário, levando o presidente a apelar a um radicalismo cada vez maior — que começa no seu negacionismo da gravidade da Covid-19 e desemboca no apoio a defensores de uma intervenção militar no domingo (19).

No tiroeteio, Guedes ficou perdido. Integrantes da ala militar do governo, que são entusiastas da abordagem do combate à crise também pelo lado econômico favorecida por Bolsonaro, não pararam de se queixar da burocracia na execução dos programas de auxílio emergencial.

Vitaminados pela fragilidade de Bolsonaro, que empoderou dentro do possível para seu temperamento os generais do Planalto, os militares do governo já vinham ampliando seu escopo.

Além de Braga Netto ter virado porta-voz da operação de guerra contra o vírus, o novo titular da Saúde, Nelson Teich, foi colocado no cargo sob tutela militar. A transição na pasta já é assistida pelo almirante Flávio Rocha (Secretaria de Assuntos Estratégicos).

E o novo número 2 da pasta será o general Eduardo Pazuello, mais um egresso no governo da “turma da Olimpíada” — encabeçada por Fernando Azevedo (Defesa) e integrada pela dupla palaciana Braga Netto e Luiz Eduardo Ramos (Secretaria de Governo), todos com funções nos Jogos de 2016 no Rio.

mercado coronavírus

# Pauta econômica preocupa STF, e ministros têm aula de contas públicas

Diante da guerra de versões sobre a crise, Toffoli organiza videoconferências com economistas

Matheus Teixeira

BRASÍLIA A sucessão de anúncios de medidas para atenuar as consequências econômicas da crise do novo coronavírus levou os ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) a estudar mais a fundo as contas públicas do país.

Os magistrados têm se antecipado a possíveis julgamentos e passaram a dar mais atenção a coletivas do governo e votações no Congresso.

O presidente da corte, Dias Toffoli, até organizou três reuniões fechadas por videoconferência dos ministros com economistas para entenderem melhor o cenário fiscal brasileiro e mundial.

Na semana passada, o plenário da corte entrou na pauta econômica da crise ao julgar a MP (medida provisória) do governo que libera empresas a fazerem acordo individual para cortar salários e jornada de trabalho dos empregados.

Ficou clara a preocupação em comum dos ministros com o agravamento da crise e o aumento do desemprego.

A MP foi declarada constitucional com o voto de sete ministros e a divergência de três deles. Um não votou.

Outro temor de integrantes do Supremo é que os desentendimentos do Executivo com o Legislativo obriguem a corte a arbitrar a disputa entre os Poderes.

Um exemplo é o debate em torno do projeto de socorro aos estados e município em meio à pandemia. Na avaliação dos ministros, esta é a primeira vez nos últimos anos que há uma divergência mais substancial entre Congresso e Palácio do Planalto do ponto de vista macroeconômico.



Ministros do STF realizam a primeira sessão de julgamentos por videoconferência 14.abr.20/STF no YouTube

Isso porque, independentemente das brigas políticas entre o presidente Jair Bolsonaro e congressistas ou até mesmo do enfraquecimento do ex-presidente Michel Temer (MDB) após as denúncias por corrupção, havia um alinhamento mínimo de que a implementação de reformas liberais era a solução para recuperar a economia brasileira.

Agora, os Poderes estão em dissidência sobre o remédio a ser usado para evitar o agravamento da crise. O principal ponto de discordância diz

respeito ao tamanho da ajuda a estados e municípios e sobre qual a contrapartida a ser oferecida pelos entes da federação para receberem o socorro da União.

A Câmara e o governo discordam até sobre os números das contas públicas envolvidos no projeto.

Em entrevista à revista Veja, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), chegou a afirmar que o ministro da Economia, Paulo Guedes, "não é sério" e passa informações falsas à sociedade

sobre a crise enfrentada por governadores e prefeitos.

O texto da Câmara prevê que a União irá recompor as perdas de estados e municípios com ICMS (imposto estadual) e ISS (imposto municipal), principais fontes de arrecadação dos entes da federação.

Mesmo depois dos recuos, uma vez que inicialmente a previsão era suspender as dívidas com a União e ampliar a capacidade de contratação de empréstimos junto ao Tesouro Nacional, a briga entre Guedes e Maia não arrefeceu.

Pelos cálculos da Câmara, o projeto aprovado deve representar custar R\$ 89,6 bilhões. O governo, porém, sustenta que a proposta é um cheque em branco, que poderia custar mais de R\$ 200 bilhões. A equipe de Guedes propõe um socorro com impacto nas contas públicas de R\$ 77,4 bilhões.

Do montante, apenas R\$ 40 bilhões seriam repassados diretamente aos entes da federação; R\$ 14,8 bilhões seriam via suspensão de dívidas com bancos públicos por seis meses; e R\$ 22,6 bilhões com sus-

pensão das dívidas com a União por seis meses — a maioria delas já foi suspensa pelo STF.

O governo busca um acordo de meio-termo no Senado. Com sua proposta, Guedes articula, e já tem apoio de senadores, para que estados e municípios não deem reajuste salarial por dois anos nem façam concurso público.

Diante da guerra de versões sobre a crise e do acúmulo de medidas econômicas sujeitas a questionamento no STF, Toffoli organizou videoconferências dos ministros com economistas. Uma delas foi com Marcos Lisboa, professor do Insper e colunista da Folha.

Depois, foi a vez de os ministros se reunirem online com o diretor-geral da OMC (Organização Mundial do Comércio), Roberto Azevêdo.

Ele apresentou um panorama internacional, uma vez que comanda uma das maiores entidades econômicas do mundo, mas também foi discutida a realidade brasileira.

Por fim, os ministros tiveram uma videoconferência com Paulo Hartung.

Além de conhecer as contas públicas por ser ex-governador do Espírito Santo, ex-senador e ex-deputado, também é economista de formação e apresentou sua diagnóstico da crise aos ministros.

A preocupação dos ministros com o tema é percebida nos votos dados em julgamentos recentes e nas videoconferências abertas que têm participado com investidores.

Recentemente, Gilmar Mendes fez duras críticas ao Ministério da Economia. Para ele, o governo errou ao juntar diversas pastas importantes em um superministério e isso prejudicou a gestão das áreas que estão sob o comando de Guedes.

Em alguns casos, os ministros têm atuado de maneira coordenada, como ocorreu nas decisões para suspender o pagamento das dívidas dos estados. Em outros, a convergência não é tão grande, como o julgamento que discutiu se empresas poderiam cortar salários e jornada mediante acordo individual.

## Com queda na gasolina, abastecer com etanol só é vantajoso em 4 estados

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO Com a queda abrupta no preço da gasolina, abastecer o tanque com etanol hidratado só é vantajoso hoje em São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás. Nas outras 23 unidades da federação, o produto é vendido, em média no país, a R\$ 2,796 por litro, 1% a menos do que no fim de 2019.

O cenário levou usineiros a pedir socorro ao governo federal e provocou reações da Petrobras, para quem propostas de cortes de impostos ao biocombustível pode impactar a produção de gasolina e, consequentemente, a oferta de gás de cozinha, já que os dois combustíveis são produzidos em conjunto.

Considerando o teto de 75%, o Paraná entra na lista dos estados onde vale à pena usar etanol, de acordo com a pesquisa de preços da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis) sobre os preços médios praticados pelos postos na semana passada.

A perda de competitividade do etanol mesmo em estados produtores, como Mato Grosso do Sul, é fruto de repasses às bombas dos sucessivos cortes no preço da gasolina promovidos pela Petrobras em 2020, em resposta à queda das cotações internacionais do petróleo.

Pela primeira vez desde ao menos 2005, a gasolina está sendo vendida nas refinarias da estatal por menos de R\$ 1 por litro, considerando a correção dos valores históricos pela inflação. De acordo com a ANP, o preço da gasolina nas bombas já caiu 10% em 2020, para um valor médio, no Bra-

sil de R\$ 4,095 por litro. O preço do etanol também despensa nas usinas: na semana passada, segundo o Cepea (Centro de Estudos e Economia Aplicada) da Esalq/USP, o litro de hidratado custava R\$ 1,4545 por litro. Nas bombas, o produto é vendido, em média no país, a R\$ 2,796 por litro, 1% a menos do que no fim de 2019.

O cenário levou usineiros a pedir socorro ao governo federal e provocou reações da Petrobras, para quem propostas de cortes de impostos ao biocombustível pode impactar a produção de gasolina e, consequentemente, a oferta de gás de cozinha, já que os dois combustíveis são produzidos em conjunto.

### Refinarias da Petrobras operam a 60%, diz banco

RIO DE JANEIRO A Petrobras reduziu o nível de utilização de suas refinarias a 60%, para enfrentar a queda de demanda sem estrangular a capacidade de armazenamento de combustíveis no país. A falta de tanques nos Estados Unidos levou a cotação do petróleo WTI a ser negociada em valores negativos na segunda (20).

Em relatório de conferência com a direção da estatal, o banco UBS diz que a companhia afirmou que não necessita de parar refinarias devido à queda de demanda.

"O presidente [Roberto Castello Branco] destacou que o nível atual [de utilização] é su-

ficiente para manter o equilíbrio dos estoques", dizem os analistas da UBS.

A Petrobras só abre os números de taxa de utilização em seus balanços trimestrais. Em nota à Folha, disse apenas que "algumas refinarias estão operando em carga mínima, garantindo a operação da unidade com segurança". "Não há refinarias paradas", afirmou a estatal.

A produção de petróleo também já foi reduzida a um teto de 2,07 milhões de barris por dia em abril, também com o objetivo de evitar estrangulamento da capacidade de tancaagem. A Petrobras não informa, porém, qual o nível de utilização de sua infraestrutura de armazenagem.

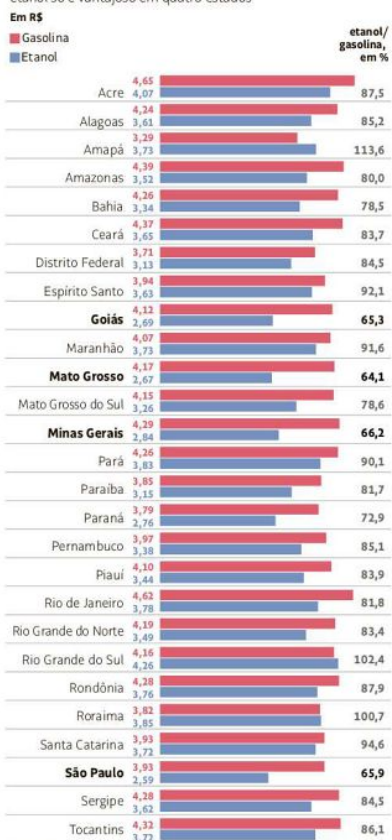
De acordo com dados da ANP, o Brasil tem 2.030 tanques para armazenagem de petróleo, gás e biocombustíveis. Essa estrutura comporta 34 milhões de barris de petróleo e 50 milhões de barris de derivados, excluindo o gás de cozinha.

O elevado uso da capacidade para estocar petróleo em meio à queda abrupta do consumo é um dos desafios do setor atualmente. Nos EUA, o nível de utilização da capacidade subiu de 46% no início do ano para 60% no último dia 17.

Sem ter para quem vender nem onde guardar o petróleo, investidores correram na segunda para se desfazer de contratos com entrega do produto prevista para maio, levando a cotação do WTI a fechar em menos US\$ 37,63 (R\$ 199) por barril — na prática, os compradores pagaram para não receber o petróleo.

### Etanol ou gasolina

Com queda do preço da gasolina, etanol só é vantajoso em quatro estados



### Falha em iPhones pode ter permitido roubo de dados

TEC

WASHINGTON E SÃO FRANCISCO | REUTERS A Apple planeja consertar uma falha que uma empresa de segurança digital afirma que pode ter permitido que mais de meio bilhão de iPhones ficasse vulnerável a hackers.

A falha, que também existe em iPads, foi descoberta por Zuk Avraham, presidente executivo da empresa norte-americana de segurança forense SecOps, quando estava investigando um sofisticado ataque contra um cliente no final de 2019. Avraham afirmou que ele encontrou evidência que a vulnerabilidade foi explorada em pelo menos seis ocasiões.

Um porta-voz da Apple reconheceu que a vulnerabilidade existe no aplicativo Mail da empresa, usado em iPhones e iPads, e afirmou que desenvolveu uma correção que será incluída na próxima atualização a ser enviada a milhões de aparelhos vendidos no mundo.

A Apple não se manifestou sobre as descobertas de Avraham, que foram publicadas nesta quarta-feira (22) e que sugerem que a falha pode ter sido explorada por hackers contra usuários importantes dos dispositivos da empresa.

Avraham afirmou que encontrou evidência de que um programa estava se aproveitando das vulnerabilidades do sistema operacional iOS da Apple desde pelo menos 2018. Ele não conseguiu determinar quem eram os hackers por trás do programa.





## mercado coronavírus

# Eduardo Leite

## Na crise, governo deve atuar como um obstáculo ao colapso, prestar socorro

Governador do RS diz que isolamento tem de ser administrado de forma racional e que conseguiu flexibilizá-lo porque agiu com antecedência

## ENTREVISTA

Paula Sperb

**PORTO ALEGRE** Morando na ala residencial da sede do governo gaúcho, Eduardo Leite (PSDB) diz que adotou o home office desde março de 2019, quando se mudou para o Palácio Piratini. "Digo que não moro no palácio, moro no trabalho", falou.

Com mais reuniões virtuais em razão da pandemia do novo coronavírus, é possível vê-lo em imagens de bastidores tomando chimarrão e acompanhado do seu cão de estimação, o schnauzer Bento.

Leite está à frente de um estado que já tinha dificuldades financeiras antes da pandemia, com salários de servidores parcelados havia mais de 50 meses e que deve perder R\$ 700 milhões em arrecadação somente em abril.

O governador gaúcho flexibilizou a abertura do comércio com base em dados estatísticos sobre a prevalência da Covid-19 e argumenta que o governo federal é o único "com instrumentos para socorrer" os estados.

O tucano se diz social-democrata antes de liberal e que em momentos de crise o Estado tem papel de "criar obstáculo ao colapso".

**O governo gaúcho divulgou na semana passada uma pesquisa que apontou que, em 1º de abril, o número de casos de pessoas com a Covid-19 no Rio Grande do Sul era 15 vezes maior que a estatística da data. Diante desse estudo, não é temeroso flexibilizar o comércio no estado [exceto região metropolitana de Porto Alegre], como foi feito? Em outros locais, como Milão, por exemplo, primeiro resistiram a tomar medidas de isolamento. Quando tiveram que fazer, já tinha situação de descontrolado, que exigia medidas mais restritivas.**

No nosso caso, tomou-se providência muito antes, no início. Consequentemente, tivemos um ganho de tempo que permitiu fazer a estruturação do sistema hospitalar e permitiu organizar os sistemas para deter o domínio de dados e informações.

A pesquisa coordenada pela UFPEL (Universidade Federal de Pelotas) será feita a cada 15 dias na população [com resultados sobre as duas semanas anteriores]. O resultado é uma fotografia, mas o mais importante é o filme que teremos quando tivermos as próximas [rodadas de testes].

O contágio pode ser 15 vezes maior que os diagnósticos, mas ainda assim é 0,05% da população. Temos menos óbitos que os outros estados da região Sul e uma taxa de letalidade entre as menores do Brasil. É inegável que o distanciamento tem efeitos colaterais na economia, na renda, na vida das pessoas. Não é sobre combater o isolamento como alguns fazem, mas, sabendo que tem efeitos, administrá-los de forma racional.



Marcos Nagelstein - 10.out.19/Folhapress

### Eduardo Leite, 35

Natural de Pelotas (RS), é filiado ao PSDB desde os 16 anos. Foi vereador, presidente da Câmara e prefeito da sua cidade (2013-2017) antes de concorrer a governador, em 2018, quando derrotou José Ivo Sartori (MDB), que tentava a reeleição. É formado em direito pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), declarou apoio crítico a Jair Bolsonaro no segundo turno da eleição presidencial.

“É inegável que o distanciamento tem efeitos colaterais na economia, na renda, na vida das pessoas. Não é sobre combater o isolamento como alguns fazem, mas, sabendo que tem efeitos, administrá-los de forma racional

“Fala-se no socorro emergencial como se fossemos inconsequentes. Não é verdade. Fizemos a lição de casa, com uma reforma da Previdência mais forte que a federal

Elaboramos um sistema no qual 300 hospitais devem lançar diariamente todas as informações e monitoramos a partir de agora. Qualquer inflexão que haja na internação vamos atuar localmente na proporção e quando for necessário.

**O presidente Jair Bolsonaro bateu forte contra o isolamento e o fechamento do comércio. Como o senhor avalia a atitude do presidente em meio à pandemia e a demissão do ministro da Saúde, Henrique Mandetta?** O distanciamento se impunha até aqui na forma como estava sendo feito. Diante do desconhecimento e de como o vírus se comportaria aqui e no mundo, a prudência impôs o distanciamento social.

A crítica que se fez lá no início [por Bolsonaro] era pouco razoável. Vi que foi dito que “agora que alguns co-

meçam a tomar consciência de que precisa ser abrandado [o isolamento]”.

Não tem nada a ver com tomar consciência. Agora é outra etapa, com outros fatos. Sempre com base em ciência e dedo no pulso, monitorando região a região, cidade a cidade. Agora é que se consegue fazer isso, porque se tem mais dados. Mandetta atuou de forma competente e adequada. O novo ministro, Nelson Teich, fala em administrar com dados.

O presidente tem legitimidade dos milhões de votos que conferiram a ele a posição e a caneta para escolher seu time. A troca neste momento gera muitas dúvidas e receios sobre a continuidade das políticas públicas.

Pode ser um craque, mas vai ter que entender o jogo ainda. Torço para que dê certo. Vejo que a opção foi técnica, isso depois a favor do presidente, no sentido de não ter optado por alguém que negasse o isolamento.

**Neste momento, é possível blindar as contas públicas e evitar uma piora das finanças do estado?** A atividade econômica terá retração profunda, então a arrecadação também cai. O Rio Grande do Sul é um estado que vinha se destacando, e acho que continua, pela responsabilidade fiscal, com reformas, privatizações encaminhadas, modernização da área pública. Temos um cenário distinto que vai exigir apoio do governo federal, que é o único com instrumentos para socorrer neste momento de grave crise. Só a União tem instrumentos para garantir que os estados continuem com condições de prestar socorro à população brasileira. Sem fôlego aos estados e municípios, ficam precárias as questões de segurança, saúde, assistência, educação, que são essenciais ao povo brasileiro.

**Com a pandemia, voltou-se a falar em encontro de contas entre o que a União poderia pagar ao estado como compensação da Lei Kandir e o que o estado deve à União. É o momento de levar essa discussão adiante?** Estamos sem pagar a dívida com a União desde 2017, quando se conseguiu uma liminar no STF (Supremo Tribunal Federal). Mesmo sem pagar, o estado continua deficitário. Então, mesmo que se fizesse um encontro de contas com a suposta dívida da Lei Kandir, ainda assim teria problemas fiscais.

Buscamos nos STF, em uma ação que está com o ministro Gilmar Mendes, uma conciliação sobre recursos que deveriam aportar, frutos dos royalties do pré-sal. Estamos na expectativa de que se consolide essa conciliação para permitir ao estado receber algum recurso.

**A pandemia faz com que o senhor reveja seu entendimento sobre o papel do Estado na economia?** Como social-democrata, antes de liberal, sempre defendi que o Estado tem um papel. Nesses momentos de crise, o governo deve atuar como governo, com uma intervenção que seja um obstáculo ao colapso, com atuação para prestar socorro.

Um socorro também à atividade econômica, com crédito subsidiado para capital de giro para empresas que terão dificuldades, para os pequenos empresários, empreendedores e para o indivíduo, através de uma renda mínima como a que foi aprovada.

É uma situação de excepcionalidade total, o governo deve de fato intervir. Nunca defendi que se anulasse o papel do governo.

**Há uma disputa entre o presidente da Câmara e o Ministério da Economia e entre governos estaduais e federal por causa do pacote de ajuda aos estados. Qual é a posição do senhor?** Rodrigo Maia [DEM-

RJ, presidente da Câmara] tem sido um grande articulador do socorro ao povo brasileiro, prestado através dos estados e municípios. Não pleiteamos socorro para o governo em si, mas porque prestamos serviços.

Se não tiver o socorro, quem a paga conta é o povo brasileiro, que deixa de ter serviços essenciais prestados, quando eles se fazem mais necessários. Maia compreende isso, articulou e fez a coisa andar no Congresso com a aprovação do PL 149 [projeto de lei que prevê ajuda da União a estados e municípios]. Não momento conflito, entendimento é fundamental.

**O Plano Mansueto, que determinava contrapartidas, era tão fora de hora como avaliava Maia e outros governadores?** A urgência agora está nesse socorro emergencial. O Rio Grande do Sul tem um problema fiscal anterior ao coronavírus. Temos uma crise que vem já de muitos anos, por isso já vínhamos tomando medidas de responsabilidade fiscal.

Fala-se no socorro emergencial como se fossemos inconsequentes. Não é verdade. Fizemos a lição de casa, com uma reforma da Previdência mais forte que a federal, fizemos uma reforma administrativa enquanto a federal ainda não foi mandada ao Congresso, estamos privatizando, fazendo concessões de estradas e de saneamento. Isso é exemplo de responsabilidade fiscal. O socorro emergencial é fundamental.

**Se o senhor puder, vai tomar crédito? E uma medida prudente agora?** O problema não é tomar crédito ou não, mas com quais regras e de que forma. Eu me opunha ao plano original de socorro, que permitia empréstimos de 8% do valor da receita corrente líquida. Seria resolver um problema criando outro ali na frente com o endividamento. Isso foi retirado, ficou apenas essa recomposição, sem gerar endividamento.

Em âmbito de equilíbrio fiscal e regime de recuperação fiscal, abrir a possibilidade de empréstimos, desde que com a contrapartida de ajuste fiscal nas contas com redução do gasto público, pode ser saudável, desde que com contrapartida de ajustes nos estados.

**O senhor tem um projeto de retomada após a crise?** É cedo para ter posição formada sobre isso. Vai exigir grande esforço de estudo para observar a melhor forma de operar o tempo da retomada. Parece claro que vai depender de atuação do poder público, com investimentos de infraestrutura e construção civil que permitam injeção de recursos para romper a inércia e colocar em movimento a economia, para que ela seja retomada.

**O que o senhor pensa sobre o protagonismo do governador de São Paulo, João Dória (PSDB), como um antagonista do presidente durante a crise?** O estado de São Paulo é o que tem o maior número de casos em números absolutos e tem uma das maiores proporções de casos na sua população. No Rio Grande do Sul, temos 7 casos para cada 100 mil habitantes. Em São Paulo, são 28. São Paulo é o estado com a maior economia e a maior população. O tamanho do estado sempre coloca o governador em uma posição no debate político.

Agora, especialmente em razão de ser um epicentro do coronavírus, é natural que o governador, preocupado com a saúde da população, tenha que estabelecer medidas mais restritivas por causa da disseminação. Não é saudável que se estabeleça, mas compreendo as razões do governador de estabelecer esse contraponto em razão do que vive seu estado em particular.

Table with columns: Companhia, Cotação, Volume, R\$ Total em, Dividendos, etc. Includes companies like Vale, Braskem, and others.

19. Previsão para desenvolvimento de acordos comerciais e de investimentos...

Table with columns: País, Adição Anual, Redução Anual, Saldo Anual, etc. Lists countries like China, Índia, Brasil, etc.

20. Previsão para desenvolvimento de acordos comerciais e de investimentos...

Table with columns: País, Adição Anual, Redução Anual, Saldo Anual, etc. Lists countries like Alemanha, França, Reino Unido, etc.

21. Previsão para desenvolvimento de acordos comerciais e de investimentos...

Table with columns: País, Adição Anual, Redução Anual, Saldo Anual, etc. Lists countries like Rússia, Índia, Brasil, etc.

Table with columns: Companhia, Cotação, Volume, R\$ Total em, Dividendos, etc. Includes companies like Braskem, Vale, and others.

22. Previsão para desenvolvimento de acordos comerciais e de investimentos...

Table with columns: País, Adição Anual, Redução Anual, Saldo Anual, etc. Lists countries like Alemanha, França, Reino Unido, etc.

23. Previsão para desenvolvimento de acordos comerciais e de investimentos...

Table with columns: País, Adição Anual, Redução Anual, Saldo Anual, etc. Lists countries like Rússia, Índia, Brasil, etc.

24. Previsão para desenvolvimento de acordos comerciais e de investimentos...

Table with columns: País, Adição Anual, Redução Anual, Saldo Anual, etc. Lists countries like Rússia, Índia, Brasil, etc.

Table with columns: Companhia, Cotação, Volume, R\$ Total em, Dividendos, etc. Includes companies like Braskem, Vale, and others.

25. Previsão para desenvolvimento de acordos comerciais e de investimentos...

Table with columns: País, Adição Anual, Redução Anual, Saldo Anual, etc. Lists countries like Rússia, Índia, Brasil, etc.

26. Previsão para desenvolvimento de acordos comerciais e de investimentos...

Table with columns: País, Adição Anual, Redução Anual, Saldo Anual, etc. Lists countries like Rússia, Índia, Brasil, etc.

27. Previsão para desenvolvimento de acordos comerciais e de investimentos...

Table with columns: País, Adição Anual, Redução Anual, Saldo Anual, etc. Lists countries like Rússia, Índia, Brasil, etc.

Table with columns: Companhia, Cotação, Volume, R\$ Total em, Dividendos, etc. Includes companies like Braskem, Vale, and others.

28. Previsão para desenvolvimento de acordos comerciais e de investimentos...

Table with columns: País, Adição Anual, Redução Anual, Saldo Anual, etc. Lists countries like Rússia, Índia, Brasil, etc.

29. Previsão para desenvolvimento de acordos comerciais e de investimentos...

Table with columns: País, Adição Anual, Redução Anual, Saldo Anual, etc. Lists countries like Rússia, Índia, Brasil, etc.

30. Previsão para desenvolvimento de acordos comerciais e de investimentos...

Table with columns: País, Adição Anual, Redução Anual, Saldo Anual, etc. Lists countries like Rússia, Índia, Brasil, etc.

Table with columns: Companhia, Cotação, Volume, R\$ Total em, Dividendos, etc. Includes companies like Braskem, Vale, and others.

31. Previsão para desenvolvimento de acordos comerciais e de investimentos...

Table with columns: País, Adição Anual, Redução Anual, Saldo Anual, etc. Lists countries like Rússia, Índia, Brasil, etc.

32. Previsão para desenvolvimento de acordos comerciais e de investimentos...

Table with columns: País, Adição Anual, Redução Anual, Saldo Anual, etc. Lists countries like Rússia, Índia, Brasil, etc.

33. Previsão para desenvolvimento de acordos comerciais e de investimentos...

Table with columns: País, Adição Anual, Redução Anual, Saldo Anual, etc. Lists countries like Rússia, Índia, Brasil, etc.

Table with columns: Companhia, Cotação, Volume, R\$ Total em, Dividendos, etc. Includes companies like Braskem, Vale, and others.

34. Previsão para desenvolvimento de acordos comerciais e de investimentos...

Table with columns: País, Adição Anual, Redução Anual, Saldo Anual, etc. Lists countries like Rússia, Índia, Brasil, etc.

35. Previsão para desenvolvimento de acordos comerciais e de investimentos...

Table with columns: País, Adição Anual, Redução Anual, Saldo Anual, etc. Lists countries like Rússia, Índia, Brasil, etc.

36. Previsão para desenvolvimento de acordos comerciais e de investimentos...

Table with columns: País, Adição Anual, Redução Anual, Saldo Anual, etc. Lists countries like Rússia, Índia, Brasil, etc.

Sair sem estratégia é perder a guerra

Se as restrições caírem sem protocolos, a perda econômica acumulada será maior

Solange Srour

Economista-chefe da gestora ARX Investimentos. É mestre em economia pela PUC-Rio

Nos últimos dias, vários estados começaram a afrouxar as medidas de distanciamento social. Alguns abriram escolas e parte do comércio de rua. Já outros permitiram o funcionamento de hotéis, restaurantes e salões de beleza. A pressão da sociedade é gigantesca. As estimativas para o PIB pioram a cada semana, mesmo com todo o arsenal fiscal empregado. Ao que tudo indica, diante do inchaço do Executivo nacional, o processo de saída será desorganizado e improvisado, com consequências tanto para a evolução da doença quanto para a retomada da economia. O Brasil teve o benefício de ter sido um dos últimos países atingidos pela doença, mas continuou tratando a pandemia como se fosse uma gripezinha. A ausência de coordenação fez lugar a uma série de decretos dos governos estaduais e municipais e a uma diversidade enorme de determinações que, muitas vezes, não foram harmônicas. Perdemos um tempo precioso. Não aumentamos substancialmente a estrutura de saúde nas regiões mais carentes do país. Enfrentamos falta de testes, equipamentos e medicamentos, não só para pacientes mas principalmente para profissionais da saúde. As próximas semanas serão decisivas para a definição do tamanho da recessão que en-

frentaremos. Decretar o fim das medidas de isolamento, sob o argumento de minimizar os efeitos na atividade econômica, é incorrer em erro grave. A única forma de garantir um retorno sustentável do crescimento e do bem-estar da sociedade é sair do distanciamento de forma segura. Os empregos perdidos são consequência não das medidas adotadas, senão da própria pandemia. Pensar talvez que algumas pessoas estiverem viajando, comprando e comendo fora como de costume, se não houvesse proibições, é ignorar que as pessoas têm medo de morrer. O distanciamento social só poderá ser relaxado com uma estratégia de saída coordenada entre os estados e governo federal. O atual ambiente conflituoso não é adotado por toda a Federação. Dessa forma, estão obtendo bons resultados em identificar rapidamente as pessoas infectadas, em encorajar testes e em impedir que regiões já controladas recebam imigrantes de outras que ainda são foco da doença. É imprescindível a formação de um comitê de gestão que estabeleça diretrizes, com base em um amplo conjunto de da-

dos e que tenha poder de tomar decisões a medida que os acontecimentos evoluem. Ser um processo de "learning by doing". O caminho para a abertura total da economia será longo e desconhecido. Ainda não há segurança sobre a durabilidade ou mesmo a efetividade da imunização adquirida por quem contraiu o vírus. Será necessário ligar e desligar várias vezes as diversas formas de distanciamento social até que uma vacina finalmente surja e imunize toda a população. Se as restrições forem levantadas prematuramente e sem seguir protocolos, o resultado será o surto subsequente da pandemia. Qual será a resposta então? Se for um retorno à restrição inicial, partindo de um ponto muito menos favorável e de uma propagação muito maior da doença, a perda econômica acumulada será maior. Há ainda a possibilidade de sermos obrigados a adotar o confinamento na sua forma mais extrema com o sistema de saúde já saturado. Os custos já incorridos terão sido to-

| DOM, Samuel Pessôa | | SEG, Marcia Dessen | | TER, Nizan Guanaes, Cecilia Machado | | QUA, Helio Beltrão | | QUI, Cida Bento, Solange Srour | | SEX, Nelson Barbosa | | SÁB, Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan

Dólar supera patamar de R\$ 5,40 pela 1ª vez

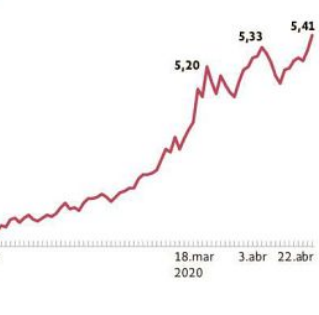
Expectativa de novo corte na taxa de juros faz moeda subir 1,95%; valorização acumulada no ano chega a 35%

Júlia Moura

SÃO PAULO O dólar subiu 1,95% nesta quarta (22) e superou pela primeira vez o patamar de R\$ 5,40. A moeda fechou o dia cotada a R\$ 5,4120, novo recorde nominal (sem contar a inflação). No ano, a divisa acumulou valorização de 35% — alta de R\$ 1,40. Em termos reais (corrigidos pela inflação), o dólar ainda está longe de sua máxima, de 2002. Se for considerado apenas o IPCA, calculado pelo IBGE, o pico de R\$ 4,94 quele ano equivale a cerca de R\$ 10,80 hoje. Caso também seja levado em conta a inflação americana, o valor cor-

rigido seria cerca de R\$ 7,50. A desvalorização de 3,3% do real ante a moeda americana nesta semana reflete uma precificação de investidores de um corte de 0,75 ponto percentual na taxa básica de juros (Selic) na próxima reunião do Copom, em 6 de maio, o que levaria o juro para 3% ao ano. Segundo analistas, o presidente do BC, Roberto Campos Neto, deixou claro, em videoconferência na segunda (20), que a instituição deve fazer novos cortes na Selic e que, mesmo com o juro baixo, a política monetária ainda pode estimular a economia. Para Fabrizio Velloni, chefe da mesa de câmbio e sócio da

Dólar sobe 35% em 2020



# Sem escolas nem metas, João Doria anuncia 'reabertura econômica' de SP

### Maior testagem, dados regionais e monitoramento de leitos calibrarão retomada em 11 de maio

João Gabriel

**SÃO PAULO** Testes, monitoramento da capacidade hospitalar e dados regionalizados regerão a reabertura do estado de São Paulo a partir de 11 de maio, quando os 645 municípios entrarão em uma fase de "quarentena heterogênea" para conter a pandemia do novo coronavírus, anunciou o governador João Doria (PSDB) nesta quarta-feira (22).

A reabertura de escolas não é ainda prevista.

Apesar de ter divulgado os parâmetros para o encerramento gradual do isolamento social, o governo não deixou claro, contudo, com que metas trabalhará dentro de cada um deles no chamado Plano São Paulo, apresentado como uma confluência de sugestões das equipes de economia e de saúde.

Agestão Doria estima que o estado contará com um saldo de 3.200 mortos na primeira semana de maio (quase o triplo dos atuais 1.134) e avalia, no momento, haver indícios de que o estado esteja "achando a curva" de infectados pela Covid-19, o que significa desacelerar o avanço da doença para que os hospitais possam lidar com a demanda.

Lembra, entretanto, que o quadro da pandemia é fluido, e protocolos sanitários e conclusões científicas mudam constantemente neste caso.

Assim, o estado fará o acompanhamento da disseminação, comparando cenários possíveis da evolução do vírus, e os novos protocolos serão definidos conforme a situação de cada região do estado e cada setor da economia.

"Os critérios da nova quarentena, a partir do dia 11, serão diferenciados e de acordo com dados científicos apurados por cidades e regiões do estado", disse Doria.

A abertura visa sobretudo retomar a atividade econômica, abalada pela restrição à circulação ainda que Doria afirme que 74% da economia paulista esteja operante.

Segundo a secretária do Desenvolvimento Econômico, Patrícia Ellen, o comércio, a economia criativa e cultura e o turismo são as três áreas mais vulneráveis no estado, sendo o microempreendedorismo a prioridade do governo neste primeiro momento.

Dentro desses setores, os diferentes ramos terão protocolos específicos.

O governo afirma que, para o plano, se espelhar na experiência de outros países e recomendações de órgãos

internacionais e da ciência.

Entre elas, estaria a testagem em massa, algo distante da capacidade do estado, que processo hoje 5.000 testes por dia e pretende chegar a 8.000 por dia em duas semanas.

Esse número sucinto de exames, atualmente restrito a profissionais da saúde e da segurança e a doentes graves, impõe um desafio para o monitoramento da situação real da pandemia no estado.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), dois dos requisitos para um país afrouxar sua quarentena são a capacidade de testar todos os casos suspeitos e de isolar todos os confirmados.

O Ministério da Saúde deixou de divulgar o total de casos suspeitos no Brasil a partir do dia 19 de março. O número de casos confirmados em São Paulo, até agora, está em quase 16 mil, mas um estudo feito com base no Rio Grande do Sul estima que o número real possa ser sete vezes maior.

Com uma população de 83 milhões de habitantes (pouco menos que o dobro do estado de São Paulo), a Alemanha iniciou o plano de reabertura da sua economia nesta segunda-feira (20) e citada na apresentação da equipe de Doria.

O país tem capacidade de fazer 100 mil testes por dia, e realiza cerca de metade disso efetivamente. O estado de Nova York, nos EUA, já realizou mais de 649 mil de

testes em uma população de pouco menos de 20 milhões.

O governo também divulgou que a taxa de ocupação dos leitos de UTI destinados a Covid-19 no estado é de 55,3%, e de 40,5% para leitos de enfermaria (considerando a rede pública e a privada). O índice é considerado satisfatório, embora na capital o sinal amarelo esteja aceso, com mais de 73% dos leitos de UTI públicos e privados ocupados.

Segundo a secretária de saúde, existem no estado 4.300 leitos de tratamento intensivo exclusivos para pacientes com o vírus e, somados leitos de enfermagem, atualmente são 6.162 pessoas internadas.

O Instituto de Métricas de Saúde da Universidade de Washington projeta que na Alemanha, país que não chegou perto de saturar seu sistema, atualmente são necessários pouco mais de 7.000 leitos para atendimento da Covid-19, enquanto o país oferece um total de mais de 130 mil.

Outro ponto de atenção da OMS e que São Paulo também colocou entre suas diretrizes para a reabertura é a "transmissão controlada" —que a taxa de transmissão não supere um por paciente, e que, portanto, a curva de infecção se estabilize.

O estado tem atualmente 1.134 mortes por coronavírus e projeta dois cenários: chegar a 2,9 mil ou 3,2 mil mortes até o início de maio.

Por fim, resta aferir os dados de cada município, região e de cada setor da economia. A doença tem se dispersado de forma desigual no estado, mas nos últimos dias cidades pequenas já assistem a um avanço da infecção, e dada a limitação de testagem a subnotificação é alta, sobretudo em casos leves.

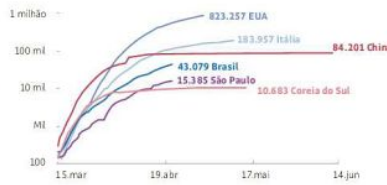
"Ninguém aqui disse abertura de escolas e comércio, isso não foi mencionado. Não há essa deliberação. Esse planejamento é feito com muito cuidado e com muito zelo. Os detalhes só serão anunciados no dia 8 de maio se todas as circunstâncias permitirem", disse o governador.

Ele afirmou também que vai dialogar com os municípios para que eles cumpram as determinações, mas que, caso seja necessário, não descarta tomar medidas legais.

O anúncio foi feito ao lado de David Uip, que lidera o comitê especial da crise de coronavírus, e dos secretários José Henrique Germano (Saúde), Henrique Meirelles (Fazenda) e secretária Célia Parnes (Desenvolvimento Social),

### Casos dobram a cada quatro dias no Brasil e em SP

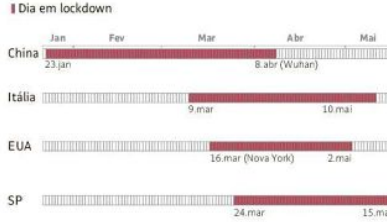
Acumulado de casos confirmados desde o 100º caso, em escala logarítmica, como seria a progressão se todos os países tivessem ultrapassado o 100º caso em 15.mar, como foi no Brasil



Números de mortes por Covid-19 estão abaixo das projeções do governo de SP



Retomada ocorreu entre 40 e 60 dias depois do início do lockdown



Isolamento em SP se mantém em torno de 50%



Fonte: Governo do Estado de São Paulo

entre outras autoridades.

Segundo Ellen, a retomada será amparada por critérios de saúde e econômicos.

O estado promete acompanhar os parâmetros que estabeleceu e comparar diferentes cenários de evolução do vírus para tomar as medidas.

As novas medidas atenderão a cinco focos: distanciamento entre pessoas, protocolos de higiene, sanitização de ambientes, comunicação e monitoramento da situação.

A equipe do governo já tem detalhado por município os dados de novos casos e mortes, porém, o levantamento quanto à situação dos leitos em cada cidade ainda está sendo finalizado.

Em entrevista à Folha na terça (21), Doria adiantou que os detalhes aprofundados sobre o processo de afrouxamento do isolamento social serão anunciados no dia 8 de maio.

### Grande SP tem 73,3% de UTIs públicas e privadas ocupadas

Patrícia Pasquini

**SÃO PAULO** A região da Grande São Paulo tem hoje 73,3% de ocupação dos leitos de UTI, somadas as redes pública e privada. Em leitos de enfermaria, a taxa é de 63%.

Nesta quarta (22), a Secretaria de Estado da Saúde detalhou taxas de ocupação de hospitais públicos da capital e arredores.

O Instituto Emílio Ribas (região central), que é referência no tratamento da Covid-19 tem 93% de ocupação de leitos de UTI e 76% na enfermaria. O Hospital das Clínicas, também na região central, tem igualmente a UTI perto da capacidade máxima, com 92% da ocupação; 67% dos leitos da enfermaria estão em uso.

Foram observados ainda o Hospital de Pirajussara (70% na UTI e 90% na enfermaria) e Hospital Geral de Itapevi (60% na UTI e 73% na enfermaria).

Nos hospitais estaduais, as UTIs estão 55,3% ocupadas, e as enfermarias, 40,5%.

A evolução do contágio e a disponibilidade de leitos hospitalares são critérios básicos para definir as alterações da quarentena. Hoje, há registros de Covid-19 em 241 dos 645 municípios paulistas, 100 dos quais têm pelo menos uma morte registrada.

No total, o estado tem 1.262 pacientes com diagnóstico confirmado para Covid-19 internados em enfermarias, e 1.185 em leitos de UTI.

Outros 2.448 com suspeita de infecção pelo novo coronavírus permanecem em enfermarias e 1.268 na UTI.

Na capital, já foram confirmados 11.383 casos de infecção pelo coronavírus Sars-CoV-2; morreram 919 pessoas. Contudo há ainda 44.144 casos e 1.442 óbitos em investigação.

# Estados mais afetados pela Covid-19, SP e RJ zeram fila de testes

Ana Bottallo e Júlia Barbon

**SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO** Os dois estados mais atingidos pela Covid-19 no Brasil não têm mais fila de espera para a análise de amostras de testes para coronavírus.

Em São Paulo, a informação foi anunciada nesta quarta (22) pelo diretor do Instituto Butantan, Dimas Covas, em entrevista coletiva com o governador João Doria (PSDB).

Na semana passada havia cerca de 18 mil amostras à espera de análise — parte foi processada até sexta, e o restante foi liberado desde sábado. Segundo o secretário de Saúde do estado, José Henrique Germano, 1.144 amostras estão em fase de laudo e outras 964 amostras estão em análise e devem ser liberadas em até 48 horas.

A secretária informou ainda que a capacidade de processamento atual da rede é de 5.000 testes por dia, e que foram recebidas nesta quarta-feira (22) 459 amostras.

No estado, as amostras são recebidas pela Plataforma de Laboratórios para Diagnóstico do Coronavírus, coordenada pelo Instituto Butantan. Paulo Menezes, coordenador do Controle de Doenças de São Paulo, disse que os resultados são inseridos na plataforma e liberados para as secretarias de saúde municipais e as unidades hospitalares públicas e privadas responsáveis por colher as amostras.

De acordo com o governo, zerar a fila de testes não levou a um pico na curva de casos, como era de se esperar, porque esses laudos estavam diluídos nos números de

casos e óbitos divulgados ao longo das últimas semanas.

O infectologista David Uip, coordenador do centro de contingência da doença no estado, explicou ainda que no início da epidemia em São Paulo a notificação de casos era elevada porque muitos casos estariam relacionados a outras síndromes respiratórias, não necessariamente à Covid-19.

Com os resultados dos exames, foi possível descartar interações cujas causas eram outros vírus ou enfermidades, e por isso não houve um crescimento acentuado do número de casos desde o início de abril, quando foi criada a plataforma.

Menezes informou que a taxa de positividade para pacientes internados é em torno de 50%. O número de exames

que estavam represados e deram positivo, no entanto, ainda não foi divulgado.

No Rio de Janeiro, a fila na rede pública já havia sido zerada há três semanas, segundo a Secretária de Saúde fluminense. A entrada de material para testagem, porém, é dinâmica, então não é possível afirmar que não houve acúmulo de exames entre uma data e a outra.

O tempo médio para que o laudo fique pronto tem sido de 48 horas após entrada do material no laboratório, o mesmo prazo de São Paulo.

No Rio de Janeiro, 10 mil amostras foram analisadas para Covid-19 desde a entrada do vírus no estado, priorizando casos graves, óbitos em investigação e profissionais da saúde e segurança. No estado paulista, foram 36 mil

testes, de acordo com Covas.

Nas últimas semanas, o Laboratório Central Noel Nutel (Lacen), principal responsável pelos exames no Rio, contou com um reforço de novos equipamentos, com a reorganização de recursos humanos e com a realização de parcerias, o que ampliou sua capacidade de testagem.

O local passou a funcionar 24 horas e a analisar cerca de 900 amostras por dia — 500 no próprio laboratório e o restante no Ibx (Instituto de Biologia do Exército), na Fiocruz e em laboratórios da UFRJ (Universidade Federal do Rio) e da Uerj (Universidade do Estado do Rio de Janeiro).

O governo fluminense afirmou ainda que adquiriu 1,2 milhão de kits de testes rápidos de Covid-19. No início de abril, a previsão

era que o primeiro lote com 700 mil unidades chegasse em alguns dias, mas, até agora, só 87 mil foram entregues. A secretária não explicou o motivo e disse apenas que aguarda o restante da entrega pelo fornecedor.

A Fiocruz, uma das principais instituições públicas que produz e analisa os testes por todo o país, também informou que sua rotina de processamento de amostras está normalizada.

Os laudos são encaminhados ao Ministério da Saúde até 72 horas depois que o laboratório recebe o material. A fundação vai produzir 11 milhões de testes para o país até setembro: foram 60 mil em maio, mais 1,2 milhão em maio e 2 milhões por mês em junho, julho e setembro.

# Arrecadação soma R\$ 109,7 bilhões em março, pior resultado para o mês em 10 anos

No acumulado do primeiro trimestre, a arrecadação somou R\$ 401 bilhões, com aumento real de 0,21% frente ao mesmo período do ano passado

**Eduardo Rodrigues e Lorenna Rodrigues, O Estado de S.Paulo**

22 de abril de 2020 | 11h12

BRASÍLIA - A arrecadação de impostos, contribuições e demais receitas federais registrou queda real (descontada a inflação) de 3,32% em março, contra o mesmo mês do ano passado, e somou R\$ 109,718 bilhões, informou nesta quarta-feira, 22, a Secretaria da **Receita Federal**.

Em março de 2019, a arrecadação havia somado R\$ 113,483 bilhões. De acordo com dados da Receita Federal, o resultado de março deste ano também foi o pior, para este mês, desde 2010 (ou seja, em dez anos) – quando o resultado havia sido de R\$ 105,717 bilhões. Os valores foram corrigidos pela inflação.

O resultado da arrecadação, em março, começou a refletir os efeitos do novo coronavírus na economia. A pandemia foi declarada pela **Organização Mundial de Saúde (OMS)** no dia 11 daquele mês, e os Estados brasileiros começaram a anunciar medidas de isolamento.

De acordo com a Receita Federal, o resultado do mês de março também foi impactado negativamente pelo aumento de R\$ 4 bilhões em compensações tributárias pelas empresas.

Por outro lado, o governo também arrecadou mais por conta da alta do dólar - que elevou em 16,5% a arrecadação do Imposto de Importação e do IPI-Vinculado no mês passado.

Ao mesmo tempo, também houve crescimento de 48% na arrecadação do **IRPF (Imposto de Renda de Pessoa Física)**, por conta do aumento na arrecadação dos “ganhos de capital na alienação de bens” (82,93%) e dos “ganhos líquidos em operações em bolsa” (+64,08%).

## **Desonerações**

As desonerações concedidas pelo governo resultaram em uma renúncia fiscal de R\$ 8,362 bilhões, acima do que foi concedido em março do ano passado (R\$ 8,080 bilhões).

No início de abril, o governo anunciou a suspensão da alíquota do **Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)** que incide sobre operações de crédito por 90 dias. Segundo a Receita Federal, a medida custará R\$ 7 bilhões ao governo.

Foram adiados ainda os pagamentos das contribuições para o **PIS/Pasep** e a **Cofins** e da contribuição patronal devidos entre abril e maio. As empresas poderão fazer o recolhimento entre agosto e outubro.

### **Primeiro trimestre**

No acumulado do primeiro trimestre, a arrecadação somou R\$ 401,138 bilhões, com aumento real de 0,21% frente ao mesmo período do ano passado.

Segundo a Receita Federal, O IRPJ (Imposto de Renda de Pessoa Jurídica) e a CSLL das empresas totalizaram uma arrecadação de R\$ 84,532 milhões, com crescimento real de 1,78% no período.

Esse desempenho, informou o órgão, é explicado pela alta real de 39,27% na arrecadação relativa ao ajuste anual (a qual tem como base fatos geradores ocorridos em 2019); de 22,10% no balanço trimestral e de 5,46% no lucro presumido.

"Importante observar que houve recolhimentos extraordinários de, aproximadamente, R\$ 4,6 bilhões, em fevereiro de 2019, e de R\$ 2,8 bilhões, em janeiro de 2020, por algumas empresas de diversos setores econômicos", acrescentou o Fisco.

Acrescentou ainda que o Imposto de Renda das Pessoas Físicas apresentou uma arrecadação de R\$ 6,195 bilhões no trimestre, representando crescimento real de 28,8%.

"Esse resultado decorre do crescimento na arrecadação dos itens “ganhos de capital na alienação de bens” (+58,82%) “e “ganhos líquidos de operação em bolsa” (+110,68%)", informou.

Além disso, o Imposto de Importação e o IPI-Vinculado arrecadaram R\$ 16,311 bilhões nos três primeiros meses deste ano por conta da alta do dólar - que eleva o valor em dólar das importações.



# Recuperação vai exigir investimento público forte, dizem pesquisadores do Ibre/FGV

Em artigo, eles defendem, além do aumento do gasto público, que a agenda de reformas fique só para quem assumir o governo em 2023

Daniela Amorim, O Estado de S.Paulo

23 de abril de 2020 | 09h13

RIO - O cenário de baixo crescimento da economia brasileira mesmo antes da chegada da **pandemia de coronavírus** coloca em xeque o discurso da equipe econômica de que as reformas e o ajuste fiscal dariam conta de atrair investimentos para um avanço pujante do **Produto Interno Bruto (PIB)**. Essa agenda de reformas e contenção de gastos públicos teria de ser possivelmente retomada pelo presidente que assumir o mandato a partir de 2023.

Até lá, uma saída para a equipe econômica deveria ser “um programa de investimentos públicos vigoroso que fosse capaz de estimular o setor privado a investir e empregar fortemente mão de obra”, defende um artigo de pesquisadores do Instituto Brasileiro de Economia da **Fundação Getúlio Vargas** (Ibre/FGV), obtido com exclusividade pelo **Estadão/Broadcast**.

“Vai aumentar o gasto público? Vai. Vai aumentar a dívida pública? Vai. Meus filhos e meus netos vão pagar por ela, vai ter um aumento de imposto lá na frente, infelizmente. Mas vai ter emprego, o governo vai arrecadar mais e a gente vai saldando isso aos pouquinhos”, defendeu Claudio Considera, coordenador do Monitor do PIB da FGV, que assina o texto ao lado das pesquisadoras Juliana Trece e Elisa Andrade, também do Ibre/FGV.

Nesta quarta-feira, 22, o governo anunciou um programa de recuperação econômica para o pós-covid-19 que **prevê um incremento de R\$ 300 bilhões em concessões e parcerias público-privadas e outros R\$ 50 bilhões de investimento públicos**. Secretários da equipe Econômica, no entanto, defendem que a recuperação terá de vir pela mão do setor privado.

O artigo sugere a criação de um grupo para estudar e propor projetos de privatização e concessão de serviços públicos, quando seus preços já estivessem regularizados, alertando que qualquer reforma tributária ficaria para o próximo governo, de forma a retirar um pouco da incerteza do cálculo econômico. “Deveríamos ter feito isso desde meados do ano passado e

estariamos melhor preparados para enfrentar a situação atual”, diz o documento, assinado pelos pesquisadores do Ibre/FGV.

“Deu errado a ideia de que o setor público ia sair dos investimentos e o setor privado ia entrar. As empresas não vieram. Acharam que quando fizessem a reforma da Previdência, as contas do governo estariam equilibradas, e passariam rapidamente a reforma tributária, mas isso não aconteceu”, lamentou Claudio Considera.

Como consequência, a economia brasileira continuava crescendo lentamente por mais de três anos consecutivos, frustrando ao longo do ano expectativas mais otimistas do mercado financeiro, que reduziam suas projeções para o PIB conforme passavam-se os meses do ano.

Para os pesquisadores, dados do Monitor do PIB até fevereiro deste ano mostravam que a evolução da taxa de crescimento da economia acumulada em 12 meses sinalizava para um desempenho “tão medíocre como o dos três últimos anos”, mesmo antes da pandemia de coronavírus.

De acordo com cálculos do Monitor do PIB-FGV, a taxa de crescimento do PIB em 12 meses permanecia em torno de 1,0% desde junho do ano passado. Nessa mesma comparação, o PIB dos serviços também oscilava nesse patamar no

período, chegando a 1,1% em fevereiro. A indústria de transformação ficou estagnada (0,0%) nos 12 meses encerrados em fevereiro deste ano.

“A grande vantagem de ter os dados mensais pelo Monitor do PIB é mostrar que a situação já estava ruim, que não ia ficar bom, que estavam erradas as contas mostrando que o PIB cresceria 3% este ano. Não é só culpa do coronavírus”, concluiu Considera.

# Novo plano prevê R\$ 300 bilhões em obras e equipe econômica tenta conter ímpeto por gasto

Coordenação será do ministro Braga Netto - sem o envolvimento direto do Ministério da Economia -, mas equipe econômica afirma que não tem dinheiro

**Adriana Fernandes, Idiana Tomazelli e Julia Lindner, O Estado de S.Paulo**

22 de abril de 2020 | 21h17

BRASÍLIA - A ala militar do **Palácio do Planalto** impôs à equipe do ministro da **Economia, Paulo Guedes**, um revés com o lançamento do programa de **recuperação econômica pós-covid 19** que prevê aumento dos gastos com investimentos públicos para os próximos anos.

O anúncio oficial foi feito nesta quarta-feira, 22, pelo ministro da **Casa Civil**, general **Walter Braga Netto**, **sem a presença de nenhum integrante do Ministério da Economia** na coletiva de imprensa no **Palácio do Planalto** e depois do alerta de dois secretários do time de Guedes, ao longo do dia, de que a recuperação terá que vir pela mão do setor privado.

Chamado de **pró-Brasil**, o programa, que chegou a ser **apelidado inicialmente de Plano Marshall brasileiro**, prevê um incremento de R\$ 300 bilhões – R\$ 250 bilhões em concessões e parceria público privada e outros R\$ 50 bilhões de investimento públicos. A coordenação será do ministro Braga Netto.

Na reunião de ministros antes do lançamento do plano, **Guedes avisou que a recuperação terá que ser feita com investimento privado e que as âncoras fiscais do governo, como o teto de gastos** (regra que proíbe que as despesas cresçam em ritmo superior à inflação), serão mantidas.

Assessores do ministro minimizaram o problema afirmando que os valores não estão fechados e serão ainda definidos “dentro do espaço fiscal” das despesas discricionárias, aquelas não obrigatórias que o governo pode administrar.

Técnicos da área econômica preveem agora uma queda de braço para conter o ímpeto por mais gastos, além das despesas emergenciais.

Segundo apurou o **Estado**, o ruído em torno dos números elevados do programa **acabaram prejudicando a negociação do projeto de socorro a Estados e municípios**. O governo ofereceu R\$ 40 bilhões de transferência, mas os senadores puxam a corda para um repasse de R\$ 80 bilhões.

Adversários do governo no **Congresso** consideram que o movimento é calculado, inclusive por parte do próprio ministro Guedes, para acelerar a recuperação econômica de olho na reeleição do presidente **Jair Bolsonaro** em

2022. Nessa visão, Guedes estaria cedendo à mudança de política para garantir uma recuperação mais rápida a tempo da campanha eleitoral.

Entre os integrantes da equipe econômica, o descontentamento com as bases do programa não é de hoje. **O programa está sendo discutido há mais de 30 dias com Braga Netto e ministros que atuam nas áreas finalísticas, sem a participação do Ministério da Economia** - até então envolvido com a elaboração das medidas emergências de combate à pandemia.

Braga Netto negou divergências com a equipe de Guedes e afirmou que a aceitação do programa foi unânime em todos os ministérios. A primeira reunião de trabalho será na próxima sexta-feira, quando cada ministro vai levar as suas propostas.

Antes do anúncio, o **secretário de Política Econômica, Adolfo Sachsida**, disse que **o verdadeiro "Plano Marshall" brasileiro de reconstrução nacional será não gastar mais na fase pós-pandemia da covid-19, mas aumentar da velocidade das privatizações**, concessões e a facilitação do investimento privado em infraestrutura. Defendeu que o Estado não é bom guia para a recuperação econômica. "Insistir para o governo gastar mais depois da crise é um erro".

Veículo: Política Livre	
Data: 23/04/2020	Caderno: Economia

Raul Monteiro  
**POLÍTICALIVRE**  
A POLÍTICA LEVADA A SÉRIO

23 de abril de 2020 | 09:43

## ***Com queda de arrecadação de R\$ 3 bi até agosto, Estado deve avaliar suspensão de projetos como ponte Salvador-Itaparica***

### **EXCLUSIVAS**

Este **Política Livre** imagina que o vice-governador e secretário de Desenvolvimento Econômico, João Leão, não quer nem ouvir falar no assunto, mas com a arrecadação em frangalhos por causa da pandemia do coronavírus uma saída que o governo baiano precisa avaliar é o abandono do projeto de construção da ponte Salvador-Itaparica.

Além da pouca disponibilidade de recursos próprios, que precisam ser dirigidos a áreas essenciais e para o enfrentamento da crise, o projeto deve ser imensamente afetado pela situação da China, berço da pandemia, onde Leão foi buscar as construtoras para tocar o projeto de ligação entre a Ilha de Itaparica e a capital.

O questionamento ao empreendimento e a outros em discussão pelo governo cujo retorno econômico para a sociedade é difuso e de longo prazo entrou na pauta do debate público na Bahia depois de uma reunião que, a pedido do governador Rui Costa (PT), foi realizada ontem com chefes do Legislativo, do Judiciário e do Ministério Público.

Como fonte financiadora do seu e dos demais Poderes, Rui está preocupado com a perspectiva de, a se estender o quadro de quarentena, a arrecadação do Estado cair até R\$ 3 bi em agosto, o que representará um grande golpe para as finanças estaduais, dificultando sua capacidade de custeio e, ainda mais, de investimento.

Comandada pelo governista Nelson Leal (PP), a Assembleia antecipou-se e apresentou um plano de contenção de despesas da ordem de R\$ 2,5 milhões por mês. Mas, de acordo com fontes do governo, o Judiciário mexeu-se pouco e o MP tudo o que conseguiu implementar foi a suspensão do transporte de servidores e estagiários.



Tirando a boa vontade do Legislativo, os demais parece que não entenderam a gravidade da situação. Levando em conta o perfil “fiscalista” do governador, cujo olho gerencial, qualquer que seja a situação, permanece sempre focado na relação entre receita e despesa, não é difícil imaginar seu grau de sua ansiedade e mesmo de angústia.

Mas, como disse uma fonte do próprio governo, como precisa agir rápido, para suprir a demora dos demais Poderes em atuar para evitar que a crise se aprofunde no Estado, será preciso dar o exemplo e suspender alguns projetos. O investimento previsto para a ponte era da ordem de R\$ 1,5 bi por parte do governo.

Veículo: Política Livre	
Data: 23/04/2020	Caderno: Economia



23 de abril de 2020 | 06:54

## ***Com crise, cresce a pressão para ‘driblar’ regra de teto de gastos***

### **BRASIL**

Defensores do Plano Pró-Brasil de ampliação dos investimentos públicos, para impulsionar a economia após a crise do novo coronavírus, querem “driblar” o teto de gastos e executar as despesas por meio de créditos extraordinários, que ficam de fora do alcance do mecanismo que limita o avanço das despesas à inflação, segundo apurou o Estadão/Broadcast.

Esse tipo de crédito fica livre das amarras impostas pelo teto, mesmo que seu efetivo desembolso ocorra nos anos seguintes. No entanto, só pode ser aberto em situações específicas, como a de calamidade pública. A solução ainda será submetida às áreas jurídica e orçamentária do governo para atestar a possibilidade de adoção.

A avaliação dentro do governo é que, diante da menor oferta de recursos no mercado internacional e da redução no apetite para risco em investimentos de médio e longo prazos, seria preciso fazer uma intervenção “cirúrgica” do Estado, com período definido (10 anos) e “tratamento fiscal diferenciado”. Não estaria descartada uma mudança constitucional para garantir essa válvula de escape para evitar que os investimentos para a retomada fiquem “sufocados” no teto de gastos.

Na visão de fontes que participam da elaboração do plano, se o Brasil aguardar um processo de “retomada por inércia”, apenas pela força do mercado e do setor privado, a velocidade dessa recuperação poderá ficar aquém do desejado. Por isso, a ideia é que o Estado tenha uma participação maior na largada até que o setor privado volte a reunir as condições de capitanear os investimentos em infraestrutura. Poderia haver uma transição, com participação menor do setor público a cada ano, à medida que os recursos privados voltarem em maior abundância.

Uma recuperação puxada pelo setor privado tem sido defendida pela equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes. No entanto, a equipe econômica acabou ficando de fora das discussões iniciais do plano, que ocorrem há mais de 30 dias entre a Casa Civil e ministérios como de Infraestrutura e de Desenvolvimento Regional. Na última quarta-feira, 22, o ministro-chefe da Casa Civil, Walter Braga Netto, bateu na tecla de que a implementação do plano ocorrerá ainda este ano, o que ajudaria na estratégia de justificar o gasto como parte do conjunto de medidas de combate à pandemia da covid-19. Isso abriria caminho para abrir o crédito extraordinário. Ele deu prazo de estruturação do programa até julho, com detalhamento dos projetos até setembro e implementação a partir de outubro. Há, porém, integrantes do governo que defendem uma aceleração desse cronograma.

## PAC

A estratégia de tirar esses investimentos do alcance do teto tem sido comparada ao abatimento de despesas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) permitido em gestões petistas para assegurar o cumprimento da meta fiscal, sobretudo a partir de 2012, quando a saúde das contas públicas começou a se deteriorar.

Os integrantes do governo Jair Bolsonaro têm rechaçado comparações entre o Plano Pró-Brasil com os programas de impulso à economia gestados pelos ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Mas técnicos têm conversado com quem participou da elaboração do PAC para ver quais metodologias podem ser aproveitadas e “do que o governo precisa fugir”. A ordem nos bastidores é trabalhar em medidas de governança, como a elaboração de projetos executivos e seleção da carteira de projetos. Defensores do plano argumentam que, mesmo que o governo crie uma alternativa de tratamento fiscal diferenciado para esses investimentos, não haverá fragilização na confiança dos investidores em relação ao teto ou à agenda de reformas, que deve ser retomada após o período mais crítico da crise. A avaliação é de que poderá ocorrer o contrário: um fortalecimento da confiança no momento em que o Estado participar desse cardápio de medidas para tentar recolocar o País em trajetória de crescimento.

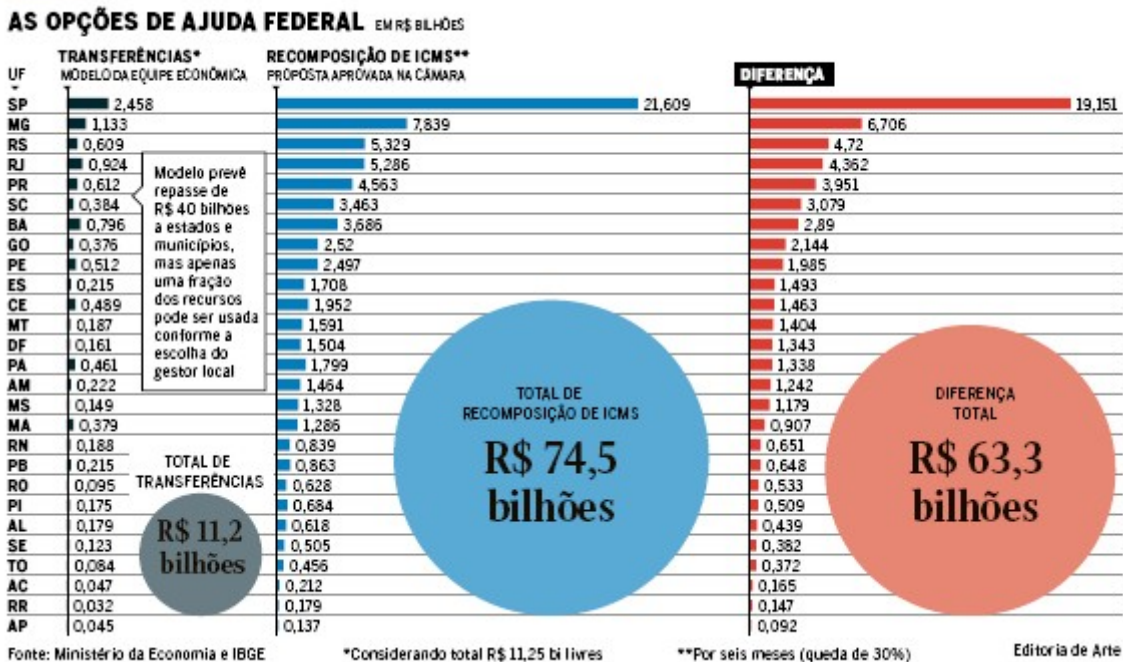
Hoje, a espera por linhas de financiamento, mesmo do exterior, pode demorar de um ano a um ano e meio, tempo de que o Brasil não dispõe na visão de quem trabalha no plano. Na avaliação dessas fontes, a própria PEC do orçamento de guerra abre caminho para esse tratamento diferenciado, ao prever que as despesas de combate à covid-19 não se limitam à saúde, mas também incluem os gastos nas áreas social e econômica.

# Estados veem risco de atrasar salário de servidor

Para secretários de Fazenda, socorro proposto pela União é insuficiente. Pacote da equipe econômica prevê repasse fixo de recursos, em vez de compensação de receita. No Senado, texto deve ser costurado pelo presidente da Casa, Davi Alcolumbre

O Globo · 23 abril 2020 · MARCELLO CORRÊA marcello.correa@oglobo.com.br

Enquanto o governo negocia com o Senado a elaboração de um projeto alternativo de socorro a estados e municípios, secretários de Fazenda ouvidos pelo GLOBO afirmam que o plano da equipe econômica é insuficiente para fazer frente às perdas de receita dos próximos meses por causa da crise do coronavírus. Eles pressionam por uma ampliação do modelo de socorro. Segundo gestores de Rio, Goiás, Rio Grande do Sul e Piauí, já há risco de atraso nos salários de servidores e pagamentos de fornecedores.



O impasse sobre a ajuda aos entes federados se arrasta há ao menos um mês. Na semana passada, a Câmara dos Deputados aprovou proposta que obriga a União a cobrir integralmente a queda na arrecadação de ICMS (nos estados) e de ISS (nos municípios). A equipe econômica é contra, porque entende que isso representaria um “cheque em branco” a governadores e prefeitos.

No lugar dessa espécie de seguro, o ministro da Economia, Paulo Guedes, propõe a transferência de valores fixos para governos locais. Em troca, Guedes defende o congelamento de salários de servidores públicos por dois anos. Com essa contrapartida, repasses poderiam ser até maiores que o anunciado.

AS NEGOCIAÇÕES AVANÇAM

Segundo uma fonte da equipe econômica, as negociações “avançaram muito” nos últimos dias. A expectativa é que o próprio presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), seja o relator da proposta.

O texto mais recente apresentado pelo governo é um pacote de R\$ 77,4 bilhões. Desse total, R\$ 37,4 bilhões são de suspensão de dívidas com bancos públicos e com a União, uma demanda já parcialmente atendida por decisões liminares do Supremo Tribunal Federal (STF).

Os R\$ 40 bilhões restantes seriam transferências diretas feitas pelo Tesouro Nacional. Desse montante, R\$ 19 bilhões seriam repasses aos estados, sendo R\$ 12,5 bilhões em recursos livres, ou seja, não carimbados.

É o volume de recursos livres o alvo de críticas dos governos estaduais. O plano do governo federal é distribuir esse dinheiro de acordo com a população de cada estado. Segundo estimativa feita pelo GLOBO, estados que arrecadam mais ICMS seriam os mais prejudicados, caso a proposta de repasses fixos seja aprovada no lugar da compensação da queda de 30% nas receitas do imposto. No caso de São Paulo, a diferença chegaria a R\$ 19 bilhões.

Coordenador do Comsefaz, que reúne os secretários estaduais, o secretário de Fazenda do Piauí, Rafael Fonteles, critica a proposta do governo e acredita que as perdas de arrecadação devem ser ainda maiores que inicialmente estimado.

— Pode gerar uma paralisia de serviços públicos. Isso que nos preocupa, por isso que achamos que esse pacote é insuficiente, até mesmo o que foi aprovado pela Câmara é insuficiente. Estimava-se uma perda de 20% e já estão se estimando perdas que podem ser maiores que 40% —afirma Fonteles.

No Rio, o secretário Luiz Claudio Rodrigues de Carvalho afirma que a perda de receita no estado deve ser de R\$ 5 bilhões nos próximos dois meses e calcula que os recursos prometidos pelo governo seriam insuficientes.

— O Estado do Rio deve perder já no mês de abril algo como R\$ 1,1 bilhão de ICMS e R\$ 300 milhões de royalties de petróleo. Deve perder mais R\$ 1,6 bilhão (em ICMS) em maio e alguma coisa como R\$ 2 bilhões em royalties. Se somar, dá algo como R\$ 5 bilhões em perda de receita em dois meses. Impossível fechara conta —afirma o secretário.

Carvalho afirma, no entanto, que todo o esforço do estado será para preservar o pagamento de três despesas prioritárias: saúde, assistência social e salários de servidores.

Em Goiás, já há preocupação com afolha de pagamentos.

—Afolha salarial, incluindo vantagens indenizatórias, chega a um montante de 87% da receita líquida. Se eu tenho uma queda muito grande de arrecadação, vai afetar meu fluxo de caixa dos pagamentos de obrigatórias.—diz a secretária de Fazenda, Cristiane Alkmin Schmidt.

Ela afirma que as perdas são piores do que se imaginava:

—Pelos aturamento das empresas enotasf iscais posso dizer que no mês que vem é provável que a queda seja de 30%, porque a parcela de inadimplentes aumentou. O parcelamento com devedores saltou de 4% para 32%.

#### CRISE FISCAL AGRAVADA

No Rio Grande do Sul, estado que tentava sair de uma crise fiscal antes de o país ser atingido pela pandemia, o atraso nos salários dos servidores já se concretizou. O secretário de Fazenda do estado, Marco Aurelio Santos Cardoso, afirma que, antes da crise, o governo gaúcho tinha conseguido reduzir de 45 para 13 dias o tempo de atraso no pagamento da folha. Esse prazo

voltou a subir em abril, para 17 dias. Só em abril, a expectativa de queda na arrecadação é de R\$ 850 milhões.

— Quando você tem uma queda dramática na arrecadação, o efeito vai ser em atraso nos pagamentos das despesas obrigatórias — afirma Cardoso.

# Dólar bate novo recorde e chega a R\$ 5,40. Alta no ano é de 34,9%

Moeda americana acumula alta de 34,9% este ano. Injeção no mercado de US\$ 500 milhões do Banco Central não impediu valorização de quase 2% da divisa, que chegou a R\$ 5,415 na máxima do dia

---

O Globo · 23 abril 2020 · GABRIEL MARTINS gabriel.martins@infoglobo.com.br

---

Valorização se deve à expectativa do mercado de nova redução na taxa básica de juros na próxima reunião do Copom.

O dólar comercial bateu ontem novo recorde no mercado de câmbio, fechando o dia comum a alta de 1,91%, valendo R \$5,409. É a maior cotação nominal já atingida pela moeda americana em relação ao real. O dólar já acumula valorização de 34,9% no ano.

Na máxima do dia, o dólar chegou a R \$5,415, também um patamar histórico, mas recuou levemente no fim da tarde depois que o Banco Central anunciou um leilão de 10 mil contratos de swap cambial (equivalente a uma venda de dólar no mercado futuro), representando injeção de US\$ 500 milhões no mercado.

A ação do BC teve pouco impacto porque cresce no mercado a expectativa de que a próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), em 6 de maio, decida por um corte de 0,75 ponto percentual na taxa básica de juros (Selic), que assim cairia dos atuais 3,75% para 3% ao ano. Isso reduziria a atração de capital estrangeiro para o país, particularmente num momento de crise global. Também influenciou o mercado a divulgação da queda de 3,32% na arrecadação do governo federal em março, já reflexo da pandemia.

—O movimento de aversão ao risco segue dominando o mercado, o que em parte explica aforçado dólar. O mercado passou a precificar um corte mais agressivo na Selic, de 0,75 ponto percentual em vez de 0,5 já na próxima reunião do Copom — destacou Victor Beyruti, economista da Guide Investimentos.

Essa percepção, segundo os analistas, aumentou depois de o presidente do BC, Roberto Campos Neto, afirmar, em debate transmitido pela internet na segunda-feira, que mudou o cenário analisado na última reunião do Copom, que indicara o fim dos cortes na Selic.

Pablo Spyer, diretor da Mirae Asset, observa que outros países emergentes, como México e Turquia, já cortaram juros. Para Luis Eduardo Assis, presidente da Fator Seguradora e ex-diretor de Política Monetária do BC, há espaço para que a autoridade monetária faça mais cortes na Selic, mas ele tem dúvidas sobre o efeito disso na atividade econômica:

—Com a inflação abaixo da meta e o nível de atividade muito baixo, o caminho natural é um corte nos juros. A questão é se isso fará diferença. No investimento, certamente o impacto será pequeno. As pessoas também não devem tomar mais crédito. Pode haver alívio para algumas empresas endividadas.

Sobre a desvalorização do real frente ao dólar, o economista avalia que, além das crises econômica e sanitária, pesam as turbulências políticas.

— O dólar se fortalece no mundo todo porque todos os países estão passando por crises. No Brasil, também existe uma crise política. Os atritos geram inquietação no mercado, o que acaba se traduzindo em um dólar mais caro—disse Assis, para quem a divisa americana pode subir mais. — Só que o câmbio não é o que vai fazer diferença agora. A chave não é a capacidade de o governo injetar recursos para sustentar o mínimo de demanda na economia. Dólar, inflação, juros, dívida externa, tudo isso agora é secundário.

Na Bolsa de São Paulo, o Ibovespa subiu ontem 2,17%, aos 80.687 pontos, seguindo reação das americanas com a alta do petróleo, que favoreceu a Petrobras. As ações ordinárias e preferenciais da estatal tiveram ganhos de, respectivamente, 3,63% e 5,02%.



# Câmara aprova ajuda de R\$ 15,9 bi para micro e pequenas empresas

Tesouro garantirá 85% das operações de crédito. Projeto voltará ao Senado

---

O Globo · 23 abril 2020 · GERALDA DOCA E BRUNO GÓES economia@oglobo.com.br BRASÍLIA

---

ACâmara dos Deputados aprovou ontem o textobase do projeto que facilitará o acesso a crédito a micro e pequenas empresas durante a quarentena provocada pela pandemia. Articulada com o governo, a proposta autoriza o Tesouro Nacional a depositar R\$ 15,9 bilhões em um fundo para bancar parte dos empréstimos em caso de inadimplência dos tomadores. O texto, modificado por deputados, retornará ao Senado após a votação de destaques.

Batizado de Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), o projeto poderá beneficiar até 3,2 milhões de empresas enquadradas no Simples e que estejam com as contas em dia. O crédito será direcionado às microempresas, com faturamento bruto anual de até R\$ 360 mil, e empresas de pequeno porte, com faturamento de até R\$ 4,8 milhões por ano.

O empréstimo terá taxa de juros máxima de 1,25% ao ano, mais a Selic, a taxa de juros básica da economia atualmente em 3,75% ao ano. Também haverá carência de oito meses e prazo de pagamento de até 36 meses.

## BANCOS PÚBLICOS E FINTECHS

Para estimular os bancos a emprestarem para o segmento, o Tesouro vai garantir até 85% das operações por meio do uso de verba de um fundo. O texto cita o Fundo Garantidor de Operações de Crédito (FGO) do Banco do Brasil, que dará o aval.

A nova linha poderá ser operada pelos bancos públicos (Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia), além de cooperativas de crédito, bancos cooperativos e fintechs. Inicialmente, a equipe econômica propôs aportar nesse fundo R\$ 10,9 bilhões, e essa proposta foi aprovada pelo Senado, mas aceitou elevar o valor para R\$ 15,9 bilhões.

Relatora da proposta, a deputada Joice Hasselmann (PSL-SP) disse que os deputados chegaram a pedir o aporte de R\$ 20 bilhões, mas a negociação chegou ao patamar de R\$ 15,9 bilhões: —Chegamos (na negociação) ao aporte de R\$ 20 bilhões pelo Tesouro, mas houve um passinho para trás e fechamos em R\$ 15,9 bilhões.

# União avalia ampliar garantia para destravar crédito

Proposta para estimular empréstimo para capital de giro e folha de pagamento de médias empresas é reformular fundo do BNDES

O Globo · 23 abril 2020 · BRASÍLIA (Manoel Ventura)

Alinha de financiamento para capital de giro, incluindo folha de pagamento, de médias empresas, que está em discussão pelo governo, deve ter como formato a ampliação de garantias da União para empréstimos de bancos. Há um entendimento de que os bancos estão receosos de emprestar devido ao alto risco do mercado e da dificuldade de as empresas ofertarem garantias. O BNDES avalia que, com nova formatação, será possível desembolsar recursos de bancos para as médias empresas.

O governo, o BNDES e as instituições financeiras estão discutindo medidas para estimular o crédito a companhias de médio porte, com faturamento de R\$ 10 milhões a R\$ 300 milhões por ano. O teto para classificar uma empresa como de médio porte no BNDES é o faturamento de R\$ 300 milhões.

O debate ocorre depois da criação de uma linha de R\$ 40 bilhões para financiar a folha de pagamentos de pequenas empresas, com faturamento anual de R\$ 300 mil a R\$ 10 milhões. A proposta mais forte prevê uma reformulação do Fundo Garantidor de Investimentos (FGI) do BNDES. Criado há dez anos para servir de complemento às garantias oferecidas por empresas e caminhoneiros autônomos para tomar crédito, o recurso é hoje pouco acessado porque os bancos o consideram engessado.

## COBERTURA DE 95% DO RISCO

Embora o FGI seja voltado originalmente a operações de crédito para investimento, a ideia é que possa ser usado para garantir linhas de capital de giro e modalidades com prazos de até 72 meses, com seis meses de carência. O desenho em discussão propõe que haja uma ampliação significativa na cobertura do fundo.

Hoje, o fundo tem cerca de R\$ 1 bilhão em caixa. O BNDES discute um aporte do Tesouro Nacional de R\$ 20 bilhões. A avaliação é que, para cada R\$ 1 no fundo, é possível destravar R\$ 5 de financiamento. Por isso, o aporte desse montante poderia injetar R\$ 100 bilhões nas empresas.

Além disso, atualmente, o FGI cobre 80% do risco de inadimplência numa carteira em que a taxa de calotes seja de, no máximo, 8%. O restante fica com o banco que concedeu o empréstimo.

O modelo em discussão prevê a ampliação da cobertura para até 95%, a depender do setor, e a inadimplência máxima assegurada pelo fundo passaria a ser de 20%. Por isso, a reformulação do FGI poderia reforçar as garantias dos bancos e ampliar o crédito. Segundo fontes, o banco público não pretende emprestar recursos subsidiados para grandes empresas.

# Governo anuncia plano pós-crise de R\$ 30 bilhões

Sem Guedes, governo lança plano de recuperação e prevê 1 milhão de empregos

O Globo · 23 abril 2020 · MANOEL VENTURA, HENRIQUE GOMES BATISTA, MATEUS SCHUCH\* E GABRIEL SHINOHARA economia@oglobo.com.br BRASÍLIA E SÃO PAULO (\*do Valor)

Sem participação direta do ministro da Economia, Paulo Guedes, e sob coordenação de Braga Netto, da Casa Civil, o governo anunciou plano de recuperação econômica para depois da crise, combas e em obras públicas. Os aportes estatais serão de R\$ 30 bilhões até 2022, e o plano prevê geração de um milhão de empregos.



Sob coordenação do ministro da Casa Civil, Walter Braga Netto, e sem participação direta do ministro da Economia, Paulo Guedes, o governo lançou ontem as linhas gerais de um plano de recuperação econômica para superar a crise causada pelo novo coronavírus. O programa é sustentado na retomada de obras públicas com recursos do Tesouro Nacional, como forma de evitar uma escalada do desemprego, e o presidente Jair Bolsonaro não descarta inclusive flexibilizar o ajuste fiscal.

Ao ser perguntado sobre a possibilidade de serem adotadas regras menos rígidas para os gastos públicos, ele não quis responder se a política de teto de gastos será mantida:

— Nada está descartado. Já falei que o Posto I pira ng aéo Paulo Guedes.

Sobre a ausência de Guedes no anúncio do projeto, Bolsonaro disse que o ministro falará mais sobre o programa na próxima semana:

—O ministro Paulo Guedes participou um pouquinho lá e vai participar um pouquinho na semana que vem.

Apesar de já ter até nome — Pró-Brasil —, o plano ainda começará a ser desenhado pelo governo. A expectativa é que as medidas sejam formatadas até setembro e comecem a ser executadas em outubro. A principal frente de atuação está sendo desenvolvida pelo Ministério da Infraestrutura.

—Afina lida de gerar empregos, recuperar infraestrutura e dar possibilidade de o Brasil recuperar a perda que tivemos—disse Braga Neto.

O ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, indicou 70 obras, a maior parte delas na área de transportes, com projetos de engenharia e licenciamento ambiental em fase avançada. O plano prevê aportes estatais de R\$ 30 bilhões até 2022 e, segundo estimativas da pasta, a geração de 1 milhão de empregos nesse período.

FOCO: 'QUEM É O CULPADO'

A medida está sendo propagandeada internamente como o Plano Marshall do governo Jair Bolsonaro, em referência ao programa dos Estados Unidos de recuperação de países europeus após a Segunda Guerra Mundial.

— A gente estima um valor de R\$ 30 bilhões. Isso representa uma complementação ao que já temos hoje. Não vamos dar nenhuma pirueta fiscal, nenhuma cambalhota — garantiu Tarcísio, completando: — Temos que pensar no dia seguinte.

Os detalhes do pacote foram mostrados ontem em reunião de Bolsonaro com a equipe ministerial. Na apresentação, uma das telas, com o título “contexto”, trazia “Foco atual: quem é o culpado”.

Segundo relatos, durante o encontro, foi apresentado o diagnóstico de que a crise causada pela pandemia do novo coronavírus vai se estender no ano que vem e que será necessário repensar a atual política de ajuste fiscal. Além disso, há uma avaliação de que as medidas lançadas até agora pelo governo, com impacto fiscal perto de R\$ 300 bilhões, são apenas paliativas.

Para uma ala do governo, apoiada pelos militares, o plano de privatizações e concessões não dará resultado no curto prazo, por conta de questões burocráticas e legais. Daí a necessidade de aumentar o gasto público. O ministro da Infraestrutura garantiu que manterá o programa de concessões, com investimentos de R\$ 250 bilhões em 30 anos.

Outras medidas estão vindo dos ministérios do Desenvolvimento Regional e de Minas e Energia. Há a intenção de retomar empreendimentos de habitação via programa Minha Casa Minha Vida, além de obras de saneamento. Uma das saídas será financiar obras do Minha Casa Minha Vida totalmente com recursos do FGTS, o que hoje é limitado.

A questão agora é como conciliar o plano com as restrições fiscais do país. A equipe econômica ainda não está participando diretamente das discussões, nem mesmo o ministro Paulo Guedes. Integrantes da pasta foram pegos de surpresa com o anúncio do programa. Braga Neto garante que todos os ministérios estão envolvidos na ação.

— O Ministério da Economia está elaborando um plano de busca de investimentos privados, já que o Estado não tem dinheiro. O que estão chamando de Plano Marshall é uma ideia embrionária, e não

posso comentar, pois não tenho conhecimento — disse o secretário de Desestatizações, Salim Mattar, um dos principais auxiliares de Guedes.

Mattar também disse que governo não deve fazer privatizações nem vender participações em empresas em 2020 porque não poderia fazer essas operações “na bacia das almas”:

—Acreditamos que não haverá possibilidade de venda de ativos, porque o preço está muito depreciado.

A falta de unidade do governo em torno do Pró-Brasil chamou atenção de especialistas. A ausência de Guedes no lançamento do plano é algo grave, diz Mauricio Lima, do centro de logística Ilos:

— Já estamos vendo falta de unidade entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário na crise, o que é ruim. Mas falta de unidade no Executivo é ainda pior.

#### TETO DE GASTOS

Os técnicos da equipe econômica têm alertado que qualquer gasto que extrapole o programa de combate à calamidade precisará respeitar as regras fiscais vigentes. Uma delas é o teto de gastos, mecanismo que limita o avanço das despesas à inflação.

O Pró-Brasil aumenta a pressão sobre o teto de gastos, que já era questionado pela ala política do governo. Há quem defenda a exclusão de uma lista de investimentos previamente selecionados do teto de gastos, mas o Ministério da Economia é contra.

Para Igor Rocha, diretor de Planejamento e Economia da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib), um pacote de R\$ 30 bilhões fica muito aquém do que o país precisa de infraestrutura:

— Nossa demanda por infraestrutura é de R\$ 274 bilhões por ano, e hoje temos R\$ 130 bilhões, em frentes públicas e privadas. Levando em conta que os investimentos privados devem cair com acrise, a intenção do governo deveria ser maior, de investir ao menos R\$ 100 bilhões.

Já Cláudio Frischtak, presidente da Inter.B Consultoria, critica o Pró-Brasil justamente pelo lado oposto: o seu gigantismo. Ele defende um programa mais modesto, de R\$ 3 bilhões a R\$ 5 bilhões, em que o investimento público é justificado, devido ao elevado retorno social e pela falta de atratividade pública. Ao anunciar um plano que quer gerar um milhão de empregos, Frischtak teme que o país caia nos erros dos últimos grandes projetos de infraestrutura, os Programas de Aceleração do Crescimento (PACs).

# Brasil precisa estudar alternativas para enfrentar a crise do petróleo

País terá de atrair investimentos privados para ajudar na mitigação dos efeitos da pandemia

---

O Globo · 23 abril 2020

---

O colapso no mercado mundial de petróleo em meio à pandemia do novo coronavírus abala empresas e, também, agrava a situação de governos, cujo caixa será afetado por significativa redução na receita de tributos cobrados sobre a venda dessa matériaprima e de seus derivados.

Em alguns países a dependência ultrapassa um terço do Produto Interno Bruto, o que indica cenário de grave crise fiscal nos próximos meses. Na América Latina, o choque tende a ser amplificado no México e no Equador, entre outros. O Brasil depende menos, mas não escapa. A Petrobras já decidiu paralisar (no jargão setorial, “hibernar”) 62 das suas plataformas. O corte na produção será equivalente a 23 mil barris de petróleo por dia. Justifica-se: “É para preservar os empregos e a sustentabilidade da empresa nesta que é a pior crise da indústria em cem anos”.

Estudos da Agência Nacional de Petróleo sugerem que óleo e gás respondem por 8% em média do total coletado em tributos no país. Para alguns estados produtores, como o Rio de Janeiro, significa perda de receita acima desse patamar.

Há excesso de produção no mundo, e as áreas disponíveis para estocagem são insuficientes. Um dos reflexos está na alta de preços do frete. A Petrobras, por exemplo, pagava US\$ 3 por barril no ano passado para entregas em longo percurso. Na semana passada viu a cotação subir para US\$ 11 por barril —um nível de custo superior ao de extração de óleo em alguns campos marítimos.

Há um mês, Arábia Saudita e Rússia aumentaram a produção e derrubaram preços para a faixa de US\$ 20 por barril (tipo Brent, mescla do Mar do Norte). A pandemia reduziu ainda mais o consumo global, o que levou a momentâneo colapso dos preços no mercado futuro nos Estados Unidos.

Os EUA têm no óleo tipo West Texas Intermediate (WTI) a referência comercial. Contratos para maio tiveram rendimento negativo (US\$ -37,63). Pela primeira vez, produtores pagaram para que o produto fosse levado —ao menos de forma escritural— dos seus livros contábeis. Para o Brasil, problema maior está na saída da pandemia. É quando vai precisar atrair investimentos privados para ajudar na mitigação dos efeitos da crise econômica provocada pelo vírus. A atual confusão deveria induzir uma reflexão sobre as atuais restrições à exploração (modelos de cessão onerosa, partilha e de concessão). Para atrair capitais, um regime único, o de concessão, talvez seja a melhor alternativa, porque a era dos megacampos rentáveis parece estar se esgotando. Este é um debate necessário e urgente.

## Leite sugere montante fixo para auxílio do governo federal a Estados

No Rio Grande do Sul, a redução projetada para a arrecadação de abril como efeito da pandemia é de R\$ 850 milhões, o que significa 20,1% a menos do que se esperava para o período

Por Malu Delgado, Marta Watanabe e Cristiane Agostine — De São Paulo

23/04/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



Leite: para tucano, valor fixo para compensação de queda de receita seria um antídoto contra acusação de governadores querem um cheque em branco — Foto: Claudio Belli/Valor



Uma das principais lideranças nacionais do PSDB, o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite defendeu ontem que os Estados estejam unidos para debater o pacote de socorro financeiro da União. Ao participar de “live” do **Valor** ontem, Leite afirmou que seria possível a União estabelecer um valor fixo a ser ofertado aos governadores. Se o valor for de R\$ 40 bilhões, exemplificou, significará 4% do plano de R\$ 1 trilhão divulgado pelo Ministério da Economia para combate à pandemia. Um valor fixo, sustentou, “protegeria contra um cheque em branco”, que é a alegação do governo federal, e poderia acelerar o recebimento dos recursos pelos Estados.

Se a recomposição de ICMS e ISS for aprovada pelo Congresso somente após apurada a redução da arrecadação, disse Leite, os Estados receberiam os valores referentes a abril somente ao fim de maio. O governador pontuou que o projeto atual de auxílio financeiro aprovado na Câmara pode ser alvo de “debates republicanos e legítimos” no Senado, com a aplicação de balizamentos, como mudanças para limitar a liberdade de ação dos governos estaduais para fazer alterações de ICMS no período em que vigorar o socorro ou até mesmo medidas para impedir aumento de gasto que teriam efeitos continuados, como reajustes salariais.

Leite enfatizou que esse repasse de recursos não é para os Estados, mas sim “para o povo brasileiro”. Os valores, afirmou, são necessários para manter serviços públicos em funcionamento, sobretudo na área de saúde, para pagar hospitais e manter serviços de segurança pública. Segundo o governador, a distribuição de recursos de recomposição de ICMS deve considerar a geração de riqueza no país, sobre a qual o imposto é calculado, e não o critério “per capita”. O Fundo de Participação dos Estados (FPE), lembrou, já segue o critério “per capita”, beneficiando principalmente Estados do Norte e Nordeste. A arrecadação de ICMS, de forma diversa, se concentra nos Estados do Sul e Sudeste.







No Rio Grande do Sul, a redução projetada para a arrecadação de abril como efeito da pandemia é de R\$ 850 milhões, o que significa 20,1% a menos do que se esperava para o período. O socorro do governo federal para recomposição de ICMS, segundo Leite, cobriria R\$ 500 milhões, o que deixariam ainda R\$ 350 milhões descobertos.

Leite disse que o Rio Grande do Sul já demonstrou sua preocupação com a questão da responsabilidade fiscal. O Estado, declarou, aprovou a mais profunda reforma previdenciária dentre os Estados e foi contra a versão do PLP 149 que permita a aprovação de operação de créditos independentemente do rating do ente no Tesouro Nacional, o que poderia levar a endividamento e grandes problemas.

Cotado como um dos nomes do PSDB para disputar a Presidência em 2020, Leite disse que é correto que se faça investigação, pela Procuradoria-Geral da República, sobre a participação do presidente Jair Bolsonaro em atos em defesa de intervenção militar, realizados no domingo.

“Sem dúvida nenhuma a participação do presidente naquela manifestação que flagrantemente ofendia a democracia é um grave equívoco e que eu torço possa, pelo bem do Brasil, se ajustar esse comportamento para o que nós necessitamos: foco na proteção à vida, na proteção à saúde e na recuperação econômica em função da gravidade das repercussões que teremos pelo enfrentamento ao coronavírus”, defendeu Leite.

A Lei de Segurança Nacional, disse o governador, afirma que a lesão ao regime democrático é crime. “Já diz um ditado que o preço da democracia é manter a vigilância constante.” A democracia, afirmou, é “uma plantinha a ser regada diariamente” e deve ser garantida “mais do que em palavras, em atitudes concretas”.

É preciso esforço diário, disse Leite, por ações concretas em relação aos demais poderes, para conjugar forças e ir na mesma direção.

O governador disse ter também os confrontos locais com os demais Poderes, o que faz parte da democracia. “A Constituição faz a divisão de Poderes, mas exige harmonia”, disse.

Leite procurou distanciar o PSDB do presidente Bolsonaro e disse que o partido repudia qualquer manifestação anti-democrática. “Não tivemos proximidade com o presidente como partido político. Houve algumas figuras do PSDB que foram buscadas pelo presidente e vieram a integrar o governo”, disse o governador.

“A postura do PSDB continua coerente, ajudando a construir reformas que são fundamentais para o Brasil, mas como partido democrata que é, que tem origem nas figuras que enfrentaram o regime autoritário, é partido que sempre pregará e lutará pela democracia. Qualquer manifestação anti-democrática merecerá o nosso repúdio, a nossa resistência”, afirmou o governador, na ‘live’ do **Valor**.

Ao falar sobre o impacto do novo coronavírus no Estado, Leite disse que o Rio Grande do Sul vai adotar a partir da primeira semana de maio medidas de isolamento controlado por “regiões de saúde”, conforme dados sobre velocidade de propagação e ocupação de leitos nos hospitais. Em regiões com menor velocidade de propagação e alta capacidade hospitalar em número de leitos, o risco é menor e, portanto, pode ser submetido a menos restrições, exemplificou o governador. É possível, segundo Leite, que as aulas nas escolas sejam retomadas em uma reunião e em outras, não. As regiões serão divididas em bandeiras: verde, amarela e vermelha.

Leite disse que os casos de contágio e mortes no Rio Grande do Sul estão mais baixos do que os dos Estados vizinhos. Mas isso não permite relaxar nos cuidados e no distanciamento social. O governador afirmou, porém, que não seria sustentável manter por um longo período o isolamento na dimensão que está sendo feita agora.

# Arrecadação tem queda real de 3,32% em março

Resultado é o pior para o mês desde 2010

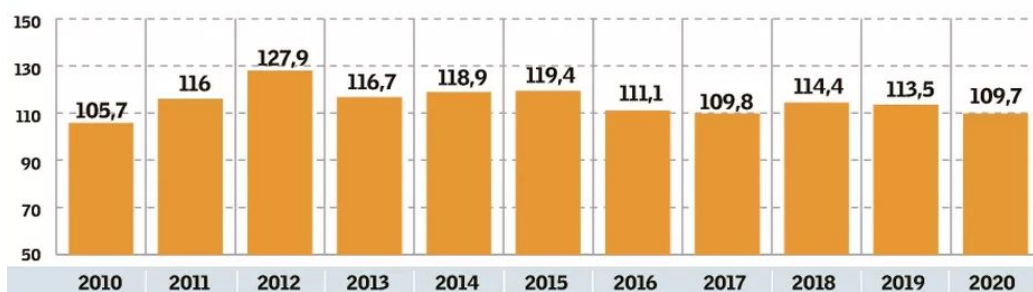
Por Lu Aiko Otta, Mariana Ribeiro e Anais Fernandes — De Brasília e de São Paulo

23/04/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

## Primeiros sinais

Arrecadação cai em março e empresas buscam compensação tributária

### Arrecadação federal em março, em R\$ bilhões\*



**0,21%**

foi a variação real da arrecadação no primeiro trimestre de 2020, somando **R\$ 401,1 bilhões**, ante igual período de 2019

### Resultado das principais receitas em março de 2020,

	Em R\$ bilhões	Variação ante março do ano passado*, em %
Receita previdenciária	32,7	-4,5
Imposto sobre a renda (total)	30,9	3,8
Cofins	16,8	-17,6
CSLL	5,5	-2,3
PIS/Pasep	4,9	-12,4

**53,4%**

foi a alta no volume de compensações tributárias em março de 2020, para R\$ 11,7 bilhões, ante igual mês de 2019

Fonte: Receita Federal. \*valores atualizados pelo IPCA

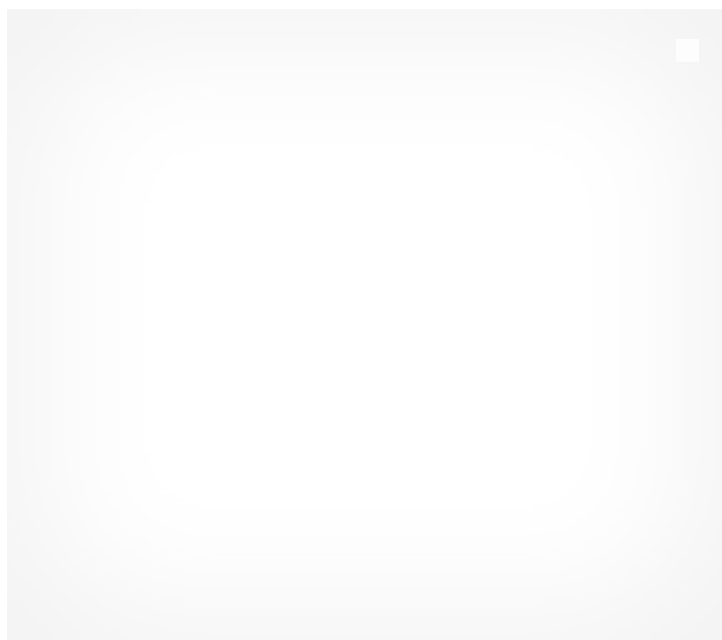
O impacto da pandemia do novo coronavírus na arrecadação tributária deve ficar mais claro a partir de abril, mas os números de março já trazem indicações do choque. No mês passado, quando tiveram início medidas de isolamento social e

paralisação de atividades, a arrecadação federal de impostos caiu 3,32%, ante março de 2019, já descontada a inflação, informou ontem a Receita Federal.

O resultado, que somou R\$ 109,7 bilhões, é o pior para um mês de março desde 2010, quando foram arrecadados R\$ 105,7 bilhões. Com o desempenho no mês, o recolhimento no primeiro trimestre deste ano atingiu R\$ 401,1 bilhões, um avanço real de apenas 0,21% na comparação com 2019.

Considerando somente as receitas administradas pela Receita, a soma foi de R\$ 107,4 bilhões em março e de R\$ 383,5 bilhões no primeiro trimestre, quedas reais de 3,67% e de 0,53% ante os respectivos períodos de 2019. Já a receita própria de outros órgãos federais - que inclui dados de royalties de petróleo, por exemplo - foi de R\$ 2,3 bilhões no mês passado, aumento real de 16% ante março de 2019. De janeiro a março, atingiu R\$ 17,7 bilhões, o que corresponde a uma alta de 19,7% em relação ao mesmo período de 2019.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

A arrecadação de março refletiu o desempenho de indicadores macroeconômicos, de acordo com o auditor-fiscal Claudemir Malaquias, chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros. Houve queda de 0,51% na produção industrial de março, em relação a igual mês de 2019, e de 0,7% nas vendas de serviços. Por outro lado, a comercialização de bens subiu 3,3%, a massa salarial nominal aumentou 9,8% e o valor em dólar nas importações cresceu 17,8%.

Malaquias explica, no entanto, que o impacto da crise nos números ainda é parcial porque a arrecadação de março inclui fatos geradores de tributação de fevereiro, quando os efeitos da pandemia na atividade ainda não eram marcantes. Mas os números do fisco já traduzem, por exemplo, como empresas reagiram à perspectiva de perda de liquidez.

As compensações tributárias somaram R\$ 11,7 bilhões no mês passado, uma alta de 53,43% na comparação com março de 2019. Desconsiderado esse fator não recorrente, teria sido registrada estabilidade nas receitas administradas.

Compensações tributárias significam o uso de créditos para pagamento de tributos vincendos - as empresas podem usar créditos gerados pelo próprio sistema de recolhimento de tributos devidos à Receita ou resultantes de ações judiciais.

“As empresas já estavam na iminência de um período de agravamento de fluxo de caixa, de perda de liquidez, de incapacidade de honrar seus compromissos”, disse Malaquias. “O acréscimo das compensações tributárias pode ter sido decorrente desse comportamento, de as empresas lançarem mão de um direito delas em razão do sentimento de que teriam aperto no fluxo de caixa”, afirmou.

Malaquias reforçou que a arrecadação no início do ano mostrava uma atividade em crescimento. “Não temos dúvida de que o desempenho da atividade econômica estava em ritmo crescente até o advento recente”, disse em referência à crise da covid-19.

Para abril e maio, a previsão é de queda na arrecadação tanto pelo choque negativo da pandemia na atividade quanto pelas medidas anunciadas pelo governo para socorrer empresas, já que algumas envolvem o adiamento de tributos. Segundo a Receita, os impactos negativos na arrecadação seriam de R\$ 20 bilhões no caso do Simples Nacional, de R\$ 9,8 bilhões no PIS/Pasep, de R\$ 35,1 bilhões para a Cofins e de R\$ 33,4 bilhões para a contribuição previdenciária. Já o IOF, cuja alíquota foi zerada para operações de crédito por três meses, teria um impacto negativo de R\$ 7 bilhões.

O governo deixou de arrecadar R\$ 25 bilhões no primeiro trimestre devido a desonerações tributárias. Em 2019, abriu mão de R\$ 24,2 bilhões no mesmo

# Guedes estabelece limites para o “Plano Marshall”

Investimento em infraestrutura respeitará teto ou será privado

Por **Fabio Graner** — De São Paulo

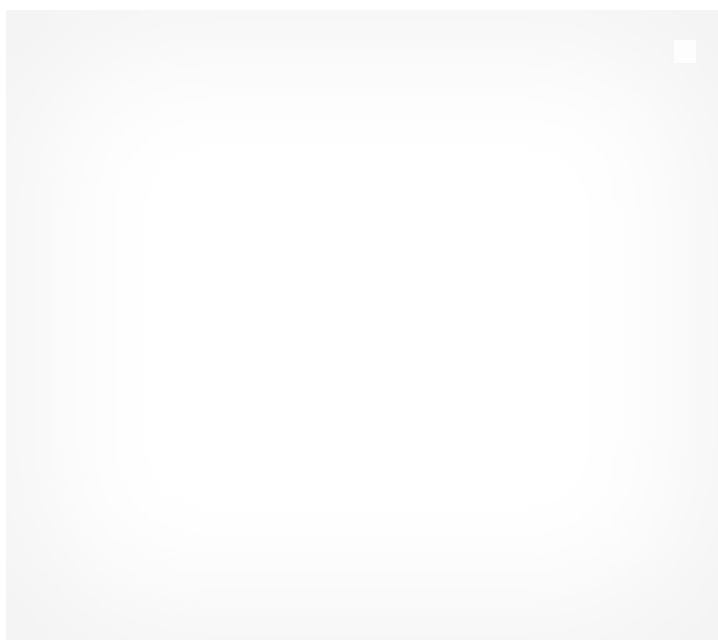
23/04/2020 05h00 · Atualizado há 41 minutos

O ministro da Economia, Paulo Guedes, demarcou, em reunião com seus colegas de Esplanada, os limites para um plano de investimento em infraestrutura para promover a recuperação da economia: manutenção e respeito ao teto de gastos e incentivo ao investimento com recursos privados.

A ideia de um grande programa de infraestrutura com recursos públicos para o pós-crise, que ganhou um apelido de “Plano Marshall” (referência ao programa de reconstrução da Europa no pós-guerra) e estava sendo construído pelos ministros Tarcísio Freitas e Braga Netto (Casa Civil), não conta com apoio da área econômica, que aponta as limitações fiscais, não só dadas pelo teto, mas também pelo crescente endividamento do país.

- **Programa mira retomada e quer estar pronto até outubro**
- **Faturamento cai em mais de 80% da indústria em abril**
- **Arrecadação tem queda real de 3,32% em março**

PUBLICIDADE



Ads by Teads

O **Valor** apurou que Guedes, nessa reunião, ainda apontou o que seria um uso inapropriado do conceito de Plano Marshall, que foi feito com recursos americanos, enquanto a ideia dos seus colegas apontaria para dinheiro do Orçamento brasileiro, que não existiria. “Não tem espaço fiscal para algo desse tipo e para a necessidade do país. A saída é o setor privado”, disse uma fonte. “Teria que derrubar o teto”, acrescentou outra fonte.

Um grande problema, como mostra o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2021, é que o espaço para o aumento de investimentos já é estreito e será ainda menor nos próximos anos. As despesas discricionárias (que o governo pode dispor livremente) serão pouco superiores a R\$ 100 bilhões, montante bastante apertado e que pode diminuir a depender das despesas obrigatórias.

E, com o teto de despesas valendo e sendo a principal âncora fiscal após a derrubada virtual da meta de resultado primário, qualquer alta de investimento do governo tomará espaço de outras despesas. Para os anos seguintes, a situação é ainda mais dramática.

Economistas de fora do governo, mas de corte keynesiano (opostos à linha da atual equipe econômica) já defendiam um programa dessa natureza, que está em gestação no Ministério da Infraestrutura e na Casa Civil. No início do mês, em entrevista ao **Valor**, o ex-ministro da Fazenda Nelson Barbosa sugeriu um plano de 1% a 1,5% do PIB. O economista José Luis Oreiro, da UnB, em recente nota técnica propõe também um forte aumento do volume gasto público, em especial de infraestrutura.

Uma das minutas do “Plano Marshall” em gestação não envolveria um volume descomunal de recursos. Seriam cerca de R\$ 30 bilhões em infraestrutura, ao longo de três anos, começando em 2020, se a crise assim permitir. A maior parte desses recursos iria para o setor rodoviário, com mais de R\$ 20 bilhões, seguido do ferroviário.

Quando se olha a necessidade do país, que nos últimos anos não tem conseguido sequer repor a depreciação dos investimentos feitos no passado pelo setor público, de fato é muito pouco. Até porque, frise-se, a intenção que se teria na Casa Civil e na de Infraestrutura era algo que realmente pudesse mobilizar a recuperação da economia e geração de empregos, o que o meno de 0,5% do PIB colocado no Power Point do ministro Tarcísio pouco pode fazer.

Por outro lado, do ponto de vista fiscal, pode ser difícil encontrar espaço para mais R\$ 30 bilhões de investimentos. É nessa rubrica que o governo tem concentrado seus ajustes para cumprir o limite constitucional de despesas, que continua valendo neste ano e, por ora, também nos próximos. Na prática, significaria que outros investimentos ou despesas teriam seu espaço corroído por esse novo gasto.

Em entrevista coletiva para falar sobre o paralisado programa de privatização, o secretário especial de Desestatização, Desinvestimentos e Mercados, Salim Mattar, classificou como “embrionário” o suposto “Plano Marshall”. “O Ministério da Economia está elaborando um plano de busca de investimento através do privado, já que o Estado não tem dinheiro”, disse o secretário. Ele negou que a existência de dois planos de retomada de matizes diferentes demonstre falta de coordenação na equipe de governo. “É a democracia.”

Apesar de o Estado estar sendo usado fortemente no combate a essa crise, Salim voltou a pregar a redução do seu tamanho. Para ele, talvez seja o momento de fazer uma “discussão maior sobre enxugamento do Estado”, com uma reflexão inclusive sobre a venda de estatais que hoje estão fora da lista de desestatizações. “Eu sempre falo: ‘Caixa, BB e Petrobras não serão privatizadas’. Ok, eu sempre dizia isso. Essa crise do coronavírus vai fazer com que nós também tenhamos que fazer algumas reflexões sobre essas empresas”, disse. **(Colaboraram Lu Aiko Otta, Mariana Ribeiro e Daniel Rittner)**

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

### LINK PATROCINADO

Anvisa libera anti-calvície que combate DHT ativando matriz folicular  
FENODIL | ANTI-CALVÍCIE

### LINK PATROCINADO

Transferências internacionais com a melhor taxa do mercado  
REMESSA ONLINE

### LINK PATROCINADO

Você se lembra do filho de Ronaldo? Tente não ficar impressionado ao vê-lo agora  
MISTERSTOCKS

### LINK PATROCINADO

Tecnologia japonesa vira febre em Cruz Das Almas  
MINI CAMERA 120



## Caiado pede que União copie pacto de Goiás com Poderes

Caiado acerta corte de 20% de custeio em todos os Poderes e pede que Brasília “copie” esse modelo de diálogo

Por Malu Delgado — De São Paulo

23/04/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

---

Por acordo, costurado ao longo de semanas, os Poderes Judiciário, Legislativo e Judiciário decidiram reduzir em 20% as despesas de custeio para assegurar o pagamento da folha do funcionalismo público neste mês. “Com a queda brusca de arrecadação, conseguimos um fato significativo e, com isso, eu pago a folha até o dia 30”, explicou o governador, Ronaldo Caiado (DEM), ao **Valor**. “Precisamos que Brasília edite situações parecidas. Isso tem que ser desarmado. Não tem como governar numa hora dessas sem parceria”, alertou o governador, em referência ao clima de desconfiança na Esplanada dos Ministérios e o confronto direto que o presidente Jair Bolsonaro estimula com o Congresso e o Supremo.

“Todo governo tem problemas que precisam passar pelo Legislativo, pelo Judiciário, pela Procuradoria-Geral da República. Não tem como fechar essa engrenagem se ela não tiver muito congruente e encaixada”, acrescentou.

Caiado sustenta ainda que o descompasso entre Poderes federais “pode complicar ainda mais a vida dos Estados”. “Se eu puder dar algum conselho, diria: copiem o modelo de Goiás”, sugeriu o governador, que no início deste mês decidiu romper politicamente com Bolsonaro quando o presidente passou a ignorar as recomendações científicas e protocolos médicos sobre a necessidade de manter o isolamento social na fase aguda de contaminação do coronavírus.





Ads by Teads

Caiado disse que todas as informações sobre perdas de arrecadação e dados da covid-19 no Estado são compartilhadas com transparência a todos os Poderes e comemorou o diálogo, num claro contraponto ao que ocorre na esfera federal. A Defensoria Pública, Ministério Público e tribunais de contas (do Estado e municípios) também entraram no pacto goiano, informou Caiado.

“Eu tenho governado 100% com parceria de todos os Poderes. Imagino a dificuldade para o governo federal. Era hora de todos os Poderes sentarem à mesa”, afirmou Caiado. Bolsonaro participou, no domingo, de ato que fazia defesa da intervenção militar e atacava o Congresso e o Supremo Tribunal Federal. O presidente disse, em seguida, que não atacou os Poderes, mas partiu para a ofensiva ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ). “É preciso passar tranquilidade à população e dizer que temos um objetivo comum, de salvar vidas. Não tem aí a preponderância de um Poder sobre o outro.”

“A convergência de presidentes de Poderes é algo importante, mas não é fácil. Você constrói isso aos poucos, fazendo um governo totalmente aberto, transparente, expondo os dados para enfrentar essa pandemia”, argumentou.

Segundo Caiado, a manutenção dos salários dos servidores dá um conforto à administração estadual e gera também um efeito social positivo. “E como fica a condição de não ter como sequer manter os servidores firmes no trabalho, com ansiedade generalizada?” O corte de repasse de custeio foi acertado para abril. No próximo mês, Caiado prevê queda de arrecadação ainda maior e as negociações com os Poderes serão mantidas, mas o percentual de corte terá que ser mensalmente pactuado.

# Corte de gasto deixou país sem ‘imunidade’, diz instituto

Recomposição do orçamento do SUS é necessidade, segundo Inesc

Por Edna Simão — De Brasília

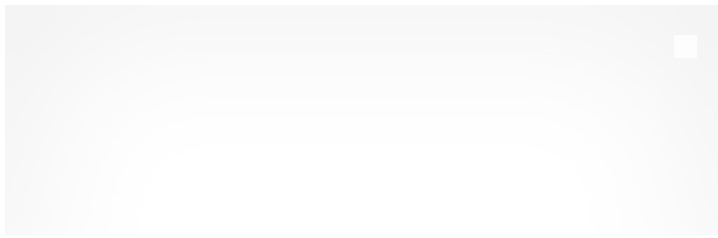
23/04/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

---

Estudo do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) mostra que o Brasil ficou sem “imunidade” para enfrentar a atual pandemia do coronavírus devido à expressiva queda dos gastos na área social nos últimos anos provocada pela política de austeridade fiscal e à aprovação da Emenda Constitucional nº 95, que fixou um teto para o crescimento das despesas no país.

O relatório “O Brasil com baixa imunidade - Balanço do Orçamento-Geral da União 2019”, que será divulgado hoje, mostra que, de 2014 até o ano passado, o constante esforço fiscal da União resultou em cortes de 28,9% nas despesas discricionárias dos programas sociais do país. Só no período entre 2018 e 2019, a queda nos gastos sociais chegou a 8,6%.

Segundo o documento, o Estado precisa retomar a liderança na condução da economia com implementação de políticas anticíclicas, que abram espaço para a expansão do investimento público e dos gastos crescentes, eficientes e redistributivos.



Além disso, o Inesc critica a carga tributária, por incidir proporcionalmente sobre os mais pobres, e defende proposta mais ampla de reforma para que o sistema seja mais progressivo com taxaço de lucros e dividendos.

O instituto propõe a revogaço do teto de gasto, recomposiço do orçamento do Sistema Único de Saúde (SUS); fortalecimento de órgãos ambientais de fiscalizaço, visando crescimento sustentável; e aprovaço em caráter de urgência do Fundo de Manutenço e Desenvolvimento da Educaço Básica e Valorizaço dos profissionais da Educaço (Fundeb).

A assessora política do Inesc, Livi Gerbase, ressaltou a necessidade de se recompor o orçamento do SUS de maneira mais ampla. O documento mostra que, se em 2019 o governo tivesse aplicado a mesma porcentagem que utilizou em 2017 (15% da receita corrente líquida de cada ano), a saúde teria R\$ 20,2 bilhões mais.

Com o orçamento congelado por 20 anos, o prejuízo ao SUS pode ultrapassar R\$ 400 bilhões. O valor investido por pessoa, que chegou a R\$ 595 em 2014, passou a ser de R\$ 555, em 2020. "O Brasil está visivelmente fragilizado para enfrentar os desafios trazidos pela pandemia", disse Livi.

Para este ano, com a decretaço de situaço de calamidade pública, ela destaca que não há impedimento para ampliaço de gasto pois é feito por meio de crédito extraordinário, ou seja, não é considerado no cálculo do teto de gasto. Mas, é uma discussço que deveria ser feita nos próximos anos.

Sobre a criaço de um benefício emergencial para socorrer os informais e mais vulneráveis devido ao efeito da pandemia do coronavírus na economia, Livi defendeu que o prazo de concessço do benefício aumente de três para seis meses. "É preciso dar respiro para famílias que estão passando por maiores apuros."

O relatório mostra que “a opção política do atual governo federal de fragilizar o Estado, destruindo as suas estruturas e, conseqüentemente, subfinanciando-o, além de prendê-lo à armadilha do ajuste fiscal, leva a sua incompetência para dinamizar a economia e cumprir seu papel redistributivo e estabilizador”.

O Inesc ressalta ainda que o crescimento no ano passado foi “pífio”, a pobreza e a fome aumentaram e a taxa de desemprego e a informalidade no país não melhoraram. “Essa incompetência ficou ainda mais evidente com a crise advinda das conseqüências da pandemia do novo coronavírus que eclodiu em março de 2020, quando as respostas iniciais apresentadas pelo Executivo foram incipientes, muito aquém do que é preciso para dar conta de enfrentar a grave e longa depressão que temos pela frente”, diz o estudo.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

### LINK PATROCINADO

Anvisa libera anti-calvície que combate DHT ativando matriz folicular  
FENODIL | ANTI-CALVÍCIE

### LINK PATROCINADO

Você se lembra do filho de Ronaldo? Tente não ficar impressionado ao vê-lo agora  
MISTERSTOCKS

### LINK PATROCINADO

Sabia que você pode ganhar dinheiro sem sair de casa?  
BANCO INTER

### LINK PATROCINADO

Livro lançado a R\$1,99 ajuda empreendedores a venderem na crise.  
MARCIO SÁ

### LINK PATROCINADO

Quer conseguir crédito com o seu número do INSS? Simule sem sair de casa  
PB CONSIGNADO

### LINK PATROCINADO

Tecnologia japonesa vira febre em Cruz Das Almas  
MINI CAMERA 120



# Faturamento cai em mais de 80% da indústria em abril

71% das empresas fizeram algum tipo de readequação de pessoal

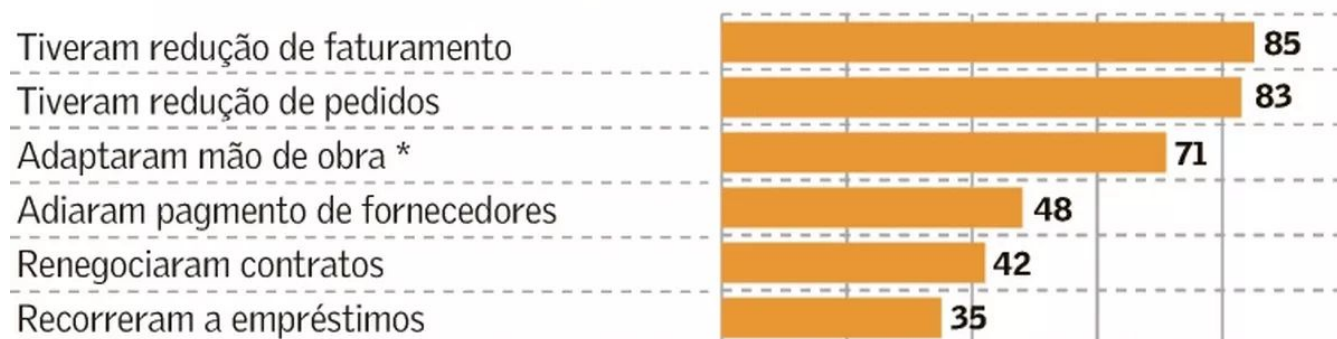
Por Ana Conceição — De São Paulo

23/04/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

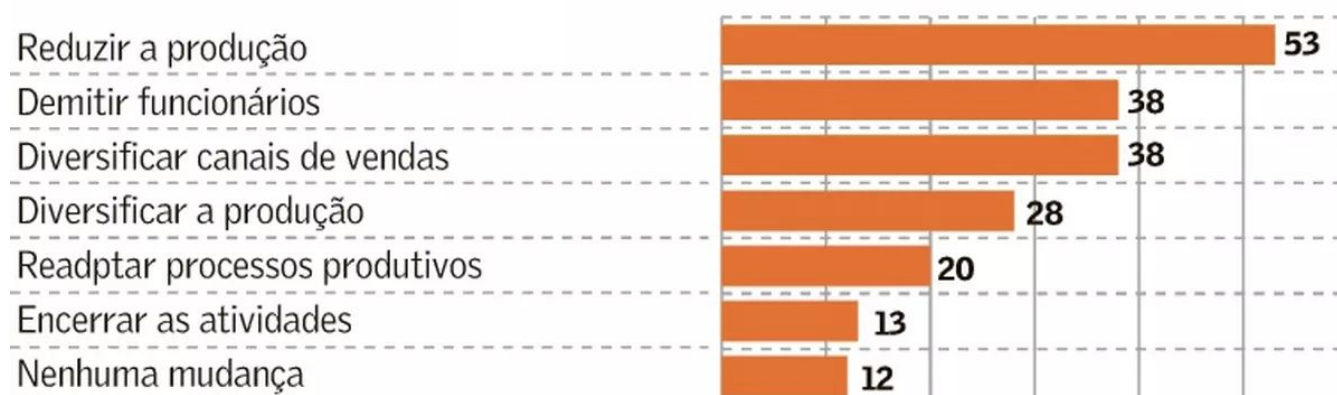
## Impacto da pandemia na indústria

Pesquisa feita entre 6 de 15 de abril

### Quais os efeitos da crise na empresa - %



### O que a empresa pretende fazer nos próximos 30 dias - %

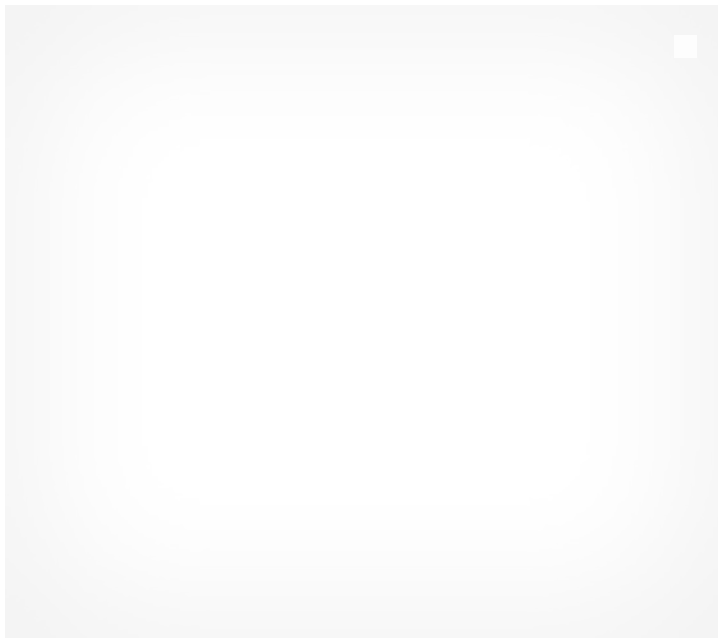


Em abril, pouco mais de um mês após o primeiro caso de coronavírus no Brasil, mais de 80% da indústria de transformação registrou queda de encomendas e faturamento e 71% readequou a mão de obra via redução de jornada, férias coletivas ou demissões. É o que mostra uma pesquisa realizada pela Associação Brasileira de Automação-GS1 Brasil.

O levantamento, realizado entre os dias 6 e 15 de abril, mostra que 85% das empresas consultadas tiveram redução no faturamento. Entre essas, 76% tiveram redução de mais de 20% na receita, consequência da queda das encomendas, registrada por 83% das companhias. Apenas 11% tiveram aumento de pedidos e 7% ainda não teve alteração no seu fluxo de demandas do mercado.

O estudo ainda mostrou que 48% adiaram pagamento de fornecedores e 35% recorreram a empréstimos. Recorrer a crédito vem sendo uma das alternativas que as empresas lançam mão para não fechar as portas, segundo a entidade. Citando o Sebrae, a GS1 aponta que empresas pequenas de São Paulo, por exemplo, têm apenas 12 dias de caixa.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

“Renegociação - de contratos com fornecedores, de dívidas e com trabalhadores - tem sido a palavra de ordem das empresas neste momento”, afirma Marina Pereira, gerente de pesquisa e desenvolvimento da GS1 Brasil.



Entre as medidas para readequação de mão de obra, a mais utilizada têm sido as férias para parte do pessoal, com 35% das empresas adotando esse expediente. Ajuste de carga e horário tem sido utilizada por 15%.

Segundo Marina, a pesquisa será mensal a fim de acompanhar o impacto da crise no dia a dia da indústria de transformação. Ela destaca o percentual, ainda que pequeno, de empresas que tiveram aumento de faturamento (11%) e de encomendas (7%), algo que pode estar relacionado a uma readequação de produção. “Algumas delas passaram a produzir itens cuja demanda aumentou durante a pandemia, como máscaras de proteção. A crise pode ser um gatilho para que elas se reinventem”, diz. Uma série de produtos vai ter sua demanda elevada por mais tempo, como equipamentos de proteção individual e álcool em gel. Além disso, novos produtos devem surgir de segmentos relacionados, acredita a gerente.

Ela chama atenção para a busca de novas alternativas de vendas utilizadas pelas empresas. Ao lado dos tradicionais representantes de vendas, usados por 34% das empresas, o WhatsApp aparece em segundo lugar, com 31% e redes sociais, com 8%. Essa é uma realizada cada vez mais presente especialmente para a indústria de menor porte, diz a executiva. Um dado preocupante, contudo, é que 34% das empresas dizem que não estão conseguindo vender, mesmo recorrendo a canais alternativos.

As medidas que as empresas vão tomar para lidar com a crise nos próximos 30 dias vão de reduzir a produção (53% delas), diversificar canais de vendas (38%) e demitir funcionários (38%). 13% das empresas afirmou que pode encerrar as atividades. “Os próximos 30 dias serão vitais para a manutenção dos negócios, uma vez que com a circulação de pessoas reduzida, as operações diminuem, e o acesso aos produtos e serviços não essenciais fica mais restritos”, diz Marina.

Em março, o resultado do Radar Empresarial da GS1, que mede o encerramento de portfólio de produtos da indústria de transformação aumentou de 12,3% em relação a fevereiro. “Isso já indicava um reflexo da crise causada pela pandemia”, Marina. Assim, em março houve mais empresas encerrando seu portfólio de produtos. Em 12 meses, há queda de 4%. O Radar é um indicador antecedente de fechamento de empresas.



# LDO do ano que vem projeta déficit de R\$ 252 bilhões nas contas do INSS

Resultado equivale a 3,04% do PIB e leva em conta um crescimento econômico de 3,3% no próximo ano

Por **Edna Simão** — De Brasília

23/04/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

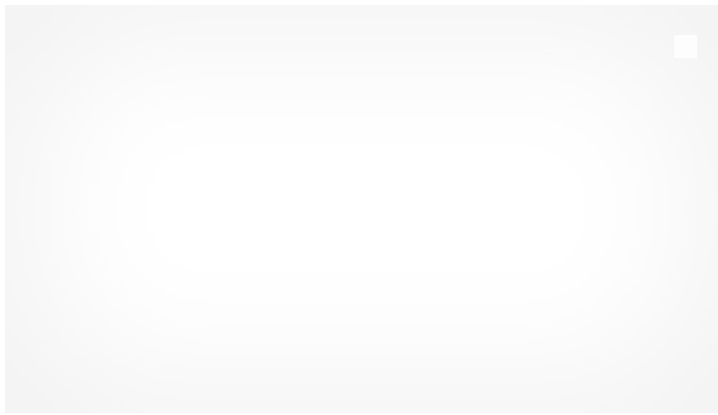
Com a avaliação de que o impacto de medidas adotadas para minimizar os efeitos da pandemia do coronavírus ficará limitado a este ano, a proposta de Lei de Diretrizes Orçamentária (PLDO) de 2021 mostra que o rombo da Previdência Social dos trabalhadores da iniciativa privada, do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), deve atingir no fim do próximo ano a marca de R\$ 252 bilhões ou o equivalente a 3,04% do Produto Interno Bruto (PIB). Essa estimativa considera um crescimento econômico de 3,30% em 2021.

Em 2019, o déficit foi de R\$ 213,2 bilhões (2,98% do PIB). Para este ano, conforme relatório bimestral de reavaliação de receitas e despesas divulgado em março, o resultado negativo deve chegar a R\$ 241,3 bilhões (3,12% do PIB). Para especialistas, esse valor está subestimado.

“As previsões no PLDO para 2021 e 2022 não contemplam efeitos de medidas relacionadas ao coronavírus. Essas situações, de adiamento de recolhimento de contribuições, redução na arrecadação por suspensão de contrato de trabalho ou redução de jornada, são medidas de efeito imediato, que afetarão o orçamento de 2020 e não há previsão que possam ser estendidas para 2021 e 2022”, informou o Ministério da Economia.







Ads by Teads

De acordo com anexo da PLDO, que trata de projeções para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), a arrecadação previdenciária estimada para 2021 é de R\$ 459,227 bilhões, o que corresponde a 5,54% do PIB. Para 2060, as estimativas apontam para uma arrecadação de R\$ 3,530 trilhões, ou seja, 5,90% do PIB estimado para aquele ano.

A despesa é estimada em R\$ 711,228 bilhões (8,58% do PIB) em 2021. Segundo o documento, no que diz respeito a dinâmica, é observado um declínio da despesa em relação ao PIB nos próximos anos, porém com retomada de crescimento a partir de 2026 e atingindo, em 2060, R\$ 8,075 trilhões ou 13,50% do PIB. “Tal trajetória é pautada, fundamentalmente, pelo acelerado processo de envelhecimento populacional no Brasil”, informa o anexo da PLDO.

Na avaliação de especialistas em Previdência Social ouvidos pelo **Valor**, o cenário enviado pelo governo ao Congresso Nacional na PLDO de 2021 não faz muito sentido devido às incertezas para realização de estimativas de 2020 o que acabam interferindo nas projeções para dos anos seguintes. Por exemplo, a estimativa da equipe econômica para o crescimento econômico de 2020 é de 0,02%, sendo que o governo já admite que o número será negativo. A revisão da projeção deve ser feita em maio pela Secretaria de Política Econômica (SPE). Além disso, até o momento não se sabe como será a retomada da economia brasileira. A equipe econômica espera que seja em “V”.

Para 2020, as receitas previdenciárias devem ter uma queda considerável devido à flexibilização temporária de regras trabalhistas como a redução da jornada de trabalho e salário por três meses e suspensão de contratos de trabalho adotadas

expectativa do aumento do desemprego no país também impactará negativamente a arrecadação de contribuição previdenciária.

As questões de curto prazo devem afetar as estimativas do próximo ano. Até porque, uma demora na recuperação da atividade econômica terá efeitos sob o PIB de 2021, o que afeta diretamente o comportamento da Previdência, segundo avaliação do professor do IDP/Brasília Luis Henrique da Silva Paiva. Para ele, no entanto, a pandemia não deve afetar a tendência para os próximos dez ou 20 anos. “O Brasil vai voltar a crescer em algum momento e, por isso, o déficit da Previdência não será preocupação.”

O especialista em Previdência Luís Eduardo Afonso, professor associado da Faculdade de Economia e Administração da USP (FEA/USP), explica que o déficit será maior em 2021, porém, o patamar vai depender do comportamento do PIB, o que ainda é difícil estimar. “No cenário atual, todas as previsões do Executivo não fazem sentido”, frisou, acrescentando as estimativas são feitas como se não tivesse a epidemia do coronavírus.

Para esses analistas, a reforma da Previdência Social, promulgada em novembro, fez com que o ritmo de crescimento das despesas ficasse mais comportado ao longo dos anos. Mas, na avaliação de Paiva, com o envelhecimento da população, em algum momento no futuro, novos ajustes nas regras de aposentadoria serão necessários.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

### LINK PATROCINADO

Matriz capilar devolve folículos bloqueados pelo DHT da calvície  
FENODIL | MATRIZ CAPILAR

### LINK PATROCINADO

Você se lembra do filho de Ronaldo? Tente não ficar impressionado ao vê-lo agora  
MISTERSTOCKS

### LINK PATROCINADO

Livro lançado a R\$1,99 ajuda empreendedores a venderem na crise.  
MARCIO SÁ



# PIB per capita terá pior década em mais de 100 anos, diz Ibre

Projeção aponta queda anual média de 0,6% em dez anos, resultado inferior ao da década de 1980

Por Bruno Villas Bôas — Do Rio

23/04/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

## Queda secular

Empobrecimento médio da população na década deve ser o mais intenso em 100 anos

### PIB per capita, em décadas



Fonte: Ibre/FGV, com base em dados do Ipea para o período de 1901-1947 \* Com projeção para 2020

**4,1%**

é a expectativa de queda do PIB per capita do Ibre/FGV para 2020

Com a economia caminhando para mais um ano de recessão, a década atual (2011-2020) pode ser a de maior empobrecimento médio da população brasileira em mais de 100 anos, tomado como referência o Produto Interno Bruto (PIB) per capita - definido pelo quociente do valor do PIB com a população total.

Cálculos do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre/FGV) obtidos pelo **Valor** mostram que o PIB per capita deverá recuar 4,1% em 2020, impactado pelas medidas de isolamento social do novo coronavírus, para R\$ 30.780.

Se confirmada a projeção para 2020, o Brasil terá registrado quatro anos de queda do indicador no período de apenas uma década. O PIB per capita brasileiro também recuou nos anos de 2014 (-0,3%), 2015 (-4,4%) e 2016 (-4,1%). Desde então, exibia uma lenta recuperação.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

Com essa sequência de resultados, o PIB per capita deve encerrar esta década com queda média anual de 0,6%, o pior desempenho desde a primeira década do século passado. Será pior, portanto, do que os anos 80, a chamada década perdida, quando a média foi de -0,4%.

Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro do Ibre/FGV, diz que o PIB brasileiro deverá recuar 3,4% neste ano, sob influência negativa do novo coronavírus. Já a população deverá crescer 0,7% em 2020, para pouco mais de 211 milhões de habitantes.

Para ela, o problema do resultado ruim do PIB per capita nesta década está na recessão medida entre 2014 e 2016, quando o país caminhou na contramão do restante da economia mundial. Em 2020, grande parte dos países também terá retrocesso.

“O país buscou crescer no início da década com política fiscal e creditícia expansionista, com o pé no acelerado. É algo que se deve fazer apenas quando não

recessão iniciada em 2014 tem uma origem insana, de criação de desequilíbrios macroeconômicos”, diz.

A economista acrescenta que, mesmo sem a crise do coronavírus, o desempenho do PIB per capita nesta década seria basicamente medíocre, mostrando apenas estabilidade. Para esse conta, o Ibre/FGV utilizou sua projeção anterior para a atividade econômica em 2020, que era de crescimento de 2,2%.

Para ter a dimensão do tamanho do retrocesso, o pesquisador Paulo Peruchetti, do Ibre/FGV, calculou o PIB per capita desde 1900, usando como base estimativas do crescimento do produto real no Brasil construídas pelo pesquisador do Claudio Haddad, disponível no site do Ipea, para o período de 1900 a 1947.

Os pesquisadores do Ibre/FGV frisam que a comparabilidade do desempenho do PIB ao longo das décadas é imperfeita por escassez de informações do início do século passado. Os indicadores econômicos eram centrados, por exemplo, no setor agrícola, com poucos dados de serviços.

Com essa ponderação, o levantamento mostra que o PIB per capita brasileiro cresceu nas sete primeiras décadas século 20, considerando a média anual da década. O melhor desempenho foi na década de 70, período do chamado “milagre econômico”, com avanço de 5,8%.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

### LINK PATROCINADO


Anvisa libera anti-calvície que combate DHT ativando matriz folicular  
FENODIL | ANTI-CALVÍCIE

### LINK PATROCINADO

Você se lembra do filho de Ronaldo? Tente não ficar impressionado ao vê-lo agora  
MISTERSTOCKS

### LINK PATROCINADO

Livro lançado a R\$1,99 ajuda empreendedores a venderem na crise.  
MARCIO SÁ



## Programa mira retomada e quer estar pronto até outubro

“Pró-Brasil” promete dar “sinergia” às diferentes ações dos ministérios em resposta à crise

Por Fabio Murakawa, Andrea Jubé e Rafael Bitencourt — De Brasília

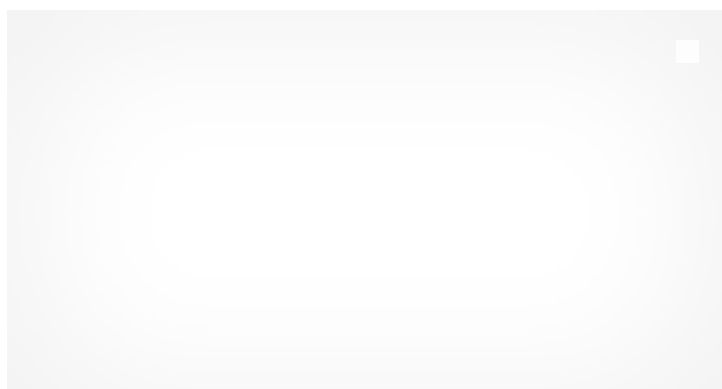
23/04/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

O ministro-chefe da Casa Civil, Walter Braga Netto, anunciou ontem o programa “Pró-Brasil” para dar “sinergia” às diferentes ações que estão sendo adotadas isoladamente pelos diferentes ministérios em resposta à crise econômica do país.

O plano foi anunciado no Planalto na presença de outros cinco ministros. Porém, em meio a rumores de que há insatisfação na equipe econômica com a alta dos gastos públicos, ninguém do Ministério da Economia participou.

Segundo o ministro de Infraestrutura, Tarcísio Freitas, o Pró-Brasil prevê R\$ 30 bilhões de investimentos públicos e R\$ 250 bilhões em contratos de concessões à iniciativa privada.

PUBLICIDADE



Ele havia apresentado o plano para a Casa Civil na semana passada, com 70 empreendimentos, na área de transportes, com projetos de engenharia e licenciamento ambiental em fase adiantada.

O ministro reiterou que leilões de concessões serão publicados no fim do ano, que obras não pararam no país e que o foco é gerar mais de 1 milhão de empregos.

O programa Pró-Brasil foi dividido em duas vertentes, Ordem (voltado à segurança jurídica para concessões) e Progresso (obras com investimentos públicos).

“Vamos dar continuidade ao que já estava funcionando, como o vigoroso programa de concessões”, disse. “Não vamos dar nenhuma pirueta fiscal, nenhuma cambalhota”, explicou o ministro, defendendo a necessidade de “pensar no dia seguinte” à crise do coronavírus.

“O programa visa aprimorar ações estratégicas para a retomada do crescimento em resposta aos impactos que o Brasil sofreu devido à pandemia”, disse Braga Netto.

Ele disse que o novo programa federal buscará um modelo de governança, produtividade, medidas estruturantes e investimentos. Se, por um lado, haverá um estímulo à economia com a melhoria de ambiente de negócios, por outro, serão reforçados os investimentos em obras públicas, disse ele.

Braga Netto afirmou que o programa será estruturado entre maio e julho. Já o detalhamento será finalizado entre agosto e setembro. A expectativa, segundo ele, é de que a implantação do programa, “em larga escala”, ocorra a partir de outubro.

O ministro negou que o governo esteja discutindo um “Plano Marshall” - apresentado pelos EUA para a reconstrução dos aliados na Europa após a Segunda Guerra. Segundo ele, o que existe é um “Plano Brasil”. “Isso aqui não é um programa de recuperação econômica, ele é de crescimento sócio-econômico, é para toda a infraestrutura que foi abarcada ou atingida pelo coronavírus.”

Questionado sobre a ausência de Paulo Guedes, Braga Netto negou que o colega tenha ficado contrariado com o plano.



## Senado aprova ampliação de benefício

Dezenas de categorias são beneficiadas, entre elas árbitros de futebol

Por Renan Truffi — De Brasília

23/04/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

O Senado aprovou ontem, por unanimidade, o projeto que estende para dezenas de categorias o pagamento do auxílio emergencial mensal, estipulado em R\$ 600, contrariando as recomendações do governo Jair Bolsonaro. A proposta final também contempla pais solteiros, que são chefes de família, e mães adolescentes (menores de idade) a receberem o dobro do valor, ou seja, R\$ 1,2 mil, na mesma linha do que já havia sido concedido às mães solteiras. A proposta segue agora para a sanção presidencial.

O auxílio servirá para ajudar as famílias de menor renda a ficarem em isolamento por conta das medidas restritivas contra o coronavírus. Serão R\$ 600 por três meses. A criação desse benefício já foi aprovada pelo Congresso há algumas semanas, mas os parlamentares quiseram fazer “ajustes” por meio de outro texto para não atrasar os pagamentos.

Relator da proposta no Senado, Esperidião Amin (PP-SC) defendeu que o projeto ajudará a garantir o pagamento aos trabalhadores “invisíveis” já que cita, nominalmente, várias dessas categorias de informais. No texto final está previsto, por exemplo, o pagamento a profissionais como árbitros, barraqueiros de praia, ambulantes, feirantes, camelôs, baianas de acarajé, garçons, marisqueiros, catadores de caranguejos e expositores em feira de artesanato, entre outros.





A versão final da proposta retira a trava para o pagamento do benefício a quem teve renda superior a R\$ 28.559,70 em 2018, como havia sido sugerido pelo governo no primeiro projeto. Apesar disso, os senadores decidiram incluir um artigo para determinar que o beneficiário que alcançar, em 2020, rendimentos tributáveis com valor superior à primeira faixa da tabela do Imposto de Renda de Pessoa Física fique obrigado a devolver os valores à União.

Amin também decidiu retirar do texto uma alteração que havia sido proposta pelos deputados. Eles tinham sugerido que o governo não poderia exigir a regularização do CPF ou do Título de Eleitor como condição para o pagamento do auxílio, mas os senadores optaram por recuar em virtude da judicialização do tema.

Ainda assim, o relator aproveitou para incluir, novamente, a ampliação dos requisitos para acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), destinado a pessoas com deficiência e idosos. O dispositivo em questão eleva de um quarto para meio salário mínimo (R\$ 522,50) o limite de renda familiar per capita para a concessão do benefício, o que permite o acesso de mais pessoas ao BPC.

Nas contas do governo, o impacto fiscal dessa alteração é de aproximadamente R\$ 20 bilhões por ano e de R\$ 217 bilhões em uma década. Por conta disso, o líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), disse ao **Valor** que a medida deverá ser votada pelo presidente Jair Bolsonaro. O assunto vem sendo alvo

derrubaram um veto presidencial que impedia essa mesma mudança. O governo, por sua vez, recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF). No início de abril, o ministro Gilmar Mendes decidiu acatar, liminarmente, o pedido da Advocacia-Geral da União e suspendeu essa alteração na legislação.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

### LINK PATROCINADO

Anvisa libera anti-calvície que combate DHT ativando matriz folicular  
FENODIL | ANTI-CALVÍCIE

### LINK PATROCINADO

O cuidado especializado que seu carro merece  
MAPFRE BRASIL

### LINK PATROCINADO

Você se lembra do filho de Ronaldo? Tente não ficar impressionado ao vê-lo agora  
MISTERSTOCKS

### LINK PATROCINADO

Livro lançado a R\$1,99 ajuda empreendedores a venderem na crise.  
MARCIO SÁ

### LINK PATROCINADO

Tecnologia japonesa vira febre em Cruz Das Almas  
MINI CAMERA 120

### LINK PATROCINADO

Lembra dela? Respire fundo antes de ver como ela está agora  
INVESTMENTGURU

por taboola

---

## Leia em Valor Investe

### VALOR INVESTE

Justiça impede Petrobras de reduzir jornada com corte de salário

### VALOR INVESTE

Doria: Saída do Mandetta será desastre, na avaliação do governo de SP





Por Ribamar Oliveira

Já trabalhou nos principais jornais e revistas do país. Foi ... [ver mais](#)

## Senado condiciona benefício a emprego

Se aprovada pela Câmara, “PEC da guerra” criará insegurança jurídica

23/04/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

O texto da Proposta de Emenda Constitucional 10/2020, mais conhecida como “PEC do Orçamento de Guerra”, recentemente aprovado pelo Senado, introduziu um novo complicador para as empresas que, se aprovado pela Câmara dos Deputados, trará uma grande insegurança jurídica, de acordo com consultores ouvidos pelo **Valor**.

O recebimento de benefícios creditícios, financeiros e tributários, direta ou indiretamente, concedidos no âmbito dos programas oficiais de combate aos efeitos da pandemia, estará condicionado ao compromisso das empresas de manutenção de empregos, “na forma dos respectivos regulamentos”, de acordo com o artigo 4º do texto do Senado.

**| Se aprovada pela Câmara, PEC criará insegurança jurídica**

PUBLICIDADE



Uma das medidas adotadas pelo governo para redução dos efeitos do novo coronavírus na economia, logo no início da pandemia, foi adiar o pagamento de PIS, Pasep e da Cofins, bem como da contribuição previdenciária patronal. Os empresários pagarão as quatro contribuições devidas em abril e em maio apenas em agosto e em outubro.

Esta foi uma forma de dar mais fôlego de caixa às empresas, que tiveram suas vendas drasticamente reduzidas do dia para a noite. Tecnicamente, o procedimento é conhecido como diferimento. A questão é que todas as empresas, mesmo aquelas que estão demitindo trabalhadores, terão direito de adiar o pagamento das quatro contribuições. Quando o diferimento foi autorizado, ainda em março, a instrução normativa da Receita Federal não condicionou o benefício à manutenção do emprego.

Pode-se alegar, portanto, que o artigo da PEC, caso aprovado pela Câmara, terá vigência posterior ao início do diferimento das quatro contribuições. A lei não pode retroagir para prejudicar o contribuinte. Ocorre que, segundo avaliação da área técnica do governo, é muito provável que as empresas não tenham caixa em agosto e outubro para pagar os tributos do mês e os atrasados. Por isso, os técnicos não descartam que os débitos tributários referentes a abril e maio venham a ser, posteriormente, objeto de um novo Refis, ou seja, de um parcelamento em condições favorecidas, que já está sendo chamado de “coronarefis”.

Se isto ocorrer, será um novo benefício tributário a ser concedido às empresas em relação a fatos ocorridos no período da pandemia. Neste caso, o artigo da PEC poderá ser acionado e em que medida? O texto diz que a manutenção do emprego será exigida, “na forma dos respectivos regulamentos”, sem explicar o que isso significa, talvez indicando a necessidade de uma regulamentação.

A exigência da manutenção do emprego, no entanto, se aplica a todos os outros benefícios que estão sendo concedidos pelo governo durante a pandemia, inclusive

especiais que estão sendo colocados à disposição das empresas. O Banco Central será autorizado também a comprar títulos privados e a realizar uma série de operações financeiras que, de forma direta ou indireta, pode resultar em benefício para alguma empresa ou instituição financeira.

Diante da amplitude da medida, com consequências jurídicas imprevisíveis, um político de grande experiência disse ao **Valor** que o Senado colocou o artigo na PEC para ficar bem com o eleitorado, ao mostrar sua preocupação com o emprego, mas certo de que ele será derrubado pela Câmara, com desgaste para os deputados. É, pode ser. Mas, vale lembrar a famosa pergunta feita por Garrincha, na Copa do Mundo de 1958: “Já combinaram com os russos?”.

O artigo 9º da PEC aprovada pelo Senado determina que as instituições financeiras que venderem ativos ao BC, durante a pandemia, não poderão aumentar a remuneração, fixa ou variável, de diretores e membros do conselho de administração, no caso das sociedades anônimas, e dos administradores, no caso de sociedades limitadas.

De acordo com a PEC aprovada pelo Senado, a remuneração variável inclui bônus, participação nos lucros e quaisquer parcelas de remuneração diferidas e outros incentivos remuneratórios associados ao desempenho.

Mas, não está claro o período da vigência da proibição. A PEC aprovada pelo Senado diz que o Banco Central editará regulamentação sobre as exigências de contrapartidas “durante a vigência desta emenda constitucional”. Não seria durante a vigência da situação de calamidade pública, ou seja, até 31 dezembro deste ano?

Há também outra redação confusa na PEC do “Orçamento de Guerra”. Mas, neste caso, a confusão já vem do texto inicial aprovado pela Câmara. O artigo 5º diz que será dispensado o cumprimento da chamada “regra de ouro”, durante ‘a integralidade do exercício financeiro em que vigore a calamidade pública nacional”.

A Constituição proíbe que o governo aumente o seu endividamento para custear despesas correntes. Só pode fazer isso para financiar investimentos e para amortizar a dívida, ou seja, despesas de capital. Este princípio é conhecido como

Consultoria de Orçamento da Câmara dos Deputados, desde meados do ano passado já se projetava descumprimento da “regra de ouro” em 2020.

O Orçamento da União deste ano foi aprovado com montante de operações de crédito superior em R\$ 343 bilhões às despesas de capital, lembram os consultores legislativos Vinícius Leopoldino do Amaral e Fernando Moutinho Ramalho Bittencourt, autores da nota técnica. Tais operações de crédito em excesso, assim como as despesas por elas custeadas, encontram-se pendentes de autorização, observam.

Como o regime extraordinário da PEC visa atender às necessidades decorrentes da pandemia, a suspensão do cumprimento da “regra de ouro” não poderia ser aplicada a situações anteriores ao surgimento do novo coronavírus. Os autores concluem que a suspensão da “regra de ouro” teria que ser parcial e somente aplicável às repercussões geradas pela pandemia. Mas isto não é o que está escrito na PEC, que suspende o cumprimento da “regra de ouro” durante “a integralidade do exercício financeiro em que vigore a calamidade”.

**Ribamar Oliveira é repórter especial e escreve às quintas-feiras**

**E-mail: [ribamar.oliveira@valor.com.br](mailto:ribamar.oliveira@valor.com.br)**

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

### LINK PATROCINADO

Anvisa libera anti-calvície que combate DHT ativando matriz folicular  
FENODIL | ANTI-CALVÍCIE

### LINK PATROCINADO

Você se lembra do filho de Ronaldo? Tente não ficar impressionado ao vê-lo agora  
MISTERSTOCKS

### LINK PATROCINADO

Livro lançado a R\$1,99 ajuda empreendedores a venderem na crise.  
MARCIO SÁ

### LINK PATROCINADO

Sabia que você pode ganhar dinheiro sem sair de casa?  
BANCO INTER

